
**RELATÓRIO DAS LINHAS DE
ACÇÃO GOVERNATIVA
PARA O ANO FINANCEIRO DE 2006**

Índice

Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China Linhas de Acção Governativa Ano Financeiro de 2006

| | |
|-------------------------|----------|
| INTRODUÇÃO | 9 |
|-------------------------|----------|

PRIMEIRA PARTE

| | |
|--|-----------|
| Balanço das acções do Governo da Região Administrativa Especial de Macau realizadas no ano 2005 | 11 |
|--|-----------|

SEGUNDA PARTE

| | |
|--|-----------|
| Prioridades da acção governativa da Região Administrativa Especial de Macau para o ano 2006 | 17 |
|--|-----------|

1. Ajustamento da estratégia de reforma e optimização dos mecanismos fundamentais 18
2. Promoção do crescimento económico e elevação da qualidade dos projectos de desenvolvimento 21
3. Promoção das vantagens da política “estabelecer relações com territórios e países distantes e consolidar a integração com países e territórios vizinhos” e do papel de Macau enquanto plataforma de serviços 24
4. Definição de políticas favoráveis para fazer face às necessidades de desenvolvimento e arranque das obras de construção de infra-estruturas de forma programada 25
5. Definição de estratégias eficazes e promoção dos valores de uma cultura humanista 27

TERCEIRA PARTE

| | |
|---|-----------|
| Pragmatismo na resposta às contingências e coesão para desenvolver trabalho conjunto | 31 |
|---|-----------|

| | |
|------------------------|-----------|
| CONCLUSÃO | 39 |
|------------------------|-----------|

Índice

Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2006 do Governo da Região Administrativa Especial de Macau

———— Síntese ————

| | |
|---|------------|
| Área da Administração e Justiça | 45 |
| Área da Economia e Finanças | 61 |
| Área da Segurança | 71 |
| Área dos Assuntos Sociais e Cultura | 81 |
| Área de Transportes e Obras Públicas | 91 |
| Comissariado contra a Corrupção | 99 |
| Comissariado de Auditoria | 105 |

Projecto de Orçamento das Receitas e Despesas da Região Administrativa Especial de Macau para o ano 2006

———— Síntese ————

| | |
|---|------------|
| Projecto de Orçamento das Receitas e Despesas da Região Administrativa Especial de Macau para o ano 2006 (Síntese) | 109 |
|---|------------|

**Governo da Região
Administrativa Especial de Macau
da República Popular da China
Linhas de Acção Governativa
Ano Financeiro de 2006**

**Governo da Região Administrativa
Especial de Macau
da República Popular da China
Linhas de Acção Governativa
Ano Financeiro de 2006**

**Chefe do Executivo Ho Hau Wah
15 de Novembro de 2005**

Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Legislativa,
Excelentíssimos Senhores Deputados:

Quero, em primeiro lugar, estender as minhas saudações a todos os deputados desta nova Assembleia Legislativa. Em nome do Governo da Região Administrativa Especial de Macau e em cumprimento da Lei Básica, venho, agora, apresentar a esta nobre Assembleia reunida em plenário as Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2006.

Introdução

Com o apoio incondicional do Governo Popular Central, os cidadãos da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, desempenhando cada qual o seu papel, desenvolveram esforços comuns para realizar o bem colectivo e conseguiram adaptar-se de forma dinâmica às mudanças do seu quotidiano. Dentro desta conjuntura cheia de vitalidade, trabalharam para a criação de um ambiente de harmonia e estabilidade. Esses cidadãos, embora guiados por vontades diferentes, comungam da mesma intenção de construção de uma sociedade solidária, caminhando com confiança para o sétimo ano de uma RAEM governada sob os princípios de “um País, dois sistemas” e “Macau governado pelas suas gentes” com alto grau de autonomia.

Nesses últimos anos, assistiu-se a uma reconversão económica acelerada em todas as vertentes. A afluência de factores exógenos, o grande dinamismo dos mercados sectoriais, as mudanças drásticas no plano social, a emergência de novos valores e a coexistência de elementos inovadores com práticas tradicionais contribuíram para formar um universo de cores contrastantes. Perante este panorama estimulante pleno de factores positivos e variantes imprevisíveis, muitas vezes as ideias do homem não conseguem acompanhar a velocidade das transformações conjunturais. Esta situação ganhou maior evidência no decurso deste ano.

Este foi o primeiro ano do segundo mandato do Governo da RAEM. Durante este período, investimos grandes esforços para assimilar os novos factores de desenvolvimento nos domínios económico e social. Lançámo-nos no arranque de diversos projectos de grandes infra-estruturas, na coordenação de diferentes recursos do mercado e no reforço de assistência às camadas sociais desfavorecidas, e demos início aos trabalhos preparatórios tendentes a elevar globalmente a qualidade de vida da população.

Hoje, podemos afirmar que a vocação de desenvolvimento da RAEM está cada vez mais clara e compreendida por todos. No entanto, podemos prever que, embora as tendências gerais de evolução estejam traçadas, há ainda elementos de variação que exigem ser melhor compreendidos através da prática de governação corrente. A essência da filosofia de governação para os próximos anos recai na articulação orgânica entre a gestão corrente e o planeamento estratégico, sempre atenta à evolução das circunstâncias. No próximo ano, iremos continuar a tirar partido das condições vantajosas resultantes do crescimento rápido da economia, por forma a proporcionar aos cidadãos um maior espaço para as iniciativas individuais, a minorar os conflitos sociais gerados pelo desequilíbrio do processo de desenvolvimento e a otimizar as potencialidades de sucesso das gentes de Macau.

Primeira Parte

Balanço das acções do Governo da
Região Administrativa Especial de Macau realizadas no ano 2005

Em 2005, a ênfase das acções no âmbito da reforma administrativa recaiu no aprofundamento das medidas de cooperação interdepartamental. O estabelecimento e a consequente entrada em funcionamento do mecanismo central da reforma legislativa é um sinal inequívoco do reajustamento de estratégias e igualmente da introdução experimental do princípio de cooperação interdepartamental no domínio dos assuntos jurídicos.

O Governo reforçou as medidas de planificação global e de cooperação das forças de segurança, respondendo, assim, às novas exigências decorrentes das políticas de abertura, tendo conseguido manter a estabilidade social e corresponder aos desafios colocados pela realização de eventos de grandes dimensões.

Os trabalhos da área cívica e municipal foram aperfeiçoados. Nos domínios que afectam a qualidade de vida dos cidadãos, foi adoptada uma série de medidas mais eficientes e convenientes para a população.

Trabalhámos para melhorar as condições de exercício de actividades comerciais. Pudemos constatar também a entrada de um volume maior de capitais estrangeiros e o crescimento do sector dominante foi positivo; o número de turistas que nos visitam subiu; as receitas do sector do jogo foram satisfatórias e os outros sectores a ele relacionados também conseguiram resultados excelentes. Pode-se dizer, de um modo geral, que a economia revelou sinais de prosperidade. As receitas e os saldos do Governo aumentaram e o sistema financeiro manteve-se sólido e saudável, o que irá elevar a nossa capacidade para encarar novos desafios no futuro.

Ao abrigo da cooperação entre o Governo e o sector privado, a implementação da segunda fase do CEPA registou avanços concretos. As relações comerciais e culturais entre Macau e o Continente Chinês, os países e regiões de Língua Portuguesa e a União Europeia foram consolidadas e a integração de Macau no projecto da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas foi acelerada. O processo da construção de Macau enquanto plataforma de serviços comerciais continua a avançar a passos firmes.

O Governo deu continuidade à execução de várias medidas, no âmbito da promoção do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai/Macau e do reforço do apoio às pequenas e médias empresas, com vista a responder às transformações do regime de quotas dos produtos têxteis e de vestuário. A situação de emprego da RAEM estabilizou-se, mas o problema de insuficiência de recursos humanos manteve a sua acuidade.

O Governo continuou empenhado na construção programada de infra-estruturas, nomeadamente o melhoramento da rede rodoviária, a optimização dos bairros comunitários e a consolidação das bases de desenvolvimento, com vista a proporcionar condições mais favoráveis ao prosseguimento da política “estabelecer relações com territórios e países distantes e consolidar a integração com países e territórios vizinhos”.

O Governo dedicou-se aos trabalhos de redacção dos projectos das leis de bases do ensino superior e do ensino básico, com o objectivo final de incrementar o rendimento do

sector pedagógico. O Governo criou também mecanismos específicos para acompanhar as situações de abandono escolar e a acção do Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia contribuiu para estimular a criatividade e as actividades de generalização de conhecimentos científicos.

O sucesso da candidatura do “Centro Histórico de Macau” para integrar a Lista do Património Mundial da UNESCO contribuiu para potenciar a vantagem singular de Macau como ponto de encontro das culturas oriental e ocidental. Esta vitória representa uma responsabilidade acrescida para a população na defesa da causa da cultura.

O Governo, através do investimento de mais recursos, reforçou e aperfeiçoou a cooperação entre os serviços, com vista a fomentar a difusão de valores humanistas nos bairros comunitários e a intensificar o apoio às camadas desfavorecidas.

A organização dos 4.^{os} Jogos da Ásia Oriental proporcionou ao Governo e à sociedade de Macau uma importante oportunidade para testar a sua capacidade. A realização desses Jogos contribuiu também para a disponibilização à população de Macau de um grande número de infra-estruturas e equipamentos modernos. Macau adquiriu valiosas experiências na organização de eventos de grande escala e conseguiu projectar uma imagem positiva para o exterior.

O desenvolvimento acelerado de alguns sectores alterou a tradicional correlação de forças de outros sectores. É natural que entre diferentes sectores, ou mesmo até entre diferentes segmentos do mesmo sector, existam situações de conflito e constrangimentos. Essas novas situações são potencialmente geradoras de conflitos sociais que, descuidados, podem reemergir ciclicamente. As mudanças ocorridas na sociedade implicam muitas vezes uma reorganização da estrutura de interesses, fazendo surgir novas aspirações. Às aspirações permanentes, são agora acrescidas aspirações de carácter mais imediato. No momento em que a sociedade de Macau está a afastar-se de modelos antigos para seguir novos rumos, essas novas linhas de actuação não estão ainda amadurecidas, razão pela qual se assiste à convivência de elementos arcaicos e factores de inovação no mesmo espaço. Esta é a realidade que o Governo enfrenta hoje e constitui também uma questão que merece maiores esforços da nossa parte e da sociedade civil, com vista à sua resolução.

Todos esses anos de experiência governativa levaram-nos à conclusão da necessidade de eliminar práticas conservadoras na governação corrente. Uma governação conservadora limita-se apenas a tomar como referência experiências velhas e a adoptar métodos obsoletos para a resolução de novas questões. Este estilo de governação tende a resolver os problemas com recurso a meios coercivos, sem atender ao preço político e social inerente às medidas aplicadas, ou então, refugia-se numa atitude de indiferença. As consequências desta postura serão sempre a acumulação e o agravamento das contradições sociais e o surgimento, no futuro, de novos problemas, porventura, de mais difícil resolução.

A vida pública de Macau é caracterizada por apresentar um elevado grau de tolerância. Esta qualidade é um elemento fundamental de garantia da estabilidade social em que todos

vivemos. Todavia, alguns serviços públicos fizeram uma interpretação incorrecta do sentido desta virtude, pois não se dedicaram ao aperfeiçoamento do seu desempenho nem mantiveram um espírito de vigilância em relação às insuficiências nos seus trabalhos, para responder à bondade dos cidadãos.

Passados esses anos todos, alguns dirigentes, chefias e serviços públicos, gradualmente, abandonaram o dinamismo e o espírito de iniciativa que tinham demonstrado no desempenho quotidiano durante os primeiros tempos após o retorno de Macau à Pátria, deixando-se cair na indiferença e passividade. A preguiça mental e a falta de consistência nas acções passaram a ser fenómenos que se assiste com alguma frequência. Devemos ter a clarividência para reconhecer que a RAEM só tem uma História de seis anos e grande parte do fardo histórico que carrega sobre os seus ombros ainda não foi alijada. Somos confrontados diariamente com mutações novas e rápidas, mas a experiência com que podemos contar para ajudar-nos a governar bem ainda é reduzida. Na verdade, o Governo da RAEM, por um longo período, continuará a ser um Governo jovem e pouco experiente, pelo que todos os funcionários, independentemente da sua posição na hierarquia, devem manter o seu espírito de vigilância, dinamismo e capacidade empreendedora.

O crescimento acelerado da economia verificado nesses últimos dois anos resultou em mudanças drásticas que afectaram vários sectores sociais. No entanto, toda a população, a começar pelo Governo, não soube responder atempadamente às transformações, nem teve capacidade para enfrentar as contingências. Todas essas manifestações de inadequação reflectem um dilema de raízes profundas – a predominância de mentalidades e instituições arcaicas. Algumas pessoas aguardam com expectativa os benefícios resultantes do desenvolvimento, mas mostram-se incapazes de se mergulhar numa verdadeira operação de mudança de valores e conceitos, nem se investiram suficientemente na auto-qualificação, refugiando-se numa postura de inércia. Face a esses constrangimentos, os elementos de uma conjuntura favorável não encontraram condições para potenciar o seu crescimento, com efeitos negativos na capacidade de resposta da sociedade. Por outro lado, o funcionamento de uma economia de mercado conduz a uma distribuição de rendimentos que nem sempre corresponde às expectativas de algumas pessoas. Aqueles que se alimentam de uma visão utópica de uma sociedade de igualitarismo absoluto facilmente caem no erro de se iludir com juízos de valor falaciosos. Reparámos que no ambiente social em que vivemos, alguns valores que merecem ser afirmados são postos em causa e aquilo que é condenável passou a ser apreciado. Muitos são os que se contentam em mostrar resultados superficiais, mas poucos aqueles que insistem em trabalhar com pragmatismo, longe dos protagonismos. No processo de evolução dos tempos, é natural que surjam no seio da população sentimentos e reacções resultantes de desequilíbrio psicológico. Tudo o que acabo de descrever não passa de fenómenos naturais de uma sociedade em fase inicial de crescimento acelerado. No entanto, se ficarmos de braços cruzados face a esses fenómenos, eles passarão a constituir em entraves que atrasam o progresso social. Devemos compreender que o crescimento do sector dominante, a optimização das estruturas industriais, a elevação da qualidade de vida da população em todas as vertentes, tudo isto são empreendimentos que exigem um processo gradual a longo prazo. Ao longo

deste processo, é natural que as situações de desequilíbrio e as assimetrias de rendimentos irão continuar a subsistir por algum tempo. Para alcançar a vitória final, devemos promover e generalizar junto de toda a população os valores de objectividade, visão estratégica, pragmatismo, força de vontade, generosidade e perseverança. Iremos fazer uma avaliação rigorosa da realidade, para encontrar as melhores soluções, com vista a definir políticas que vão ao encontro das necessidades de progresso social e contribuem para a elevação da qualidade de vida da população.

Segunda Parte

Prioridades da acção governativa da
Região Administrativa Especial de Macau para o ano 2006

Senhora Presidente, Senhores Deputados:

Permitam-me, agora, fazer a apresentação das prioridades da acção governativa para o próximo ano.

1. Ajustamento da estratégia de reforma e optimização dos mecanismos fundamentais

No ano que se segue, iremos dar ênfase à reforma dos serviços da primeira linha, com especial enfoque no funcionamento interno e apoio logístico dos serviços, dedicando mais esforços na integração das medidas de reforma a vários níveis e na integração das reformas no âmbito das funções e das estruturas. Em termos de serviços de primeira linha, a par da consolidação dos esforços de centralização de serviços, iremos também distribuir centros de serviços comunitários nos vários bairros; para além da consolidação do serviço *one-stop* existente nos vários departamentos públicos, iremos desenvolver o projecto *one-stop* inter-serviços; iremos institucionalizar e normalizar os mecanismos de fiscalização dos serviços públicos por parte da população. Iremos também tomar medidas para premiar o pessoal e os organismos públicos que tiveram um desempenho excepcional.

A cooperação interdepartamental continua a ser o ponto nevrálgico da reforma administrativa. Estamos a considerar a possibilidade de proceder à transferência funcional entre departamentos, assegurando, assim, que os diversos serviços envolvidos no tratamento da mesma questão possam funcionar de uma forma centralizada e sincrónica. Assim se resolve o problema de funcionamento caótico resultante da interacção deficiente entre os serviços com competência para assuntos da mesma natureza. Iremos, numa primeira fase, desenvolver o projecto inter-serviços em relação a actividades pontuais e em localidades específicas. Com a experiência adquirida, iremos divulgar e generalizar este modelo. Iremos rever ou abolir procedimentos administrativos inconvenientes para a vida da população. Iremos promover um maior diálogo entre os funcionários de departamentos diferentes, com vista a um maior intercâmbio de experiências.

No plano de valorização profissional dos funcionários públicos, iremos tomar como referência sistemas mais avançados de função pública, adoptando gradualmente medidas de reforma dos modelos de formação e de provimento dos quadros dirigentes e chefias da Administração, em ordem a formar quadros com elevados valores deontológicos e superior competência. Na vertente da formação de funcionários, iremos lançar programas de formação que se destinam a incentivar a criatividade e outras acções, designadamente no âmbito da ciência política, administração pública e filosofia ética. Iremos colocar ênfase nos resultados práticos e na flexibilidade da formação e iremos elevar a qualidade do pessoal docente. Iremos sensibilizar os funcionários para se investirem na auto-aprendizagem, incentivando-os a não se restringirem apenas na aquisição de conhecimentos da função pública, mas também de outros domínios. Iremos combater, com firmeza, toda a espécie de nepotismo e favorecimento pessoal nos processos de ingresso, avaliação e acesso dos funcionários, para que a justiça seja sempre um valor perene no seio da Administração.

O Governo irá potenciar a eficácia do mecanismo central no desenvolvimento da sua política de produção legislativa. O espírito de justiça constituirá o núcleo do pensamento orientador de todos os trabalhos neste âmbito. Iremos centralizar a distribuição de quadros qualificados da área de Direito, racionalizando a sua colocação. Qualquer reforma do sistema jurídico exige a adesão da vontade popular, pelo que é fundamental a integração e a formação de uma opinião pública esclarecida. Devemos dar prioridade à revisão e alteração de legislação que merece uma atenção premente da sociedade. Devemos continuar a convidar prestigiadas autoridades de Direito do exterior para que venham a trabalhar na RAEM, contribuindo para minorar a carência de quadros da área jurídica que se vive hoje.

A experiência desses anos de reforma conduziu-nos a uma conclusão irrefutável – qualquer reforma do sistema administrativo ou do sistema jurídico que queiramos empreender, no quadro da Lei Básica, só pode ter sucesso se estivermos dispostos a introduzir transformações radicais na cultura administrativa vigente, alterando a situação actual de apenas atender à metodologia, descurando os princípios orientadores, com uma visão curta que toma a parte pelo todo. Devemos, antes, articular o sentido de missão com as técnicas de gestão, as estruturas orgânicas com as responsabilidades funcionais, as capacidades humanas com os critérios técnicos, a concepção de programas com a eficácia das operações, a prestação de serviços com as necessidades da população, a estabilidade das políticas das instituições com o ambiente social em permanente mutação e os conceitos de Direito Administrativo universais com a singularidade do nosso modo de vida. Devemos integrar de forma orgânica e científica todos esses vectores, investindo, com audácia, esforços para mudar de raiz a filosofia, as estruturas e as funções dos sistemas. Caso contrário, os resultados da reforma serão sempre parcos, podendo até provocar a emergência de novos problemas, ou ainda, o agravamento dos velhos problemas que agora aparecem sob outra configuração. Neste sentido, no âmbito de reajustamento da sua estratégia de reforma, o Governo irá reforçar a coordenação centralizada das acções dispersas e de diferente alcance, assegurando a sua articulação e integração. Com este feito, pretendemos formar a massa crítica necessária para o aprofundamento das reformas em tempo útil.

Atendendo que as necessidades e solicitações de serviço dos cidadãos tendem a desenvolver no sentido da sua satisfação numa base localizada e personalizada, o Governo irá proceder ao seu reajustamento profundo. Iremos, gradualmente, localizar esses serviços nos bairros comunitários, criando um corpo de serviços localizado em bairros específicos. Todos esses complexos disporão de mecanismos consultivos democráticos. Os circuitos decisórios funcionarão de forma autónoma e terão capacidade para a promoção de serviços por iniciativa própria. Deste modo, os problemas que afectam a vida dos residentes de determinados bairros terão uma solução mais atempada e adequada. Esta política de instalação de serviços nos bairros comunitários reflecte uma filosofia de governação que aposta na resolução célere e eficaz dos problemas que afectam a população, através da localização de mecanismos democráticos de gestão nesses bairros. Segundo este modelo, as instâncias de gestão terão melhores condições para compreender e conhecer o cerne dos problemas, de modo a poder adoptar soluções para reduzir os conflitos sociais e assegurar a harmonia na vida comunitária.

Os organismos de combate à corrupção e de auditoria constituem instituições de primeira linha na sua missão de fiscalização do funcionamento da Administração, na defesa do valor da justiça na sociedade e na preservação do património público. Esses organismos devem concentrar todas as suas energias em questões de tipicidade local, com efeitos profundos e com repercussões a vários níveis, que sejam objecto de preocupação da população. Iremos actuar sem temor e com firmeza para combater os casos comprovados de violação de lei. Iremos reforçar a fiscalização dos níveis intermédios e superiores das hierarquias quando actuam em áreas que envolvam interesses fundamentais e propícias a práticas de irregularidades. Queremos com isso dissuadir os nossos funcionários para não se deixar cair na tentação, com vista a salvaguardar o interesse público.

Desde o estabelecimento da RAEM, os resultados da reforma administrativa ainda não são muito visíveis. De agora para diante, é nossa missão enriquecer o conteúdo do conceito de reforma e elevar a sua qualidade. Iremos trabalhar mais para a coordenação e fiscalização de modelos avançados de serviços, potenciando a sua eficácia, para que este conceito não se redunde num chavão sem sentido. Para além dos serviços normais assegurados à população, devemos por iniciativa própria oferecer outros, dentro dos limites da razoabilidade, minorando assim os inconvenientes causados aos cidadãos. Devemos também eliminar alguns pontos fracos que ocorrem com frequência na prestação de serviços, designadamente a apresentação de uma atitude simpática para encobrir a ineficácia dos serviços, o aperfeiçoamento de aspectos pontuais de funcionamento para mascarar a falta de racionalização em todo o circuito administrativo e as alterações cosméticas para substituir o aumento de eficácia das medidas.

Uma das prioridades de acção governativa para o próximo ano consiste no aceleração das medidas de construção de um mecanismo de responsabilização. O Governo irá concluir um conjunto de leis e regulamentos no âmbito do regime de responsabilização, designadamente o diploma regulador do “período de transição” a que tem de sujeitar-se os titulares dos principais cargos que se aposentam ou que cessam funções. Esta medida pretende assegurar que todos os funcionários possam, face às diferentes questões de gestão que lhes são colocadas, exercer de forma adequada as suas funções e cumprir cabalmente as suas responsabilidades, servindo os interesses da população.

Desde o retorno à Pátria, os funcionários públicos em geral trabalharam com afinco e assumiram o compromisso de responsabilidade perante os cidadãos. Os dirigentes e as chefias devem manter um diálogo estreito com os seus subordinados, tratando-os com respeito e assistindo-lhes em tudo o que for preciso. Eles devem ter consciência de que servem de exemplo de rectidão e isenção, exercendo as funções com sentido de justiça. Os que demonstrarem um desempenho excepcional devem ser premiados, promovidos e oferecidos oportunidades para desenvolver as suas qualidades. Iremos alargar a transparência nos trabalhos nucleares de governação, colocando à disposição do público os pormenores das tarefas em curso. Iremos também incentivar a comunicação social e os comentadores políticos a lançar o seu olhar crítico à nossa actuação, não se furtando à fiscalização eficaz da opinião pública. Acreditamos que só assim é que o Governo poderá evitar desvios ou erros na execução das políticas públicas.

2. Promoção do crescimento económico e elevação da qualidade dos projectos de desenvolvimento

No próximo ano, Macau terá que se defrontar com novos desafios, mas a vitalidade do crescimento económico interno ainda se manterá. Podemos ter uma visão de optimismo moderado em relação à conjuntura externa. Com base nesta avaliação, o Governo da RAEM prosseguirá com pragmatismo e firmeza na execução das políticas económicas delineadas, promovendo o crescimento económico e consolidando as bases para o desenvolvimento futuro. Neste processo, iremos dar prioridade à qualidade do desenvolvimento económico e à sua sustentabilidade. O enfoque da nossa actuação será no desenvolvimento harmonioso e equilibrado da economia e da sociedade. Para tal, iremos trabalhar para que o fruto do desenvolvimento se repercuta na elevação da qualidade de vida da população.

Segundo as previsões, as receitas do jogo devem poder manter um crescimento estável no próximo ano. Porém, não devemos mostrarmo-nos satisfeitos com este cenário, pois este não passa de uma realidade fugaz. Pelo contrário, devemos manter o nosso sentido de vigilância para qualquer eventualidade e trabalhar para elevar a competitividade deste sector dominante, proporcionando-lhe as bases necessárias para o seu crescimento sustentado, com potencialidades para enfrentar futuros desafios. Devemos tirar partido desta conjuntura favorável para, rapidamente, assegurar o salto qualitativo do sector. Para que esta indústria se desenvolva de forma saudável, é imprescindível o reforço da gestão nas suas diversas vertentes, designadamente no âmbito da legislação reguladora, da gestão financeira e dos promotores de jogo. Iremos recorrer à alta tecnologia e a meios sofisticados e aproveitar as oportunidades de cooperação internacional para elevar as capacidades de gestão do Governo e do sector neste domínio. O Governo compromete-se a não defraudar as expectativas da população, adoptando medidas para reforçar a eficácia das acções de controlo do cumprimento dos contratos por parte das concessionárias. Iremos dedicar esforços para que essas concessionárias cumpram as suas obrigações contratuais, investindo em projectos e assegurando a gestão nos termos das cláusulas, a bem da realização dos seus interesses e dos da RAEM.

Devido às limitações da nossa área geográfica, não devemos nem podemos contentarmo-nos apenas com a subida numérica de turistas que nos visitam. Devemos, antes, investir mais esforços na promoção da imagem de Macau enquanto destino turístico de qualidade e na elevação do nível de consumo dos turistas. Uma vez que reconhecemos que o sector de serviços desempenha um papel fundamental na nossa economia, toda a população deve lutar para que os elementos de qualidade e credibilidade sejam incorporados no conceito de excelência dos serviços. Esta noção de exigência deve estar sempre presente no nosso trabalho quotidiano e nas actividades correntes. O Governo, para além de promover a fixação de projectos turísticos de grandes dimensões, irá também divulgar a singularidade de Macau enquanto plataforma de cruzamento das culturas chinesa e ocidental, potenciando as vantagens da sua integração na Lista do Património Mundial da UNESCO. O Governo irá divulgar os atractivos da gastronomia típica de Macau, as suas facilidades recreativas e capacidade para a organização de eventos internacionais. Essas vantagens devem ser articuladas com os serviços excelentes

proporcionados pela indústria do jogo. É assim que se constrói a imagem de Macau enquanto capital de cultura e entretenimento, fazendo chegar aos quatro cantos do mundo a especificidade do turismo desta terra, com vista a diversificar os nossos mercados turísticos e atrair visitantes com mais elevado poder de compra.

O desenvolvimento saudável e estável do sistema financeiro afecta directamente a vida da população e constitui também a chave do crescimento económico de um território. O Governo irá continuar a reforçar a gestão do sistema financeiro, recorrendo a critérios científicos vigentes internacionalmente e a meios tecnológicos avançados, com vista a assegurar uma fiscalização eficaz das instituições financeiras. Iremos recorrer a auditorias externas e a consultadorias profissionais, aperfeiçoar os regimes jurídicos e combater o branqueamento de capitais, por forma a assegurar o funcionamento regular do mercado financeiro e promover o crescimento deste sector.

Devido a razões de ordem subjectiva e objectiva, os fenómenos de desequilíbrio no processo de desenvolvimento económico são notórios. Em comparação com o crescimento acelerado do sector dominante da nossa economia, uma parte substancial das pequenas e médias empresas locais continua mergulhada em dificuldades, com a conseqüente redução da sua competitividade. Para ultrapassar esta situação, o Governo irá intensificar a assistência a estas empresas, criando condições favoráveis ao seu desenvolvimento. Tirando partido da terceira fase do projecto CEPA, iremos encorajar os nossos empresários a conceber e fabricar produtos com potencialidades, reajustando as suas estratégias de promoção e modelo de exportação. Iremos divulgar-lhes as virtualidades do imenso mercado da China Continental para que considerem este mercado como alvo preferencial de exportação.

Em virtude do crescimento económico, a situação de emprego da população de Macau atingiu um nível relativamente razoável. A taxa de desemprego que se manteve num dígito durante um período longo e outros indicadores apontam o desemprego estrutural como a razão principal das dificuldades de ocupação profissional das pessoas. Do universo de desempregados fazem parte pessoas de maior idade e com nível de instrução mais baixo. Para o próximo ano, o Governo irá adoptar medidas mais eficazes, nomeadamente acções de formação destinadas à qualificação profissional dessas pessoas, com vista a elevar as suas capacidades profissionais. As acções de formação devem incorporar ideias novas, transitando de um modelo passivo de reacção para um modelo activo de intervenção. Iremos desenvolver programas de formação profissionalizante e em serviço que respondam às necessidades de desenvolvimento das nossas indústrias, sempre guiados por uma visão estratégica das realidades, uma atitude pragmática e uma análise objectiva dos condicionalismos. O nosso objectivo é fazer corresponder o conteúdo das acções de formação com o domínio efectivo das técnicas e generalizar a certificação profissional das pessoas, de modo a incrementar a competitividade dos trabalhadores de Macau.

Verificámos também que alguns ramos de actividade debatem-se com sérias dificuldades na contratação de mão-de-obra. Face a esta realidade, iremos promover regimes de trabalho a tempo parcial mais flexíveis. Ao garantir as oportunidades de emprego dos residentes de Macau e os seus direitos remuneratórios dentro de um patamar razoável, o Governo irá, a

partir do próximo ano, alargar a importação de trabalhadores não-residentes, designadamente a vinda de quadros técnicos qualificados.

Para efeitos de fortalecimento da competitividade a nível global e da capacidade de resposta perante situações de imprevisto, apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas locais e promoção dos valores de harmonia e equilíbrio na sociedade, o Governo irá continuar a aplicar um conjunto de medidas eficazes, no sentido de aprofundar de forma adequada a diversificação das nossas indústrias. A diversificação não implica a dispersão de investimentos de uma forma desordenada, pois há que avaliar com objectividade os riscos e as vantagens e agir de acordo com as capacidades de cada um. O cerne da questão reside no reforço da interdependência e complementaridade das estruturas industriais. O Governo irá dar um maior impulso ao desenvolvimento de ramos de actividades ligados ao sector dominante da economia, criando um clima propício para a complementaridade com a indústria do jogo. Com o aprofundamento das medidas no âmbito do CEPA e a construção das plataformas comerciais em articulação com as opções do mercado e a vontade dos investidores, o Governo irá incentivar as instituições de ensino superior a desenvolver projectos de investigação e apoio tecnológico necessários, com vista a estimular o crescimento de ramos de actividades com potencialidades, designadamente a medicina chinesa, o transporte aéreo e a logística, os serviços de mediação comercial e outros. Todas essas acções desenvolvidas sob o princípio orientador assente numa filosofia pragmática irão contribuir para a optimização das estruturas industriais.

Não obstante as transformações drásticas ocorridas nos últimos anos, muitas empresas locais, para além de não terem sido eliminadas pela concorrência, ainda tiveram um desempenho pleno de vitalidade. Esta é uma realidade que nos causa grande satisfação. O sucesso dessas empresas tem a sua razão de ser, pois comungam de uma particularidade – elas souberam evoluir com os tempos; souberam modernizar-se e ajustar os seus modelos. Algumas ainda souberam criar uma cultura empresarial própria e os seus agentes sempre trabalharam com espírito de equipa e dinamismo. De facto, o estatuto remuneratório dos trabalhadores é um factor essencial para a sua fixação, mas não é o único. Outros de igual importância serão o sentimento de pertença, as condições de trabalho e as perspectivas de progredir na carreira.

Não podemos negar que Macau, ao entrar nesta nova fase de crescimento económico e desenvolvimento social, continua a defrontar-se com fenómenos de desequilíbrio, resultando em disparidades de rendimentos entre as camadas sociais. Embora este aspecto seja uma componente natural de uma economia de mercado, o Governo não deixou de dedicar-lhe a sua maior atenção, intensificando medidas no âmbito de educação e formação, assistência social e outros, para auxiliar os necessitados, proteger os interesses legítimos dos consumidores e assegurar uma distribuição mais justa dos frutos do progresso social. Devemos afirmar com clareza que não cabe ao Governo garantir que todos possam usufruir o mesmo nível de rendimento ou remuneração. O que o Governo está empenhado em fazer é aperfeiçoar a legislação, reforçar as capacidades governativas e prestar melhor auxílio técnico, com vista a proporcionar oportunidades de desenvolvimento justas e melhores condições de exercício à população e aos investidores, garantindo, assim, que todos possam arrancar de pontos de partida próximos para alcançar o sucesso que cada um merece.

3. Promoção das vantagens da política “estabelecer relações com territórios e países distantes e consolidar a integração com países e territórios vizinhos” e do papel de Macau enquanto plataforma de serviços

O desenvolvimento económico e progresso social vividos por Macau nesses últimos anos são fruto dos esforços das suas gentes e consequência da nossa interacção eficaz com a conjuntura externa. Neste domínio, as políticas de “estabelecer relações com territórios e países distantes e consolidar a integração com países e territórios vizinhos” e de participação activa em projectos de cooperação regional e a sua interligação com o CEPA formaram a força motriz que impulsionou o desenvolvimento de Macau, razão pela qual o Governo irá aprofundar essas políticas.

A assinatura do 2.º Aditamento ao CEPA fortaleceu as relações comerciais entre Macau e a China Continental. A aplicação de taxa aduaneira zero aos produtos com origem em Macau e o alargamento da abertura do sector de serviços trouxeram grandes oportunidades aos empresários e quadros profissionais de Macau para entrar neste mercado vasto e cheio de potencialidades. Esta realidade é favorável à diversificação das nossas indústrias. A implementação do CEPA ofereceu também condições favoráveis ao aprofundamento da cooperação regional.

Olhando à nossa volta, os exemplos dos vários países do mundo e da China Continental apontam a cooperação regional como a chave do sucesso. A cooperação regional não é uma abstracção. Perante as tendências irreversíveis de globalização, protagonismos solitários ou modelos isolacionistas são condenados ao fracasso face aos novos desafios. A divisão conduz ao fracasso e a união faz a força. Por essas razões, uma região como Macau – que tem um sector de serviços como actor principal da sua economia e mantém um elevado grau de dependência do exterior – deve apostar na integração com outros agentes do mesmo espaço geográfico. A complementaridade de vantagens regionais irá produzir frutos concretos. Para o próximo ano, o Governo irá colocar a ênfase da sua actuação no reforço da coordenação de medidas neste domínio, sempre orientado por um espírito pragmático. É nosso objectivo elevar a eficácia das acções, com vista a alcançar resultados nesta fase.

Com vista a tirar pleno proveito e reforçar as vantagens da indústria de convenções e exposições de Macau, e associada à atribuição do estatuto de “UFI approved event” à Feira Internacional de Macau, iremos inaugurar uma instituição vocacionada para os estudos na área de turismo de convenções e exposições e de incentivos. Iremos colaborar com a indústria turística para promover actividades do segmento de convenções e exposições de maior eficácia, tipicidade, profissionalismo e qualidade, atraindo a adesão de mais empresários e parceiros internacionais. Iremos também organizar os nossos empresários, com vista a tirar melhor proveito das oportunidades criadas pela implementação da terceira fase do CEPA, incentivando-os a participar em todas as actividades comerciais e de promoção de investimento a realizar na China Continental e no exterior e encorajando-os a formar parcerias com as pequenas e médias empresas da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas.

A construção de uma plataforma de serviços comerciais localizada em Macau é um passo fundamental para a concretização da estratégia de desenvolvimento do sector de serviços de Macau e de cooperação regional. A criação e aperfeiçoamento das várias plataformas de serviços irão oferecer mais oportunidades aos empresários locais e da Região. Com o apoio incondicional da Pátria, Macau, enquanto plataforma de serviços comerciais entre a China e os países e regiões de Língua Portuguesa, conheceu um avanço satisfatório. Iremos potenciar as nossas vantagens singulares no domínio linguístico, das redes de relacionamento pessoal e afinidades históricas, por forma a incrementar a cooperação comercial entre a China Continental, Macau, os países lusófonos e os empresários de origem chinesa de outros países. A par disso, iremos também aproveitar e reforçar as ligações com os países do sudeste asiático, o Japão e a Coreia, e a União Europeia, por forma a potenciar as vantagens atractivas de Macau enquanto plataforma de serviços comerciais. O Governo irá empenhar esforços no sentido de potenciar o papel dos empresários e quadros profissionais locais, auxiliando-os a conquistar mais sucessos neste processo.

Nos últimos tempos, a população mostrou-se preocupada com a possibilidade de ocorrência de uma epidemia da gripe das aves e com a segurança alimentar. Este cenário exige uma maior capacidade de coordenação e de resposta rápida às contingências da Região. Colocamos sempre em primeiro plano a protecção da vida e a segurança dos cidadãos. Pretendemos, através do aperfeiçoamento da rede de cooperação regional, reforçar as nossas capacidades de resposta às contingências.

A integração de mercados é uma componente intrínseca da cooperação regional. Esta realidade exige a liberalização dos mercados de todos os seus membros, permitindo a livre circulação de pessoas, bens e capitais. Assim, os capitais externos podem associar-se e competir com capitais locais. Com a maior abertura do mercado de Macau, investidores externos de prestígio mostraram-se muito activos na economia local. Face a esta realidade, temos que perguntar a nós próprios – o que devemos fazer para nos libertarmos de uma mentalidade passiva e conservadora? Como vamos cooperar com os outros para alcançar o progresso comum? O que devemos assimilar para realizar a complementaridade e rejuvenescer as nossas capacidades? Como devemos promover o crescimento do mercado com vista a beneficiar todos os agentes? Todas essas questões exigem a nossa atenção. Neste processo, o Governo não deixará de desempenhar um papel activo, concebendo e aplicando políticas e medidas, mas os empresários e os cidadãos também devem contribuir a sua quota parte para a concretização deste desígnio.

4. Definição de políticas favoráveis para fazer face às necessidades de desenvolvimento e arranque das obras de construção de infra-estruturas de forma programada

Manter e elevar a qualidade de vida dos cidadãos e consolidar as bases do desenvolvimento sustentado constituem objectivos políticos do Governo da RAEM. Para atingir esta meta, devemos ter uma visão estratégica correcta na concretização de projectos de desenvolvimento urbano.

O desenvolvimento rápido do sector imobiliário registado nos últimos dois anos é um indicador fiel do crescimento económico e das perspectivas de progresso. Contudo, os cidadãos têm sentido maior dificuldade na aquisição e arrendamento de habitações. Perante esta situação, o Governo tem dedicado maior atenção a esta realidade, pelo que irá, com base numa avaliação objectiva e global do panorama deste mercado, proceder, muito em breve, ao reajustamento da política de habitação. Pretendemos, com a conjugação de esforços dos diversos actores, assegurar melhores condições para que a população possa viver em paz e na estabilidade. Nesta fase, o Governo irá colocar à disposição da população mais unidades de habitação pública e rever o regime de atribuição das habitações económicas e habitações sociais. Com esta medida, queremos garantir a utilização racional dos recursos públicos e assegurar que as famílias com necessidades reais possam deixar de sentir dificuldades em termos de habitação. Os serviços competentes irão reforçar as competências no domínio da administração de condomínios, auxiliando os cidadãos a melhorar as condições de habitabilidade das suas residências. Estamos a estudar a criação, a breve trecho, de um regime de licenciamento de agentes mediadores do sector imobiliário, com vista a elevar o seu profissionalismo, protegendo deste modo os interesses dos investidores. Iremos continuar a realizar obras para embelezar as zonas urbanas e elaborar planos de urbanização para os novos bairros, a fim de proporcionar um melhor ambiente para os nossos cidadãos.

O Governo irá acelerar as obras de reordenamento dos bairros antigos e as obras de requalificação das infra-estruturas destinadas à habitação e ao comércio localizadas nesses bairros, em ordem a promover o desenvolvimento integrado dos bairros novos e antigos. Para tal, o Governo irá acelerar os trabalhos de produção legislativa e de planeamento, promovendo a cooperação e participação das entidades públicas, empresas privadas e cidadãos. A criação do Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos, dotado de uma vasta representatividade, é um passo fundamental para a concretização desta política.

No domínio dos assuntos de trânsito, iremos adoptar uma abordagem de gestão sistematizada. O Governo irá criar uma entidade com competência específica na coordenação das medidas reguladoras de trânsito, assumindo responsabilidades globais da gestão viária de todo o território. Iremos continuar a realizar obras de conservação da rede viária e outros equipamentos, construindo mais parques e definindo mais lugares de estacionamento. Queremos incentivar a nossa população a recorrer mais a transportes colectivos e reduzir o número de veículos em circulação nas estradas. Iremos acelerar os trabalhos preparatórios do projecto de transportes em carris, a fim de assegurar uma gestão racional e efectiva dos transportes da RAEM.

A opção estratégica dos sectores de transporte aéreo e transporte marítimo envolve o aproveitamento oportuno da conjuntura e o reforço das suas capacidades competitivas. Iremos investir na construção de mais infra-estruturas físicas no domínio de transporte de passageiros e carga, para efeitos de aumentar o volume de operações do Aeroporto Internacional de Macau. Iremos melhorar as instalações do Terminal Marítimo do Porto Exterior e acelerar as obras de construção do novo terminal de passageiros. Para ultrapassar as limitações impostas pela geografia de Macau e com vista a promover uma maior integração regional, o Governo

irá estudar novas soluções no âmbito de infra-estruturas de transportes, em prol do desenvolvimento sustentado da Região.

Iremos potenciar as competências de coordenação e orientação do Conselho de Ciência e Tecnologia e do Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia. Iremos, ainda, mobilizar os cientistas e peritos em tecnologia da Região, bem como aproveitar as vantagens da China Continental neste domínio, para impulsionar o desenvolvimento do nosso sector tecnológico. Iremos acelerar as obras de construção do Centro de Ciência e promover mais acções de divulgação de conhecimentos científicos de qualidade, com vista a despertar o interesse da nossa juventude pela Ciência.

O desenvolvimento rápido da economia, nomeadamente do sector dominante, exige uma resposta do Governo em termos de oferta de um maior número de serviços, pelo que em muitos organismos públicos surgiram necessidades de ampliação de instalações e aperfeiçoamento das suas condições de funcionamento. No entanto, considerando o desenvolvimento equilibrado e global da economia, o Governo só permitirá a realização de obras consideradas imprescindíveis. O Governo irá exercer um controlo rigoroso das obras solicitadas pelas entidades públicas, com vista a evitar o sobreaquecimento do sector de construção civil. Acreditamos que essas entidades irão compreender as nossas razões e irão ter presente o interesse global, desenvolvendo mais esforços para fazer melhor nas condições existentes.

Ao executar as obras públicas e privadas, deve-se dar maior atenção à sua articulação com o desenvolvimento sustentado, assente em factores de segurança e protecção ambiental. Reconhecemos que o arranque de um grande volume de obras de construção nos últimos dois anos conduziu à formação de atitudes negligentes. A prioridade foi colocada na conclusão das estruturas físicas, em detrimento das acções de formação, fiscalização e gestão e da atenção ao impacto ambiental desses empreendimentos. É óbvio que a conclusão de obras dentro dos prazos acordados é uma obrigação irrecusável, mas nunca pode ser um pretexto para sacrificar o ambiente ou descuidar a segurança das pessoas. Iremos criar uma entidade com competências claras no domínio da protecção ambiental, aperfeiçoar a legislação reguladora, reforçar as acções de divulgação e de fiscalização, com vista a garantir o desenvolvimento harmonioso da economia e da sociedade.

5. Definição de estratégias eficazes e promoção dos valores de uma cultura humanista

Nestes últimos anos, associar o desenvolvimento da economia com as preocupações humanistas correspondeu a um anseio da população em geral. Este Governo, que tem como filosofia de actuação o conceito "servir melhor o cidadão", não deixará de ter sempre presente os valores humanos em todas as acções desenvolvidas nos diferentes domínios.

O Governo irá investir mais recursos no sector educativo. Após a extensão da escolaridade gratuita ao ensino pré-primário, o Governo irá continuar a trabalhar rumo ao objectivo de assegurar um ensino secundário complementar gratuito, caminhando em direcção à

concretização da escolaridade gratuita para todos os níveis de ensino não superior. Nesta fase transitória que precede a concretização desse objectivo, iremos, em primeiro lugar, promover a abolição total do pagamento das despesas por serviços complementares, bem como aplicar o regime do subsídio ao ensino secundário complementar.

Estamos cientes de que temos de ultrapassar o dilema da desproporcionalidade entre o volume de recursos investidos e qualidade do aproveitamento escolar. Iremos aperfeiçoar as metodologias pedagógicas e reforçar os mecanismos de atribuição de prémios, por forma a sustar as tendências de desmotivação dos estudantes na aprendizagem. O Governo irá definir um regime-quadro do pessoal docente e aperfeiçoar o regime de atribuição de subsídios aos professores, para que, com melhores apoios, estejam em condições para elevar a qualidade do ensino.

Assentes nas experiências do processo de reforma do ensino básico, iremos lançar mãos à reforma do ensino superior. Iremos reforçar a qualidade do corpo docente e promover a autonomia pedagógica. Iremos procurar maior equilíbrio entre os ramos das ciências humanas e os das ciências naturais, entre os que correspondem às necessidades da sociedade e os que são de simples vocação pessoal. Iremos introduzir no ensino disciplinas de carácter filosófico e de cultura geral, procurando, deste modo, completar e aperfeiçoar a estrutura de conhecimentos e o sistema pedagógico das instituições de ensino superior. Iremos criar um regime de bolsas de estudo especial, com vista a apoiar estudantes provenientes de famílias carenciadas que revelarem aproveitamento excepcional, proporcionando-lhes condições para aceder ao ensino superior.

A estagnação na qualidade do ensino de línguas estrangeiras em Macau constituiu um grande impedimento ao progresso escolar dos alunos dos ensinos secundário e superior. Devemos elevar a qualidade do ensino de línguas estrangeiras já a partir do nível do ensino básico, de modo que os nossos estudantes que pretendam prosseguir os estudos universitários possam ter um domínio básico de várias línguas. No âmbito da educação permanente, iremos incrementar o peso da componente das línguas estrangeiras no programa curricular e generalizar o seu uso na vida quotidiana.

A educação moral é, hoje em dia, uma temática de particular relevância. Iremos apoiar com determinação as instituições de ensino com vontade para desenvolver esta vertente como componente do seu plano pedagógico. A abordagem pedagógica desta temática deve ser baseada numa metodologia de orientação, de modo a fazer perceber aos estudantes a razão de ser das coisas. A aplicação dos valores morais no quotidiano é o meio correcto de elevar a consciência ética das pessoas. Devemos estimular a nossa juventude a participar em actividades que tenham um significado moral, criando oportunidades para que eles ganhem noção das inúmeras situações de miséria e infelicidade que nos rodeiam, a fim de formar, no seu espírito, os sentimentos de solidariedade humana e vontade para o auto-aperfeiçoamento.

A resolução do problema de carência de quadros qualificados está sempre presente no horizonte das nossas preocupações. A chave para a resolução deste dilema reside no reforço das vertentes de concorrência e compensação. Há que inculcar na consciência das pessoas a

capacidade para identificar e apreciar indivíduos com talento e difundir a prática de recomendar homens e mulheres de excepcionais qualidades para lugares consentâneos com as suas habilidades. Iremos fomentar os valores de justiça e concorrência nos diversos domínios e actividades, por forma a premiar os melhores e incentivar os que tiveram resultados mais fracos a trabalhar mais para alcançar o sucesso.

As transformações sociais abruptas resultantes do processo de abertura deram origem à proliferação de factores de risco patogénico e fizeram emergir casos de foro psicológico. Iremos impulsionar a integração das áreas da medicina, da saúde, do desporto e do ambiente, assegurando que essas vertentes multipliquem os seus resultados de uma forma coordenada e complementar, em prol da saúde da população. O Governo e os cidadãos irão tirar proveito da experiência das operações de prevenção da SRAS, trabalhando em conjunto para, mais uma vez, alcançar a vitória sobre qualquer eventual ameaça epidémica.

No domínio da cultura, devemos trabalhar para apurar as estratégias até ao mais ínfimo pormenor, gerindo com precisão as conexões entre o particular e o geral. Os projectos devem ter um objectivo específico, com calendarização das suas fases de execução. O nosso propósito é a realização de projectos de excelência construídos com base numa cultura multifacetada.

Ao olhar para o panorama artístico de Macau, podemos constatar uma realidade – a população de um modo geral tem uma capacidade de apreciação artística baixa, com fraca sensibilidade estética. Esta situação é um obstáculo para a elevação da qualidade de criação artística. Devemos incrementar o peso do ensino das artes, bem como criar condições para elevar o sentido estético dos nossos cidadãos. Iremos desenvolver actividades que envolvam a simulação ou reprodução de obras de arte de alta qualidade. Iremos também incentivar os artistas locais a expressar os seus sentimentos e as suas vivências na sua produção, de modo que as suas obras reflectam os costumes e experiências de Macau, contribuindo para uma maior identificação e interesse do público.

O sucesso da candidatura de Macau para a sua integração na Lista do Património Mundial da UNESCO veio a colocar nos nossos ombros uma grande responsabilidade na valorização desta preciosa herança cultural e espiritual, obrigando-nos a prestar maior atenção à sua conservação. Devemos adoptar uma abordagem global, recusando intervenções pontuais que apenas atinjam partes de um todo. Neste contexto, iremos dedicar mais esforços para incentivar as pessoas a coleccionar, fazer circular, doar e apreciar as peças de valor cultural e histórico, criando oportunidades para a exposição pública de colecções privadas.

Para responder às necessidades crescentes dos cidadãos no âmbito de autovalorização, aquisição de cultura geral e ocupação dos tempos livres, o Governo decidiu construir uma biblioteca geral de grandes dimensões. Iremos proceder a um reajustamento das políticas de gestão das bibliotecas, procurando enriquecer e diversificar o seu espólio bibliográfico. As bibliotecas irão, em breve, flexibilizar o seu horário de funcionamento, a fim de facilitar o acesso dos leitores aos seus serviços, reduzindo os inconvenientes resultantes de um funcionamento rígido.

Iremos aproveitar, ao máximo, as infra-estruturas físicas e as experiências nas várias vertentes herdadas da organização dos 4.^{os} Jogos da Ásia Oriental, por forma a incentivar a nossa população, desde jovens aos adultos, a praticar mais desporto, a elevar as qualidades profissionais dos nossos treinadores e a constituir um corpo de atletas com potencialidades. Através da generalização da prática de desporto, queremos formar qualidades de espírito lutador, justiça e sentido prático. Para além das instalações desportivas modernas que dispomos, iremos também, em locais ao ar livre adequados, instalar equipamento desportivo básico, de modo a promover actividades de lazer e de recreação nos bairros comunitários. Queremos, com esta medida, oferecer mais opções aos cidadãos amantes de desporto.

A prosperidade económica e a projecção internacional do nome de Macau exigem-nos uma maior atenção à consolidação da imagem da RAEM. Iremos lançar uma campanha para promover a cordialidade, os hábitos de higiene e o respeito pela ordem pública junto da população. Os cidadãos devem ser os embaixadores de boa vontade junto dos visitantes, assumindo um comportamento exemplar. As obras de urbanização, qualificação das zonas antigas e de reordenamento devem integrar de forma orgânica elementos tradicionais e elementos modernos, evitando a tentação de empreender obras de gosto duvidoso, preservando a harmonia estética e a identidade da nossa cidade. Devemos respeitar e cumprir as regras de relacionamento vigentes na sociedade internacional, elevando a qualidade dos nossos laços com o exterior.

No próximo ano, o Governo irá intensificar a coordenação e a gestão dos serviços sociais. Iremos investir mais nas vertentes que detectámos insuficiências e elevar a eficácia contínua dos serviços prestados. Iremos aumentar o apoio às camadas indigentes e atribuir subsídios especiais aos que se debatem com grandes dificuldades. Iremos ainda estabelecer um mecanismo de prevenção vocacionado para detectar fenómenos de risco social.

Terceira Parte

**Pragmatismo na resposta às contingências e coesão
para desenvolver trabalho conjunto**

Senhora Presidente,

Senhores Deputados,

Hoje, Macau está a atravessar um período de grandes transformações, sem precedentes ao longo da sua História. Muitas coisas que eram vistas com naturalidade no passado, perderam a sua razão de ser; situações a que antes guardámos reservas, hoje são tidas como positivas; aquilo que dantes era inimaginável, hoje é visto com normalidade. Todas essas mutações vêm a revelar questões de índole profunda, tanto na vivência quotidiana, como num plano mais universal, pondo em evidência dúvidas sobre a qualidade da nossa sociedade e as suas capacidades para garantir o desenvolvimento. Essas mutações puseram a descoberto as contradições entre a aparência e a realidade, as ideias e os efeitos. No entanto, entendemos que essas mudanças podem representar a abertura de novas oportunidades, obrigando a sociedade a reconstituir o seu sentido de realidade, abandonando práticas obsoletas, apreendendo novos saberes e trilhando novos caminhos. Penso que, hoje, todos temos a consciência de que os desafios que a RAEM enfrenta, em muito, ultrapassaram meras adversidades conjunturais inerentes à presente fase de desenvolvimento, pois constituem a problemática estrutural própria de uma mudança de eras.

Para tirar partido das oportunidades proporcionadas por essas mutações, temos que estar sempre atentos e estudar com profundidade os condicionalismos envolventes. Temos que saber reunir o contributo de diferentes inteligências e definir rumos consentâneos com as tendências de evolução dos nossos tempos. A visão estratégica em escala maior deve ser associada à flexibilidade nos ajustamentos tácticos para garantir que, pago o preço justo, Macau ganhe as capacidades para sair do estrangulamento do seu desenvolvimento, fazendo das contingências a força que conduz o nosso barco a bom porto.

Quanto mais complexas forem as contingências que nos espreitam, mais devemos depender das bases sólidas que temos construído ao longo dos tempos. Devemos preservar e elevar o profissionalismo das nossas forças de segurança, promovendo acções de formação prática e de gestão modernas, e inculcar aos seus elementos valores humanos. Iremos estreitar os contactos de troca de informações e cooperação com o exterior e trabalhar para formar um corpo de agentes de autoridade de qualidade superior que prestigie a RAEM. Iremos também desenvolver um planeamento mais eficaz de medidas de segurança no seio do sector financeiro e do sector de saúde pública. Entendemos que as noções de segurança devem ser uma componente essencial dos programas de educação cívica.

É nossa obrigação promover, de forma programada e gradual, o desenvolvimento da democracia, no quadro da Lei Básica. Pretendemos ampliar a componente democrática das nossas estruturas, dentro das condições existentes. Os mecanismos democráticos crescerão e transitarão para instituições democráticas, de modo a que a semente da democracia caia em solo fértil para florescer e amadurecer até chegar à democracia plena. No próximo ano, iremos proceder a uma revisão global dos mecanismos de consulta da Administração existentes, inovando e optimizando as suas funções. Iremos estabelecer um novo organismo de consulta suportado por vasta representatividade e provido de autoridade científica, qualificado para

recolher, de forma mais abrangente, as expressões de vontade popular. Esta entidade estará vocacionada para receber os contributos das diversas camadas e sectores sociais. Ela contribuirá para assegurar que as políticas do Governo vão ao encontro das necessidades do desenvolvimento social, assumindo um papel insubstituível no aperfeiçoamento da eficácia das nossas acções. Mais importante ainda, ela irá estimular a elevação das nossas capacidades governativas, garantindo uma melhor interacção entre a Administração e a sociedade e contribuindo, de forma mais profícua, para a materialização do princípio “Macau governado pelas suas gentes”. Antes de implementar qualquer política de grande alcance, o Governo irá fazer esforços para esclarecer melhor os cidadãos e alargar o âmbito de auscultação, integrando as aspirações da população nas políticas a aplicar e promovendo uma maior interacção entre o Governo e as comunidades. Só neste contexto é que podemos consolidar o equilíbrio no meio de diferentes vozes sociais, garantindo a interdependência e o respeito mútuo entre os grupos sociais. Só assim é que os interesses de cada sector poderão ser salvaguardados, evitando a concentração ilegítima de benefícios em apenas alguns; só assim é que estaremos em condições para garantir a maior estabilidade, amortecendo o impacto resultante das transformações drásticas; só assim é que poderemos conquistar a adesão dos que têm melhor preparação política, com competência para elevar as nossas capacidades governativas e assumir a responsabilidade pelas suas decisões. Só assim é que poderemos evitar opções políticas erradas e neutralizar os seus efeitos; só assim é que serão criadas oportunidades justas para as pessoas com vocação se dedicarem à causa política, formando-se e ganhando maturidade neste processo, pois serão elas as futuras protagonistas da concretização do princípio “um País, dois sistemas”.

Os tempos que vivemos exigem que todos nós dediquemos algum esforço para reflectir sobre o conceito “servir melhor o cidadão”. A essência deste conceito não reside no voluntarismo entusiasmado de querer fazer tudo pela e em nome da população, nem implica que a Administração substitua as forças vivas da sociedade, usurpando o seu papel. Na RAEM, o Poder Executivo é o primeiro agente na condução dos seus destinos. Neste pressuposto, as relações entre o Governo, as instituições da sociedade civil e as empresas devem ser de interdependência e de complementaridade. O Governo e os outros actores sociais têm o dever de conhecer o papel e as responsabilidades que a cada um cabe, de modo a fazer valer os pontos fortes de cada parte. Da parte do Governo, ele não se abdicará das suas responsabilidades e tudo fará dentro do quadro das suas obrigações. Aquilo que pode ser resolvido a nível da sociedade civil, devemos deixar espaço para que as associações, os organismos e as empresas exerçam a sua acção, cabendo ao Governo assegurar o apoio e colaboração necessários. A teoria e a prática têm demonstrado sem equívocos que esta é a forma mais racional de utilização de recursos, sendo considerado o modelo social mais eficaz e solidário.

A concorrência leal contribui para a elevação da qualificação geral da sociedade. Devemos garantir que os recursos sejam investidos de forma equilibrada em todos os sectores sociais, mas também evitar abordagens igualitárias e inflexíveis. A concorrência leal e o espírito combativo constituem elementos insubstituíveis de garantia do progresso continuado e

harmonioso, assente na estabilidade. Para fazer face à emergência rápida de desafios internos e externos, o Governo irá conjugar as sinergias da sociedade para impulsionar a construção de uma sociedade vocacionada para a aprendizagem permanente. Para tal, os dirigentes e as chefias, conjuntamente com as elites, devem assumir um papel de vanguarda.

O conceito de “servir melhor o cidadão” não é sinónimo de demagogia. Os serviços da Administração continuarão a tomar medidas para ouvir as vozes da população, incorporando as suas solicitações razoáveis na sua prestação. Uma sociedade em que todos se sentem felizes e satisfeitos não passa de uma utopia. As pessoas que nela vivem caem no amorfismo estéril. Pelo contrário, numa sociedade regida pelo princípio “servir melhor o cidadão”, os seus habitantes têm consciência, têm autonomia, têm autoconfiança e sabem respeitar regras de jogo justas; abordam os problemas de modo científico, são perseverantes e não se desfalecem perante dificuldades; nesta sociedade podem conviver os verdadeiros filhos da terra e os que chegaram depois, trabalhando em conjunto para construir um futuro promissor para as gerações vindouras. Só nesta sociedade caracterizada por uma grande mobilidade é que poderemos garantir a maior estabilidade; só nesta sociedade sujeita a regras próprias e claras é que poderemos assegurar um ambiente de concórdia, em que as qualidades pessoais formadas com esforço individual, possam merecer justa compensação e reconhecimento; só nesta sociedade que viveu profundas deslocações temporais e especiais é que teremos a confiança suficiente para preservar os valores históricos perenes; os seus cidadãos transportam consigo toda uma herança de virtudes e potencialidades e sabem abraçar a identidade própria que lhes trouxe a prosperidade e o progresso dos tempos modernos.

Depois de lançar um olhar retrospectivo aos seis anos que passaram desde o estabelecimento da RAEM, especialmente às políticas executadas ao longo deste ano, e ao perspectivar os rumos de evolução dos próximos anos, decidiu o Governo lançar progressivamente a partir do próximo ano, um conjunto de medidas específicas.

1. O Governo irá manter as medidas de isenção e redução de taxas e impostos e medidas de assistência social vigentes no corrente ano, a saber:

- Dar continuidade à redução em 25% do imposto profissional a toda a população activa;
- Dar continuidade à isenção do pagamento da contribuição industrial;
- Dar continuidade à redução em 500 patacas da contribuição predial para todos os empresários e proprietários de fracções habitacionais, ficando isento do seu pagamento nos casos em que o montante devido seja igual ou inferior a 500 patacas;
- Dar continuidade à isenção do pagamento da taxa da licença de reclamos e tabuletas das unidades comerciais;
- Dar continuidade à isenção do pagamento do imposto de turismo dos restaurantes;
- Dar continuidade à isenção do pagamento da taxa de licença de exploração aos vendilhões;

- Dar continuidade à isenção do pagamento da renda das bancas dos mercados;
- Dar continuidade à isenção do pagamento do imposto do selo sobre os seguros, à excepção do seguro de vida;
- Dar continuidade à isenção do pagamento do imposto do selo sobre os juros e comissões das actividades de crédito bancário;
- Dar continuidade à política de atribuição de um subsídio aos idosos.

O Governo irá dar continuidade e reforçar as medidas de apoio às pequenas e médias empresas.

As medidas de apoio às pequenas e médias empresas fazem parte de uma política integrada. O Governo, para além de investir mais esforços no âmbito de recursos humanos e cooperação regional, decidiu:

- Aperfeiçoar o programa de obtenção de crédito às pequenas e médias empresas, aumentando o valor dos montantes envolvidos, com vista a aliviar as dificuldades das empresas neste domínio;
- Acelerar os procedimentos administrativos e prestar, através dos organismos competentes, um serviço mais eficiente e eficaz no domínio de consultadoria, formação, informações e assistência técnica às pequenas e médias empresas;
- Após quase um ano de estudo e preparação, lançar as obras de requalificação das zonas antigas, a fim de criar condições propícias ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas.

2. O Governo irá investir mais recursos no sector educativo, designadamente:

- A partir do presente ano lectivo, estender o ensino gratuito aos primeiros dois anos do ensino pré-escolar. Esta medida será implementada logo que for aprovada a revisão do diploma regulador das instituições de ensino não-superior. Nessa altura, haverá lugar ao reembolso das propinas pagas;
- A partir do presente ano lectivo, serão atribuídos subsídios para cobrir as despesas por serviços complementares no âmbito do ensino pré-escolar até ao ensino secundário geral. Durante o ano lectivo de 2006/2007, deixará de haver o pagamento pela prestação desses serviços complementares, aliviando, dessa forma, os encargos dos pais;
- A partir do ano lectivo de 2006/2007, irá entrar em vigor o regime generalizado de subsídios para o ensino secundário complementar, no qual cada estudante auferirá um subsídio de cinco mil patacas. Iremos concluir os estudos necessários nos próximos dois a três anos, com vista a definir um plano de acção tendente à concretização do ensino gratuito a nível do secundário complementar em data não posterior a 2009/2010, estabelecendo o ensino gratuito para os quinze anos de escolaridade.

A implementação dessas medidas e o reforço de auxílio financeiro aos estudantes de escolas que não aderiram à rede implicam, para o próximo ano, um investimento no sector educativo de valor superior a oitocentos e oitenta milhões de patacas, representando um aumento superior a 50% em relação ao investimento do corrente ano.

3. O Governo irá assegurar a prestação de serviços médico-sanitários de melhor qualidade, em prol da saúde e bem-estar da população:

- Tendo em conta a situação actual e a tendência evolutiva no futuro, proceder à reorganização das especialidades do hospital público;
- Reforçar a coordenação, reduzindo, deste modo, os períodos de espera no âmbito dos serviços de especialidade e aperfeiçoando o sistema de triagem dos casos de emergência médica;
- Aumentar os equipamentos e instalações do hospital público e ampliar as instalações do Banco de Urgência;
- No domínio da prevenção da gripe das aves e outras epidemias graves, estabelecer um mecanismo de ligação estreita com a Organização Mundial de Saúde, os serviços de saúde nacionais e das regiões vizinhas. As medidas de prevenção e resposta serão implementadas em cumprimento das orientações da OMS. Os dois hospitais irão estabelecer em conjunto uma rede de vigilância das gripes e aprovisionar os medicamentos necessários. Iremos estar preparados para tomar as medidas necessárias face às contingências, colocando em primeiro plano a vida, a segurança e a saúde da população.

4. O Governo irá avaliar globalmente e promover o desenvolvimento do sector de acção social:

- A partir do próximo ano, o Governo irá realizar estudos tendentes a rever os índices de subsistência, à luz de critérios científicos, com vista a aumentar, de forma adequada, os valores correspondentes ao índice mínimo. Nessa altura, as verbas investidas no sector de assistência social serão reajustadas de acordo com os novos índices;
- O Governo irá reforçar as medidas de solidariedade que têm como destinatários os idosos e outros grupos sociais desfavorecidos. O Governo irá desenvolver estudos científicos tendentes a conhecer as reais necessidades dos idosos, incrementar o apoio aos asilos de terceira idade e lançar o projecto “uma nova vida para a terceira idade”, com vista a desenvolver as suas potencialidades e fazendo-os sentir dignificados. O subsídio atribuído aos idosos será vinculado aos índices de subsistência. Para além das medidas descritas, o Governo irá aumentar o apoio às camadas sociais indigentes, ajudando-as a reintegrarem-se na sociedade.

5. O Governo irá auxiliar os grupos sociais fragilizados a superar as dificuldades no âmbito de habitação e promover o desenvolvimento saudável do mercado imobiliário:

- Alterar o regime vigente, desde há longa data, de construção de habitação social

como contrapartida de concessão de terras, caracterizado pela passividade. O Governo passará a procurar os terrenos apropriados para construir, por iniciativa própria, as habitações sociais;

- O Governo, nos próximos três anos, irá, por iniciativa própria, construir cerca de 4 000 fogos de habitação social, desenvolvendo esforços para construir, nos próximos cinco anos, fogos de habitação social em número não inferior a 6 000;
- O Governo irá estudar soluções para a redução progressiva do imposto de selo sobre as transacções de imóveis, procurando assistir os cidadãos a adquirir a primeira habitação, sob a condição de não poderem aliená-la durante um certo período;
- O Governo irá elaborar um programa de aterros que responda às necessidades a longo prazo de Macau, no sentido de um controlo mais eficaz da oferta de terrenos e um desenvolvimento mais saudável e normal do mercado imobiliário. Os terrenos conquistados ao mar irão ajudar a RAEM a aliviar as dificuldades no âmbito de circulação viária, oferecer mais espaços para as actividades recreativas dos cidadãos, elevar a qualidade de vida da população e assegurar o desenvolvimento sustentado da Região;
- O Governo irá acelerar os trabalhos de revisão da legislação no âmbito do sector imobiliário, lançando um conjunto de diplomas, com vista a resolver problemas que têm vindo a subsistir no domínio do registo predial, eliminar as irregularidades que ocorrem nos processos de contrato-promessa de aquisição e compra e venda de habitações, sustar a especulação excessiva e reduzir os fenómenos de crescimento económico doentio, protegendo assim os interesses legítimos da população e promovendo o desenvolvimento saudável do mercado imobiliário.

6. O Governo irá investir todos os esforços para melhorar a situação de emprego das pessoas e aliviar as dificuldades decorrentes da falta de mão-de-obra:

O Governo nunca poupou esforços para melhorar a situação de emprego da população. Iremos continuar a tomar medidas para resolver o problema dos desempregados oriundos das camadas sociais fragilizadas segundo o princípio “trabalho sim, caridade não”, promovendo os valores de responsabilização. O Governo irá introduzir o conceito de incentivo no programa de atribuição de pensões, através da implementação do projecto “uma vida ao serviço da comunidade”.

O Governo constatou que as situações de carência grave de recursos humanos vividas por alguns ramos de actividades estão a alastrar-se para outros sectores sociais. O Governo decidiu, a partir do próximo ano e na garantia das oportunidades de emprego dos trabalhadores locais, adoptar um conjunto de medidas eficazes para aliviar as dificuldades decorrentes da falta de mão-de-obra.

O Governo, através de acções de estudo e coordenação do seu Conselho de Desenvolvimento de Recursos Humanos e do Conselho Permanente de Concertação Social, irá, a partir do primeiro semestre do próximo ano, aplicar o regime de taxa

adicional às empresas que contratam mão-de-obra importada, obrigando-as também a dar prioridade à contratação de trabalhadores locais.

As verbas cobradas a título desta taxa serão utilizadas principalmente para:

1. A formação de trabalhadores desempregados, principalmente os de meia idade, com vista a recuperarem a confiança e adquirirem novas capacidades na maior brevidade para reintegrar no mercado de trabalho;
2. Estudar e ensaiar colocar gradualmente parte das verbas recebidas, acrescidas de outros recursos investidos pelo Governo, na subvenção salarial às pequenas e médias empresas que empregam trabalhadores locais.

Conclusão

Senhora Presidente e Senhores Deputados,

Embora as perspectivas que nos esperam sejam optimistas, teremos que enfrentar ainda inúmeros desafios no futuro. Não iremos deixar cair o nosso sentido de alerta. Devemos estar sempre preparados para fazer face a todo o tipo de eventualidades. Este é o lema que governa a nossa actuação. Penso que merece o consenso de toda a sociedade. Quero afirmar que as várias medidas de concertação social que decidimos adoptar são suportadas por vastos consensos e por contributos de diversos actores sociais e tiveram em conta os resultados de estudos aprofundados. Quero também deixar claro um ponto – não iremos jamais deixar de atender às realidades objectivas e hipotecar o futuro dos nossos cidadãos para prosseguir irresponsavelmente objectivos próprios da filosofia de Estado-Providência, porque acreditamos que esta opção irá limitar a vitalidade e o dinamismo da RAEM. No entanto, enquanto garante último dos interesses colectivos da nossa população, o Governo não deixará de responder oportunamente às solicitações legítimas dos cidadãos para uma repartição mais justa dos frutos da prosperidade. Iremos lutar para criar um clima de maior harmonia e estabilidade propício para o desenvolvimento. Iremos também estabelecer condições para as pessoas poderem adaptar-se com maior celeridade à conjuntura transitória em que vivemos e enfrentar as dificuldades resultantes das rápidas mutações da economia. Assim, todos unidos em torno dos interesses superiores da RAEM, poderão dedicar-se de corpo e alma à construção de um futuro brilhante sob o princípio “um País, dois sistemas”. Queremos que essas medidas sejam a materialização da nossa intenção de realizar a justiça social, promover a solidariedade entre as pessoas e estimular os nossos cidadãos, especialmente a nossa juventude, a lutar, sem desistências, para elevar as suas qualificações e a fortalecer as capacidades competitivas de Macau.

Na verdade, a História tem provado que a prosperidade nunca é fruto de uma árvore que ninguém semeou. Ela não nasceu do nada. A prosperidade de um sector pode coexistir durante muito tempo com a degradação de outro sector que vive ao lado. Todo o crescimento tem o seu preço e muitas vezes a derrota pode constituir em nutriente que faz crescer as oportunidades de êxito. É nossa obrigação criar mais mecanismos e oportunidades justos, mas isto não invalida uma verdade – a alteração de condições de vida, em última análise, resulta sempre das opções e acções individuais que cada um de nós tomamos.

Face ao previsível longo período de mutação social que nos aguarda, o Governo decidiu colocar a tónica da sua actuação na integração orgânica do progresso humano e desenvolvimento económico. Qualquer acção de procura de vantagens deve ser sustentada por pressupostos éticos, qualquer aquisição de interesses deve ser filtrada à luz de valores morais e qualquer distribuição de benefícios deve assentar-se num espírito ético. Consideramos que o desenvolvimento económico é também uma componente da construção de uma cultura humanista. Por outro lado, a difusão de valores deve, também, corresponder a uma necessidade social. A concorrência livre dentro das regras de mercado é um elemento fundamental na consolidação de valores civilizacionais, pelo que inversamente, a cultura humanista também é parte integrante do processo de desenvolvimento económico. Devemos introduzir valores humanos nas nossas obras de desenvolvimento económico. Devemos também utilizar os

Conclusão

meios do mercado para assegurar a viabilidade da divulgação de valores humanos. A qualidade da cultura humanista deve transparecer em todas as fases do processo de desenvolvimento económico e a qualidade do desenvolvimento económico deve estar presente na materialização desta cultura humanista. Só com a coesão e fusão do económico e do humano pode uma sociedade usufruir os benefícios de prosperidade material e riqueza espiritual, elevando a qualidade de vida das pessoas. Só assim é que estaremos em condições para assegurar a concretização autêntica, credível e contínua deste superior ideal.

Tenho plena confiança nas nossas capacidades para realizar o panorama que acabei de descrever. As razões que sustentam a minha confiança são: sob a égide dos princípios “um País, dois sistemas” e “Macau governado pelas suas gentes” com alto grau de autonomia, a nossa população tem todas as qualidades de dinamismo, espírito de iniciativa, solidariedade e tolerância que necessitamos; possuímos as melhores tradições de multiculturalismo que demonstraram uma actualidade resistente ao passar dos tempos; soubemos absorver e assimilar o que há de mais excelente proveniente do exterior; as nossas associações e sectores representativos de grupos sociais étnicos, religiosos e profissionais estão à altura da missão de assumir em conjunto responsabilidades para o progresso e desenvolvimento de Macau; contámos com o apoio incondicional da nossa Pátria e dos nossos compatriotas; mas o mais importante é a opção de situarmo-nos no grande caudal da modernidade que aspira um mundo de paz, estabilidade, inovação e desenvolvimento. Por todas essas razões, acreditamos que temos capacidades para enfrentar os desafios resultantes do processo de transformação social e prosperidade económica. Iremos, pois, de mãos dadas construir um futuro mais promissor.

Nestes seis anos, a Assembleia Legislativa tem desempenhado um papel insubstituível, prestando toda a colaboração e fiscalização ao Governo. A sua acção permitiu que o Governo aplicasse as suas políticas, evitando erros políticos de maior gravidade. Os funcionários públicos, no seu todo, deram o seu melhor ao serviço da população, assumindo-se como executores da vontade do Governo. Os cidadãos, enquanto base de suporte e destinatário dos serviços providenciados pela Administração, têm contribuído com as suas sugestões e colaboração à elevação das nossas capacidades governativas. O Governo Popular Central e os seus organismos aqui sediados estenderam sem reservas o seu apoio em todas as vertentes dos assuntos da RAEM. É para eles todos que endereço a minha mais sincera expressão de gratidão e respeito.

Tenho dito. Os meus agradecimentos à Senhora Presidente e aos Senhores Deputados.

**Linhas de Acção Governativa
para o ano financeiro de 2006
do Governo da Região
Administrativa Especial de Macau
— Síntese —**

Área da Administração e Justiça

As acções na área da Administração e Justiça no corrente ano desenvolveram-se segundo os objectivos definidos nas Linhas Gerais de Acção Governativa do 2.º Governo da Região Administrativa Especial de Macau. Deu-se prosseguimento, com perseverança, aos conceitos “servir melhor o público” e “evoluir com os tempos” e promoveu-se, sob uma nova mentalidade e um novo modelo, a reforma administrativa e jurídica. No próximo ano, vamos prosseguir com o princípio “avanço progressivo e gradual”, com a definição das prioridades, o aproveitamento dos aspectos de maior alcance e a harmonização recíproca entre as acções nos domínios administrativo e jurídico, visando o aprofundamento da concretização dos planos de reforma.

Acolhemos activamente as opiniões e os conhecimentos de carácter objectivo e profissional, desenvolvemos esforços para dinamizar a democratização da Administração Pública em termos de gestão interna e de prestação de serviços públicos. Procedemos ao alargamento dos meios para uma participação activa e conjunta da sociedade civil nas acções governativas, de modo a aumentar a transparência do funcionamento da Administração, e reforçámos a responsabilização e a fiscalização para que as políticas e os diplomas definidos e implementados correspondessem às necessidades reais e fossem eficazmente executados.

Conheceram-se, desde o estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau, determinados avanços em termos de qualidade dos serviços prestados e uma gradual consolidação do conceito de servidor público, graças ao empenho que os trabalhadores da Função Pública têm vindo a desenvolver através do desempenho das suas funções no seu posto de trabalho, em estreita articulação com as Linhas de Acção Governativa. Face ao célere desenvolvimento social e económico, as futuras acções governativas vão continuar a depender do pleno apoio e articulação com os trabalhadores da Função Pública, independentemente do cargo ou categoria que detenham, os quais terão de elevar constantemente os seus conhecimentos e aptidões técnicas e promover o espírito de equipa e de valorização do interesse global, construindo, em conjunto com os residentes de Macau, uma sociedade com melhor qualidade de vida.

Busca da Perfeição na Prestação de Serviços Públicos e Recolha de Opiniões para o Aperfeiçoamento Contínuo. Desde o estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau até finais de Setembro de 2005, existia um total de 22 serviços públicos que implementaram o “Programa de Avaliação do Grau de Satisfação dos Cidadãos”, o qual será promovido de uma forma mais ampla no próximo ano. No âmbito dos programas de Carta de Qualidade, dos 956 serviços prestados ao público pelos actuais 44 serviços públicos 440 já se encontram integrados no Programa de Carta de Qualidade. O Regime de Reconhecimento da Carta de Qualidade será implementado no próximo ano. Também será instituído o Prémio de Serviço de Alta Qualidade, no intuito de efectuar a apreciação objectiva e a atribuição de prémios aos serviços públicos ou às equipas de trabalho que tenham um desempenho de excelência.

Iremos proceder, no próximo ano, ao melhoramento do serviço One Stop a nível interno e externo, por forma a elevar a eficácia de cooperação entre serviços. Continuaremos a otimizar

o funcionamento e os serviços prestados pelo Centro de Serviços do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, assim como renovaremos o modelo de serviço *One Stop* e os serviços prestados por diversos departamentos. Vamos implementar um projecto-piloto relativo ao Protocolo de Serviços, criar os Centros de Prestação de Serviços ao Público por zonas, organizar a instalação do Centro de Informações do Governo, bem como proceder ao estudo sobre a criação da Livraria *On-Line* do Governo.

Em finais do corrente ano, vários serviços públicos vão criar e implementar o projecto-piloto do Sistema Electrónico de Tratamento de Reclamações Inter-Serviços, que será dado a conhecer, no próximo ano, aos demais serviços públicos para que o possam utilizar, alargando, deste modo, o seu âmbito de aplicação e eficácia. Assim sendo, vamos reforçar cada vez mais os serviços prestados durante 24 horas pelo Sistema Vocalizado de Consulta dos Contactos dos Serviços Públicos.

No âmbito dos trabalhos na área dos registos e do notariado, através da revisão dos respectivos conteúdos do Código do Notariado, Código do Registo Predial e Código do Registo Civil, vamos proceder, no próximo ano, à simplificação dos procedimentos de registo e à criação e aperfeiçoamento de diversos regimes jurídicos – entre os quais se contam, o regime unificado de registo e notariado para a realização de transacções imobiliárias, o regime de arrendamento, o regime de registo da compra e venda de imóveis em construção, o regime de registo do pagamento do sinal e o regime de supervisão dos mediadores imobiliários – bem como do sistema de consulta *on-line* de informações sobre a situação jurídica dos imóveis.

Simplificação e Optimização do Funcionamento Administrativo, Reorganização das Funções e Reforço da Coordenação. Concluiu-se a produção do Guia para a Avaliação dos Resultados da Optimização dos Procedimentos Administrativos, para além de terem sido apresentadas propostas de optimização dos procedimentos sobre a declaração e pagamento de impostos e o pedido de concessão de crédito ou de apoio pelas empresas.

No próximo ano, iniciaremos um estudo sobre os procedimentos comuns, visando um melhor enquadramento e normalização do funcionamento administrativo. Apresentaremos propostas de implementação relativas à optimização dos processos de aquisição pública de bens e serviços e de assistência social. Procederemos à revisão dos diplomas relativos ao regime de actividade hoteleira e similar (sector da restauração e bebidas) para optimizar os procedimentos de licenciamento e implementaremos o projecto-piloto do Plano sobre a Criatividade dos Funcionários Públicos no Trabalho. Até Setembro de 2005, um total de 36 subunidades orgânicas de 9 serviços e entidades públicas obteve a certificação internacional de gestão de qualidade ISO. No próximo ano iremos continuar a estimular os demais serviços públicos a obter essa certificação, assim como melhorar o nível de prestação dos serviços dos auditores internos através da organização de acções de formação e prática.

No âmbito da optimização da estrutura administrativa, daremos prosseguimento ao aperfeiçoamento dos “Princípios para a Avaliação da Razoabilidade das Estruturas Orgânicas”. Em 2006, procederemos não só à revisão e redistribuição das atribuições em matérias que tenham estreita ligação com o aumento do nível da qualidade de vida dos cidadãos, como

também envidaremos esforços para impulsionar a reforma das atribuições. Vamos reforçar as acções relativas à reestruturação de serviços individualmente considerados e acompanhar o reajustamento das atribuições entre os serviços públicos, com o objectivo de atingir, de forma gradual, a optimização plena das estruturas públicas. Impulsionaremos a reorganização das atribuições do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, particularmente no que respeita às atribuições no domínio de tráfego rodoviário e transporte, assim como daremos início à revisão das Bases Gerais da Estrutura Orgânica da Administração Pública de Macau.

Reforma do Ordenamento da Função Pública e Elevação do Nível de Qualidade dos Servidores Públicos. Em termos de aperfeiçoamento da gestão integrada dos trabalhadores da Função Pública e do sistema nuclear da Administração Pública, como eixo principal da reforma, foi implementado, no corrente ano, o novo Regime de Avaliação do Desempenho que permite, através de vários mecanismos, nomeadamente de reuniões de avaliação, definir planos de trabalho e intensificar o diálogo entre os dirigentes, chefias e funcionários. Esse regime permite também, através de diversas inovações introduzidas e de gestão humanizada, reflectir, de forma objectiva e real, o desempenho dos trabalhadores e elevar a sua motivação, assegurando, assim, justiça, imparcialidade e transparência.

Além disso, desenvolveu-se um grande volume de trabalho para a elaboração do Regime de Previdência dos Trabalhadores da Função Pública, que se prevê venha a ser implementado no próximo ano e que tem por destinatários não só todos os novos trabalhadores que venham a ser admitidos após a implementação desse diploma, como também aqueles que tenham sido já providos em regime de contrato ou de assalariamento no actual regime. A concretização do Regime de Previdência irá aprofundar a reforma do actual ordenamento da Função Pública, o que responderá melhor às tendências de desenvolvimento da modernização da Administração Pública e proporcionará uma salvaguarda para a vida dos trabalhadores após aposentação.

No próximo ano, vamos aperfeiçoar o regime de regulamentação dos titulares de cargos públicos nos seus vários níveis, no sentido de prever expressamente os seus poderes, responsabilidades e deveres, melhorar as normas relativas à assunção de responsabilidades, bem como intensificar a responsabilização pela execução das acções governativas. Vamos prosseguir com a revisão e o aperfeiçoamento da implementação do novo Regime de Avaliação do Desempenho e, na sequência dos ajustamentos nos vencimentos e nas pensões de aposentação e de sobrevivência dos trabalhadores da Administração Pública, vamos proceder, no próximo ano, de forma faseada e de acordo com os planos traçados, à conclusão da elaboração ou à revisão dos seguintes projectos entre outros: o Estatuto do Chefe do Executivo e dos Titulares dos Principais Cargos da Região Administrativa Especial de Macau, o Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia, as novas carreiras de pessoal jurídico especializado e de pessoal de tradução jurídica, a reclassificação e reconversão profissional, o regime disciplinar, o regime contratual, o regime de recrutamento, o regime de assistência médica, o regime de formação, o regime de concurso e de acesso, o regime do prémio, as carreiras de pessoal, o regime de férias, faltas e licenças sem vencimento, o regime do horário de trabalho e tempo de serviço, o regime de ajudas de custo e das despesas de transporte e o regime remuneratório e de abonos.

A formação dos trabalhadores da Função Pública é uma tarefa permanente, motivo pelo qual iremos melhorar o planeamento e reforçar a avaliação da sua eficácia em função dos cargos e dos resultados na avaliação do desempenho dos trabalhadores da Função Pública. Vamos consolidar o conceito de “servidor público” e a cultura organizacional moderna para aumentar o nível de qualidade do pessoal em geral. Também vamos proceder à promoção da cultura de auto-valorização e aprendizagem contínua, disponibilizando uma grande variedade de materiais didácticos electrónicos.

No tocante à gestão dos recursos humanos, concluiu-se a proposta referente ao funcionamento do mecanismo de mobilidade dos trabalhadores da Administração Pública e serão reforçadas a coordenação central e a flexibilidade na distribuição do pessoal. Com base no reforço das funções da Bolsa de Emprego, iremos ampliar e melhorar as funções do mecanismo de recrutamento central e o respectivo modelo no próximo ano. Procederemos não só ao estudo da aplicação desse mecanismo às diversas carreiras, mas também ao impulsionamento do plano de integração do sistema relativo à base de dados de recursos humanos, do sistema de gestão das acções de formação e do sistema de gestão do pessoal, com o intuito de se criar um sistema central de gestão do pessoal. Vamos intensificar as funções da base de dados de recursos humanos, aprofundar a análise dos cargos desempenhados, bem como desenvolver, de forma gradual, o laboratório de exames psicotécnicos e transformá-lo num Centro de Avaliação das Aptidões dos Trabalhadores da Administração Pública.

No âmbito do diálogo entre os trabalhadores, iremos intensificar, através das mais diferentes formas, o diálogo entre o pessoal da Administração Pública, particularmente no que respeita à realização de várias actividades relacionadas com as carreiras e suas funções. Vamos prestar uma maior atenção às dificuldades no trabalho e às expectativas dos trabalhadores, colaborar na descoberta do cerne dos problemas e contribuir de forma activa com medidas de resolução. Atenta a existência de problemas de stress nos funcionários públicos, vamos realizar cursos de psicologia e ensinar-lhes técnicas para lidarem com questões do domínio psicológico, além de proceder ao estudo sobre o melhoramento do regime de assistência médica aos funcionários públicos.

Impulsionaremos, de forma permanente, as acções de promoção da incorruptibilidade, bem como a colaboração com as actividades no âmbito de auditoria, através de vários meios e processos, nomeadamente o aperfeiçoamento dos regimes, a divulgação, a educação e a fiscalização. Em particular, serão realizados cursos de formação para incutir nos funcionários públicos a consciência da incorruptibilidade e imparcialidade, do conhecimento e cumprimento da lei e da utilização racional dos recursos públicos. Vamos não só incrementar a colaboração com o Comissariado contra a Corrupção, o Comissariado da Auditoria e os serviços competentes no aperfeiçoamento dos regimes administrativo e financeiro, mas também simplificar os procedimentos, aumentar a sua transparência, resolver as questões de duplicação de atribuições e aplicar, de forma rigorosa, o regime de supervisão e a punição de acordo com a lei.

Alargamento e Intensificação dos Serviços Administrativos Electrónicos e Incremento

das Finalidades do Bilhete de Identidade de Residente do tipo cartão inteligente. Com a aprovação da lei relativa aos documentos e assinaturas electrónicas e em articulação com as infra-estruturas da chave pública (PKI) disponibilizadas no corrente ano, o Governo Electrónico conheceu novos desenvolvimentos e entrou numa nova fase de implementação. São actualmente de 350 o número de impressos da Administração a que os cidadãos podem aceder, fazendo o seu *download* no “Portal e Quiosques de Informações”. No próximo ano, será lançado o serviço de certificação electrónica de pessoas singulares e de organismos privados ou públicos, promovendo-se activamente a utilização dos certificados electrónicos. Vamos aprofundar as acções relativas aos projectos de pagamento electrónico e de aquisição pública electrónica, assim como vamos iniciar o estudo de viabilidade do pedido de recenseamento eleitoral através da *internet*.

Aprofundaremos a consolidação das infra-estruturas das redes e sistemas informáticos, a fim de reforçar a partilha dos recursos. Iremos não só melhorar, de forma contínua, as informações e serviços do Portal do Governo, como também iremos promover o sistema de expedição e acompanhamento dos documentos enviados entre serviços, encorajando-os a realizar a transmissão das informações através de documentos electrónicos. Vamos proceder, inicialmente, à realização de um projecto-piloto relativo à gestão informatizada dos procedimentos internos e do pessoal, bem como ao trabalho sem utilização de papel na Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública que será alargado, de forma progressiva, aos restantes serviços públicos. Será iniciado o estudo sobre Estruturas de Utilização Mútua dos Serviços Administrativos Electrónicos e Critérios de Permuta dos Dados e reforçado o diálogo entre serviços.

A substituição dos bilhetes de identidade de residente pelo Bilhete de Identidade de Residente do tipo cartão inteligente continua a ser feita com sucesso. Até finais de Setembro de 2005, 63% dos portadores de Bilhete de Identidade de Residente substituíram os seus documentos de identificação, prevendo-se, de acordo com os planos traçados, a conclusão dos trabalhos de substituição para 2007. Com a colaboração e o apoio da Direcção dos Serviços de Identificação, a Biblioteca Central de Macau implementou, a partir de 3 de Outubro do corrente ano, o serviço de acesso aos serviços da Biblioteca Central mediante Bilhete de Identidade de Residente do tipo cartão inteligente. Começou também a ser testado nas fronteiras, pela Direcção dos Serviços das Forças de Segurança, a partir de 5 de Outubro, o serviço de implementação do sistema automático de controlo de entrada e saída nas fronteiras através da utilização desse documento. No próximo ano, prosseguiremos com a inserção no *chip* informático dos dados referentes à carta de condução, cartão de estudante ou de docente e cartão de acesso a cuidados de saúde.

Proseguiremos, ainda, o acompanhamento das medidas relativas à deslocação a Hong Kong dos titulares do Bilhete de Identidade de Residente Permanente da Região Administrativa Especial de Macau do tipo cartão inteligente. Tendo obtido por parte da Região Administrativa Especial de Hong Kong a concordância para alargar até 7 anos o prazo de validade dos Títulos de Viagem à RAEHK dos Residentes de Macau, encontra-se em elaboração o projecto de revisão do correspondente regulamento administrativo.

Maior Empenho nas Actividades relativas ao Mecanismo Central da Reforma Jurídica. Criámos, em Abril passado, o Gabinete para a Reforma Jurídica e o Conselho Consultivo da Reforma Jurídica, como duas vertentes integrantes do mecanismo central, que mantêm entre si estreita cooperação, e que iniciaram, numa fase inicial, a elaboração do projecto de revisão e consultas relativas ao Código da Estrada, Regime de Previdência dos Trabalhadores da Função Pública e ao Código Comercial, prevendo-se a conclusão dos dois primeiros diplomas no próximo ano. Iremos também promover, no próximo ano, os importantes projectos de revisão do Código Penal, Código Civil, Código de Processo Penal e Código de Processo Civil.

Em relação às medidas de reforma jurídica, o Conselho Consultivo da Reforma Jurídica irá assumir com mais ênfase o seu papel de ponte de ligação no diálogo com a população em geral, auscultando e transmitindo de forma fiel as opiniões dos diversos sectores sociais. Face ao rápido desenvolvimento social, as acções de produção e revisão jurídica devem orientar-se para o futuro e ter subjacente a ideia de benefício e conveniência para os cidadãos, adoptando-se uma filosofia inovadora. Devem também concentrar-se na análise e estudo rigoroso dos diplomas mais estreitamente ligados à vida da população e que mais afectem a economia e a vida quotidiana dos cidadãos, procedendo-se, ainda, à revisão dos regimes obsoletos.

Aperfeiçoamento dos Diversos Diplomas e Aumento da Qualidade dos Diplomas. Até finais de Outubro do ano em curso, foram promulgadas 8 leis e 21 regulamentos administrativos. De entre as leis aprovadas e em execução, 6 resultam de propostas de lei apresentadas pelo Governo.

Iremos dar continuidade aos trabalhos de produção legislativa relativos ao artigo 23.º da Lei Básica de Macau, assim como serão realizadas amplas consultas para a auscultação de opiniões após a conclusão da elaboração da respectiva proposta de lei. Na agenda de trabalho a propor para o próximo ano, estão incluídos os seguintes projectos jurídicos: realizar estudos e a produção de diplomas que complementem as acções no âmbito do reordenamento das zonas antigas e da protecção do Património Mundial de Macau, entre outros. Iremos acompanhar a revisão dos diplomas sobre o combate à criminalidade informática, Regime Jurídico sobre a Produção, Tráfico e Consumo de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas, Regime de Protecção Social a Menores em Situação de Risco, Regime Jurídico da Adopção, Regime Jurídico sobre o Controlo de Material Pornográfico, bem como dos diplomas relativos às associações e à segurança alimentar.

Entre outras prioridades no âmbito dos projectos de diplomas relacionados com a economia e a vida da população contam-se: o Regime do Trabalho e de Segurança Social, a reforma do Regime de Assistência Médica e do Regime Educativo, a regulação do funcionamento de equipamentos sociais, bem como da actividade hoteleira e similar, a protecção do património arquitectónico, paisagístico e cultural, a criação de serviços especializados nas áreas das telecomunicações e trânsito e da protecção ambiental, as técnicas ambientais, a regulamentação do crédito para a reparação da habitação e o melhoramento das habitações sociais.

Ao longo destes anos, o aumento da eficácia na elaboração dos projectos de diploma tem sido obtido através de várias vias e formas. Deste modo, vamos estabelecer, gradualmente, o

modelo de funcionamento do Mecanismo de Acompanhamento de Novos Diplomas para a recolha de mais argumentos e experiências, visando assegurar a articulação estreita das várias etapas do processo de reforma jurídica, desde a fase de produção dos diplomas até ao seu aperfeiçoamento, promulgação, vigência e execução.

Articulação Com os Órgãos Legislativo e Judicial. Tal como no passado, continuamos a defender a manutenção de um bom diálogo com a Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau, na sua terceira legislatura, obedecendo rigorosamente às disposições da Lei Básica de Macau, no pressuposto de conseguir uma adaptação mais profunda ao desenvolvimento social de Macau. Com base nas relações de trabalho anteriormente estabelecidas, iremos também aprofundar o estudo e a promoção da interacção entre os órgãos administrativo e legislativo, por forma a envidar esforços para o melhoramento do sistema jurídico regional.

A par da revisão do Código Penal, Código Civil, Código de Processo Penal e do Código de Processo Civil, será reforçado o diálogo com os órgãos judiciais e proceder-se-á à auscultação de opiniões, com vista a adequar os referidos Códigos ao objectivo de simplificação das formalidades de tratamento dos processos pelos órgãos judiciais. Continuaremos, não só a colaborar na formação dos funcionários de justiça, de acordo com as necessidades dos órgãos judiciais, e no incremento do nível de eficiência, como também prosseguiremos a observação do funcionamento e da eficácia dos juízos especializados do Tribunal Judicial de Base, com vista a obter referências importantes para o aperfeiçoamento dos diplomas.

Sistematização e Investigação Jurídica. Realizámos, no início do corrente ano, uma edição revista intitulada Glossário Jurídico Chinês-Português/Português-Chinês, cujo número total de termos e expressões foi aumentado para mais de 15 000, tendo o mesmo sido também disponibilizado aos cidadãos através da *internet*. Vamos continuar a recolher novos termos e expressões para que sejam incluídos nesse Glossário, procedendo, oportunamente, à sua nova revisão. Além disso, será melhorado cada vez mais o serviço de disponibilização de informações jurídicas pela Imprensa Oficial através da *internet*. Iremos intensificar as actividades de investigação e sistematização das leis de Macau, no intuito de enriquecer os conteúdos necessários para o desenvolvimento de estudos sobre a legislação local.

Acções de Formação e Constituição de uma Reserva de Pessoal da Área do Direito. Prossecução das Acções de Divulgação e Generalização do Direito. Após o estabelecimento do mecanismo central de reforma jurídica, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau prosseguiu a realização dos trabalhos preparatórios para a criação de uma base de dados de juristas, cuja criação permite a coordenação da mobilidade dos funcionários de acordo com a sua especialidade, articulando-se esta medida com as necessidades da Região Administrativa Especial de Macau no âmbito do desenvolvimento do ordenamento jurídico.

Também vamos adoptar um sistema de formação jurídica que conjugue a regularidade, a especificidade e a flexibilidade, com vista a formar juristas, tendo em conta o desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Macau a longo prazo, além de responder eficazmente à necessidade de aperfeiçoamento dos diplomas nas várias etapas da evolução social. Iremos

promover um sistema de formação prática que engloba três vertentes: recurso a orientadores, cursos profissionais e colocação centralizada dos técnicos de produção jurídica, para aliviar os efeitos de falta de recursos humanos. Iremos, ainda, rever as condições dos orientadores e os parâmetros de avaliação de resultados, com vista a elevar a eficácia das acções de formação. E em resposta às necessidades sentidas, iremos continuar a consolidar as redes e os modelos de cooperação estabelecidos, assim como desenvolveremos acções concretas de formação jurídica direccionadas para as pessoas que, na sociedade civil, trabalham na área do Direito.

As acções de divulgação e generalização do Direito serão desenvolvidas com maior amplitude e profundidade. Para além do seu conteúdo generalista, irão também debruçar-se, em particular, sobre legislação importante que interesse à população.

Promoção das Actividades Desenvolvidas no Âmbito da Cooperação Judiciária. Aperfeiçoamento das Acções Realizadas na Área do Direito Internacional. No exercício dos poderes delegados pelo Governo Central, e com o seu apoio, iremos continuar a desenvolver actividades, quer no âmbito da cooperação judiciária, quer no do Direito Internacional, as quais incluem o acompanhamento dos resultados dos acordos de cooperação judiciária em matéria penal, civil e comercial estabelecidos com a China Continental e com a Região Administrativa Especial de Hong Hong.

Após a aprovação das duas propostas de lei relativas à Prevenção e Repressão do Crime de Branqueamento de Capitais e à Prevenção e Repressão do Crime de Terrorismo, vamos melhorar e acelerar a instalação dos equipamentos complementares de *software* e *hardware*, de forma a adoptar medidas eficazes de combate ao branqueamento de capitais e ao terrorismo.

Em resposta às necessidades sentidas no âmbito da actividade de cooperação judiciária entre Macau e outros países, concluiremos, em breve, a proposta de lei relativa à Cooperação Judiciária em Matéria Penal, prosseguindo, em seguida, o processo legislativo.

Vamos dar continuidade aos trabalhos de investigação e recolha sistemática de informações, com vista à criação de uma base de dados de legislação de Direito Internacional aplicável na Região Administrativa Especial de Macau; criar um Centro de Documentação de Direito Internacional e Direito Comparado; disponibilizar, através da *internet*, os acordos multilaterais aplicáveis em Macau e aumentar gradualmente os conteúdos informáticos sobre os acordos assinados pela Região Administrativa Especial de Macau.

Implementação do Conceito “Servir Melhor o Público”. **Aperfeiçoamento dos Serviços no Âmbito dos Assuntos Cívicos e Municipais.** No âmbito dos assuntos Cívicos e Municipais e Qualidade de Vida da População, o Centro de Serviços do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais disponibiliza ao público um serviço do tipo *One Stop* de alta qualidade, simples, rápido e cómodo, daí que iremos, por um lado, desenvolver gradualmente esse modelo noutros serviços públicos e, por outro, potenciar também as funções do sistema de gestão dos utentes, a fim de oferecer um serviço personalizado aos cidadãos.

No que respeita ao caso da malaquite verde ocorrido em Agosto, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais intensificou, logo após ter conhecimento do mesmo, o diálogo

com as autoridades de inspecção sanitária da China Continental e reforçou as medidas de inspecção sanitária, com vista a garantir que os mariscos destinados à exportação para Macau correspondessem aos padrões exigidos. Além disso, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais estabeleceu com o Ministério do Comércio o Mecanismo de Ligação para os Trabalhos de Fornecimento de Produtos Bovinos, Suínos e Aviários pela China Continental a Macau. No próximo ano, continuaremos não só a reforçar os contactos e a ligação com a Direcção-Geral de Controlo de Qualidade e Inspeção Sanitária da República Popular da China e o Ministério do Comércio, mas também estamos a planear o estabelecimento de um mecanismo de comunicação rápida com o Ministério da Agricultura para efeitos de controlo das espécies animais e avícolas e produtos frescos, a fim de garantir um nível mais elevado de segurança alimentar. Ao mesmo tempo, iremos também divulgar junto do público conhecimentos gerais sobre a higiene e segurança dos alimentos.

Iremos reforçar, a nível técnico, o intercâmbio e a cooperação no âmbito da segurança alimentar com outras entidades competentes, locais e do exterior, na área de inspecção sanitária, e elaborar pareceres técnicos sobre a segurança de alimentos para que os serviços competentes possam desenvolver os trabalhos neles indicados. Iremos também divulgar junto do público conhecimentos gerais sobre a higiene e segurança dos alimentos, bem como intensificar a fiscalização das condições sanitárias dos locais de abate de aves no mercado abastecedor e melhorar o equipamento usado, a fim de prevenir, em conjugação de esforços com todos os cidadãos de Macau, a possibilidade de eclosão da epidemia da gripe das aves.

Com o empenho que se tem vindo a desenvolver nos diversos sectores, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais procedeu à simplificação dos procedimentos relativos ao Mercado Abastecedor, assim como adoptou medidas no sentido de baixar as taxas de inspecção sanitária em 20% e tendo o operador do Mercado Abastecedor adoptado medidas no sentido de baixar as rendas, despesas de admissão e de condomínio dos seus estabelecimentos em 10% a 20%, esperando que com essas medidas possam aliviar os custos de exploração do Mercado Abastecedor e contribuir para que haja espaço para a redução dos preços dos produtos.

Iremos continuar a reforçar a supervisão do funcionamento do mercado abastecedor e a inspecção sanitária da fruta, legumes, ovos e aves ali vendidos, garantindo, assim, a segurança dos géneros alimentícios frescos. Iremos, ainda, auxiliar e incentivar a sociedade gestora do Mercado Abastecedor a atrair novos operadores, com vista a elevar a concorrência e a vitalidade do mercado, beneficiando, assim, a população.

Aperfeiçoaremos, de forma ordenada, o equipamento em uso e as condições sanitárias nos mercados municipais, assim como realizaremos obras de reconstrução do Mercado S. Lourenço e do Mercado Ribeira do Patane, melhorando a situação de carência de facilidades nas zonas antigas através do desenvolvimento das diversas funções dos edifícios destinados à instalação dos mercados, de forma a que fiquem em condições para oferecer um conjunto variado de serviços à população. Iremos estudar a viabilidade da construção de um complexo comercial no Porto Exterior que integre a função de mercado, além de intensificar a fiscalização

nas zonas dos vendilhões e elevar a eficácia do patrulhamento.

Iremos criar um grupo *ad-hoc* para acompanhar e aperfeiçoar os trabalhos de licenciamento administrativo, aumentando a sua eficiência e qualidade. Continuaremos a envidar esforços não só para alargar o âmbito dos serviços passíveis da certificação ISO, mas também para manter essa qualificação em relação aos serviços já certificados. Prevê-se apresentar, no próximo ano, a candidatura do Centro de Inspeção de Veículos, do Serviço de Fiscalização de Mercados e do Centro de Arquivos e Documentação para a certificação ISO.

Estamos a realizar os trabalhos preparatórios para a construção de um complexo de serviços técnicos do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, no qual será também instalado um centro comunitário, uma piscina, um campo desportivo e um silo, a fim de, por um lado, proporcionar maior conveniência aos cidadãos e, por outro, disponibilizar mais espaços para os serviços municipais.

O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais lançou, em Agosto, um concurso público para a adjudicação de 30 licenças de táxi com 10 anos de validade, medida esta que se destina a atenuar as actuais necessidades e a realçar a função das novas licenças, ou seja, a prestação de serviços aos cidadãos e aos turistas. Assim sendo, vamos continuar a efectuar o supervisionamento global do serviço de todos os táxis de Macau, aumentando a divulgação de informações e os meios de apresentação de queixas, constituindo, ainda, uma equipa permanente de inspecção, com competência para fiscalizar o serviço prestado pelos táxis.

Tendo em atenção as condições objectivas existentes, na medida em que alguns cidadãos vivem muito perto das oficinas de reparação de veículos motorizados, o que implica o reequacionamento dos interesses entre este sector de actividade e a população, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais divulgou o projecto de diploma relativo ao Regulamento do Licenciamento e Funcionamento de Oficinas de Reparação de Veículos Motorizados através da *internet* e nos vários postos de atendimento e informação, com vista a auscultar amplamente a opinião pública e tomá-la como referência para o aperfeiçoamento desse diploma. Além disso, irá encontrar um ponto de equilíbrio que não só tenha em conta o desenvolvimento urbano, mas também os interesses dos cidadãos e do sector de actividade, no intuito de, por um lado, regulamentar o funcionamento deste ramo de actividades e, por outro, proporcionar o apoio necessário ao respectivo sector.

No âmbito das **actividades recreativas e desportivas**, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, em estreita colaboração com outros serviços públicos, irá promover um conjunto de obras para preservar e embelezar o Centro Histórico de Macau, nomeadamente a instalação de painéis iluminados da planta da cidade em locais apropriados, para ajudar a orientação dos turistas. Iremos regular a instalação de cartazes e tabuletas publicitárias, os procedimentos para a aprovação de actividades, os vendilhões e os quiosques, com vista a valorizar a qualificação de Macau como Património Mundial e contribuir para o desenvolvimento turístico.

Prosseguiram os diversos trabalhos de embelezamento e limpeza da cidade, tendo o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, em plena articulação com a organização dos

4.^{os} Jogos da Ásia Oriental, realizado o meticoloso e cuidadoso planeamento e enfeite das zonas adjacentes aos recintos dos jogos e nas principais artérias da cidade, criando assim, um ambiente que enaltece esse evento, bem como promovido, em colaboração com os serviços públicos competentes, as mais variadas campanhas de divulgação para salientar a imagem de “Macau – Cidade Saudável”, com o intuito de reforçar a consciência da importância da higiene e saúde nos cidadãos e nos visitantes.

Concluíram-se todas as obras de reordenamento da Vila da Taipa, obras essas que, apesar de terem levado mais de 3 anos até à sua finalização, contribuíram positivamente para dinamizar o turismo e o desenvolvimento das Ilhas. Vamos dar continuidade às obras de embelezamento dos jardins, parques e recintos públicos, particularmente à construção na zona Norte de um espaço de descanso e recreativo polivalente e ao aperfeiçoamento do equipamento desportivo das Ilhas. Continuaremos também a instalar equipamentos de cultura física nos parques e jardins da cidade, com vista a estimular os nossos cidadãos a praticar mais exercício físico.

Com a implementação do catálogo das infracções ao Regulamento Geral dos Espaços Públicos, a sua divulgação passou a ser promovida em conjunto com a educação cívica, tendo-se verificado uma manifesta melhoria da situação relativamente a determinadas infracções graves registadas anteriormente, com a intensificação das acções de divulgação educativas e de aplicação da lei. Deste modo, iremos proceder à revisão dos procedimentos e à consolidação das experiências acumuladas, auscultar a opinião da sociedade civil, aperfeiçoar oportunamente as normas e continuar a reforçar as acções de divulgação e aplicação desse Regulamento. Com a colaboração das associações e escolas, vamos sensibilizar os cidadãos, junto dos bairros comunitários, para usufruírem dos equipamentos dos lugares públicos com sentido de responsabilidade, contribuindo, assim, para o desenvolvimento de uma cidade harmoniosa e asseada.

Relativamente ao acidente fatal que ocorreu com a queda de uma árvore existente na via pública, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais acionou logo após a sua ocorrência todas as diligências de remediação, no sentido de acompanhar a situação da vítima e prestar o apoio possível aos seus familiares. Com vista a realizar uma averiguação mais aberta e justa, foi especialmente constituída uma comissão de inquérito composta por especialistas da China Continental, académicos locais experientes e membros do Conselho Consultivo do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, para sobre a matéria realizar um estudo e análise pormenorizada. Do relatório concluiu-se que o tronco da árvore tinha sido carcomido por insectos nocivos, resultando na perda da capacidade de suporte e, subseqüentemente, na sua queda, assim como foi recomendada a intensificação das medidas de preservação e conservação das árvores antigas ou com maior idade.

O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais também procedeu, com base nas opiniões apresentadas pela comissão de inquérito especializada, à conservação ou tratamento das árvores referenciadas como estando eventualmente em risco de queda, assim como constituiu um grupo de trabalho para a coordenação das acções de controlo e conservação das árvores nas vias públicas. Reforçou-se o número de trabalhadores e as acções de formação, adquiriram-se

equipamentos para o exame das árvores e intensificou-se o aperfeiçoamento do controlo e da conservação das mesmas. Além disso, definiram-se os objectivos e os planos de curto, médio e longo prazo, no intuito de conciliar o crescimento das árvores com o desenvolvimento social acelerado.

Iremos proteger os recursos naturais e estudar as condições ecológicas da Região Administrativa Especial de Macau, pelo que iremos pôr em prática o projecto de conservação da Natureza e realizar um conjunto de actividades de divulgação e sensibilização. Em relação às espécies biológicas daninhas para as plantas e o equilíbrio ecológico, vamos proceder à sua identificação, classificação, prevenção e intercâmbio de informações científicas.

Prosseguiremos a divulgação do projecto de classificação, separação e recolha de lixo reciclável, instalando, gradualmente, nos prédios e edifícios equipamento que permita a separação do lixo. Iremos sujeitar os pneus em desuso ao tratamento de trituração e estudaremos a possibilidade de os reciclar. Também iremos realizar estudos para avaliar a viabilidade de fazer a reciclagem de resíduos sólidos de natureza alimentar, com vista a atenuar, deste modo, o problema de tratamento de um volume cada vez maior de lixo.

Vamos aproveitar os espaços urbanos disponíveis para construirmos cerca de 60 depósitos de lixo fechados debaixo dos viadutos, nas instalações de distribuição de electricidade em desuso ou nas zonas ajardinadas e nos lugares destinados ao descanso e lazer. Uma vez instalados esses depósitos, estaremos em condições para reduzir em cerca de metade (600) os contentores de lixo distribuídos pelas ruas da península de Macau. Para bem do desenvolvimento turístico de Macau, vamos prosseguir a melhoria das instalações sanitárias públicas e construiremos mais sanitários públicos nas zonas mais necessitadas.

Para evitar a propagação de doenças transmissíveis, iremos incentivar a população a participar em acções de limpeza nas zonas de grande insalubridade, promovendo campanhas de limpeza diversificadas e procurando elevar a consciência dos cidadãos relativamente à protecção ambiental e à necessidade de prevenção de doenças transmissíveis, e iremos também assegurar a execução de campanhas de desratização e erradicação de mosquitos em Macau.

Adoptou-se, a partir de Julho findo, um novo modelo de funcionamento para o Centro Cultural de Macau, a autogestão, ficando as actividades principais sob o controlo do Governo e passando as actividades não principais a ser adjudicadas através de contrato de prestação de serviços ao exterior. Para efeitos de promoção dos valores educativos, o Centro Cultural irá organizar, ao longo do ano, um conjunto de actividades que têm como destinatários cidadãos de todas as faixas etárias, como *workshops*, conferências e outras actividades pedagógicas artísticas. Trabalharemos para estimular o gosto dos cidadãos pela arte e elevar a qualidade da produção artística, fazendo com que a arte seja uma vivência intrínseca da sociedade.

Com o intuito de promover Macau como plataforma de intercâmbio cultural e artístico entre a China e o Ocidente, desenvolveremos esforços para consolidar a imagem de Macau como cidade multicultural, com vista a alargar os horizontes artísticos e culturais da comunidade local e estimular a produção artística local. Para divulgar o rico e variado património cultural e

artístico da China e fortalecer os sentimentos de pertença da população, o Museu de Arte irá continuar a organizar grandes exposições de obras chinesas com importante valor histórico.

Projectamos a inauguração do Museu de Taipa e Coloane para o primeiro semestre de 2006. A Casa Cultural de Chá de Macau irá organizar uma exposição permanente subordinada ao tema da cultura local, em articulação com actividades educativas desenvolvidas por outras entidades.

No próximo ano, em resposta ao convite endereçado, iremos participar na Grande Exposição de Jardinagem de Shenyang 2006, com a instalação de uma exposição permanente de Macau.

No âmbito das acções relativas à educação cívica e às relações de boa vizinhança, entrou em funcionamento o Centro de Recursos de Educação Cívica, primeira instalação do género em Macau, criado no Mercado Municipal de Iao Hon. Iremos tomar medidas para enriquecer o seu espólio e diversificar as suas actividades complementares, e estamos também a planear a instalação de um centro com capacidade para albergar várias salas de simulação, de forma a permitir aos cidadãos adquirir informações no âmbito de educação cívica através da prática.

Planeamos, ainda, organizar acções importantes, como colóquios com temas específicos, *workshops*, exibição de filmes, eventos de divulgação através de outros meios de comunicação social e inquéritos, com vista a realizar acções de divulgação específicas no âmbito da educação cívica.

Prosseguiremos, na área de promoção da boa vizinhança, a sensibilização para a importância da ideia “mais vale um amigo próximo que um parente afastado”; intensificaremos a prestação de serviços comunitários e promoveremos o diálogo directo com os moradores dos bairros comunitários, bem como com a administração dos prédios ou a assembleia geral dos proprietários das fracções, com vista a inculcar o espírito de um convívio harmonioso em Macau e de ajuda mútua na comunidade.

Aperfeiçoamento dos Trabalhos no Âmbito dos Assuntos Eleitorais. Promoção do Desenvolvimento do Sistema Político. Em articulação com os trabalhos eleitorais que decorreram este ano para a terceira legislatura da Assembleia Legislativa, os diversos serviços da Administração Pública da Região Administrativa Especial de Macau mantiveram-se em regime de total disponibilidade para responder a todas as medidas adoptadas, no âmbito de umas eleições justas, pela Comissão Eleitoral da Assembleia Legislativa, Comissariado Contra a Corrupção e órgãos judiciais. Promoveram-se as acções relativas ao recenseamento eleitoral e organizaram-se, em conjugação com as actividades de educação cívica, as mais diversas acções de divulgação para sensibilizar para a importância do cumprimento da lei, conhecendo-a, e promover o exercício do direito de voto por parte dos eleitores.

As eleições para a terceira legislatura da Assembleia Legislativa realizaram-se com sucesso, pelo que vamos otimizar, no próximo ano, o processo relativo ao recenseamento eleitoral, rever o seu sistema e apresentar novas propostas. Iremos aperfeiçoar o sistema de tratamento dos dados de recenseamento eleitoral por uma questão de maior conveniência dos eleitores

na votação. Continuaremos a realizar um conjunto de acções de divulgação, com o objectivo de incentivar a participação da população e estimular mais pessoas a inscreverem-se como eleitores, para além de aperfeiçoar a Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa e os diplomas com ela relacionados.

Vamos impulsionar o desenvolvimento do sistema político da Região Administrativa Especial de Macau, procedendo à elaboração das normas correspondentes e obedecendo rigorosamente aos princípios e procedimentos consagrados na Lei Básica de Macau.

Divulgação dos Documentos de Viagem da Região Administrativa Especial de Macau. No corrente ano, mais 6 países e territórios concederam a isenção do visto de entrada aos portadores de passaporte e 2 países e territórios aplicaram a mesma medida aos portadores do título de viagem da Região Administrativa Especial de Macau. Até finais de Outubro, um total de 68 países e territórios acordou em conceder a isenção do visto de entrada ou a possibilidade de obtenção do visto à entrada, aos portadores do passaporte da Região Administrativa Especial de Macau, ou seja, 55 países e 12 territórios acordaram em conceder a isenção de visto e 1 país a possibilidade de se obter o visto à chegada. Um total de 7 países e territórios acordou em conceder o privilégio da isenção do visto de entrada aos portadores do título de viagem da Região Administrativa Especial de Macau.

Com o forte apoio e auxílio do Governo Central, iremos aumentar os nossos esforços de promoção dos documentos de viagem da Região Administrativa Especial de Macau. O Governo da Região Administrativa Especial de Macau irá pôr em execução, de forma faseada, um programa de divulgação destinado aos residentes de Macau de nacionalidade chinesa relativamente ao seu direito de usufruir de protecção consular e de recorrer aos serviços de embaixadas chinesas quando se encontram no estrangeiro. Para facilitar a entrada de portadores de documentos de viagem da Região Administrativa Especial de Macau em países estrangeiros, planeia-se emitir documentos de viagem electrónicos da Região Administrativa Especial de Macau a partir de 2007 ou 2008, iniciando já no próximo ano os trabalhos preparatórios que sejam necessários face às tendências de desenvolvimento internacional.

Reinserção Social e Recuperação Social dos Jovens. Criou-se o mecanismo de encaminhamento e instituiu-se o apoio a dar pelo Departamento de Reinserção Social da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça, antes de o menor deixar o Instituto de Menores, com vista a reduzir a taxa de delinquência juvenil. Na sequência da revisão do Regime Jurídico Tutelar Educativo dos Jovens Infractores iremos definir, no próximo ano, as medidas complementares necessárias e continuar a realizar estudos aprofundados sobre a questão da idade de imputabilidade penal. Reforçaremos as medidas de prevenção de criminalidade juvenil e organizaremos mais actividades de serviço social para os jovens sujeitos ao acompanhamento do Instituto dos Menores e do Departamento de Reinserção Social. Iremos, também, aumentar a eficácia das medidas não privativas de liberdade, dando mais um passo no desenvolvimento dos serviços correcionais dos bairros comunitários.

Área da Economia e Finanças

Em 2005, a economia de Macau registou uma tendência de abrandamento no ritmo de crescimento. No 1.º semestre deste ano, o Produto Interno Bruto cresceu cerca de 8%, prevendo-se que a taxa de crescimento anual venha a sofrer, de forma visível, uma desaceleração, quando comparada com a apurada no ano transacto. Todos os objectivos delineados nas Linhas de Acção Governativa para a Área da Economia e Finanças foram basicamente concretizados.

Melhoria contínua da situação de emprego. Registou-se um aumento tanto de novos postos de trabalho, como da população empregada. A taxa de desemprego situou-se num nível relativamente baixo. De Julho a Setembro do presente ano, a população activa empregada cifrou-se em cerca de 240 mil indivíduos, o que se traduziu num aumento de cerca de 20 mil novos postos de trabalho face ao período homólogo do ano transacto. A taxa de desemprego foi de 4,1%, significando uma redução de 0,6 pontos percentuais quando comparada com a de igual período do ano anterior; a taxa de subemprego foi de 1,5%, correspondendo a uma redução de 0,2 pontos percentuais na taxa do período homólogo de 2004. As principais medidas adoptadas com vista à promoção do emprego foram as seguintes: melhoria das acções de promoção de emprego mais ajustado à oferta; prestação de apoio aos formandos que concluíram cursos de formação profissional e aos desempregados com dificuldades específicas na reintegração no mercado de trabalho; aperfeiçoamento da formação inicial através de cursos de aprendizagem e de qualificação profissional e reforço da organização de cursos de aperfeiçoamento destinados aos indivíduos empregados; realização do “Programa de Formação Gratuita a Desempregados”; implementação gradual do “Regime de Avaliação da Qualificação Profissional” e intensificação da cooperação com a China Continental nesse domínio, por forma a apoiar os residentes de Macau na obtenção da respectiva qualificação profissional a nível nacional; controlo rigoroso da importação de trabalhadores não-residentes (TNRs), punindo, nos termos da lei, as acções de contratação de trabalhadores ilegais; e conciliação de conflitos laborais, de modo a assegurar uma relação harmoniosa entre empregadores e empregados.

Melhoria do ambiente de negócios. Foram objecto de revisão, alteração ou criação vários diplomas e regulamentos jurídicos relacionados essencialmente com as áreas do comércio externo, da indústria, do investimento estrangeiro, da tributação e finanças públicas, do trabalho, da segurança social e da defesa dos direitos dos consumidores, entre os quais se incluem os seguintes: “Regime da Actividade Transitória”, “Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos”, “Normas de Relato Financeiro”, “Regime de Administração Financeira”, “Regulamento sobre o Regime de Certificação de Qualificação Profissional” e “Fundo de Garantia Salarial”. Em simultâneo, procedeu-se à melhoria e à optimização da prestação dos serviços administrativos, promovendo-se ainda uma rápida implementação do serviço do “governo electrónico”, no sentido de elevar a eficácia da Administração.

Reforço e melhoramento da fiscalização do sector do jogo. Procedeu-se à optimização do sistema de monitorização computadorizada nos casinos. Verificou-se um empenho no reforço da fiscalização das receitas do jogo, na intensificação da auditoria das contas das concessionárias e na verificação do cumprimento, por parte das mesmas, das normas contratuais. Foram ainda realizadas acções destinadas à formação do pessoal, de modo a elevar a sua capacidade de inspecção, tendo sido iniciados trabalhos respeitantes ao registo e licenciamento dos promotores de jogos.

Promoção do ajustamento da estrutura industrial. A par do apoio proporcionado à indústria transformadora, para fazer face às mudanças resultantes do cancelamento das quotas dos têxteis e do vestuário, foi também conseguida a isenção do pagamento de taxas alfandegárias junto das autoridades da China Continental, relativas aos produtos têxteis e ao vestuário, originários do Território, mas produzidos parcialmente no Interior da China. As construções na Zona de Macau, no âmbito do Projecto do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai/Macau, estão a avançar a bom ritmo, tendo sido concluídas as obras de aterro em Abril do ano corrente. Foram já iniciadas, de forma sucessiva, as obras de construção do complexo de controlo fronteiriço e dos estabelecimentos fabris em terrenos concedidos em regime de arrendamento na Zona do Parque Industrial de Macau, cuja conclusão está prevista para o princípio do próximo ano. Com base nos quatro princípios definidos em prol da diversificação do tecido industrial, foram escolhidos os primeiros 23 projectos a entrar no Parque Industrial, tendo sido celebrados contratos de subconcessão de terrenos com investidores de 6 daqueles projectos.

Promoção e implementação do CEPA. Foram realizadas várias sessões de esclarecimento sobre as políticas do CEPA e as suas actividades promocionais, a fim de permitir o aprofundamento de conhecimentos por parte dos sectores comercial e industrial sobre aquela matéria, tendo sido intensificados e melhorados os serviços logísticos relativos à implementação, com sucesso, desse Acordo. Até ao presente ano, a China Continental já se comprometeu a conceder isenção de direitos aduaneiros a um total de 509 produtos originários de Macau. Parte desses produtos já foi posta em comercialização na China Continental, verificando-se uma tendência para a expansão de negócios desta natureza. Entre Janeiro e Setembro do corrente ano, o valor dos produtos exportados para o mercado da China Continental com isenção de direitos aduaneiros cresceu 2,9 vezes em relação ao registado no período homólogo do ano anterior. Até finais de Setembro, foram emitidos 222 “Certificados de Prestador de Serviços” a 28 empresas que têm entrado, de forma sucessiva, no mercado da China Continental, explorando diferentes actividades de serviços, nomeadamente serviços de agenciamento de carga, logística, conservação e armazenamento, transportes, telecomunicações, publicidade e comércio a retalho. Ainda no mesmo período, foram também emitidos 375 certificados de residente permanente, para efeitos de instalação, a título individual, de estabelecimentos industriais e comerciais na China Continental, nas localidades de Guangdong, Zhejiang, Sichuan, Fujian, Liaoning, Shanghai e Guizhou. Desde Julho de 2003 até finais de Setembro do corrente ano, os visitantes titulares do “visto individual de viagem” atingiram cerca de 8,05 milhões de pessoas. Em Outubro último, foi assinado o Suplementar II ao CEPA, que acrescentou mais 91 mercadorias na lista de isenções de direitos aduaneiros de entrada no mercado da China Continental. A partir de 2006, a China Continental isentará de direitos aduaneiros todas as mercadorias importadas, originárias de Macau, exceptuando as discriminadas na lista de produtos cuja importação é expressamente proibida pelo Governo Chinês, simplificando-se, assim, os respectivos procedimentos. Além disso, a China Continental alargará ainda o âmbito da liberalização, reduzindo os requisitos de acesso ao seu mercado em 9 sectores: serviços jurídicos, contabilidade, audiovisual, construção, distribuição, bancário, turismo, transportes e estabelecimentos industriais e comerciais em nome individual.

Manutenção da estabilidade e solidez das finanças públicas e da situação financeira. A execução das contas públicas apresentou um comportamento favorável. O ritmo de crescimento das receitas arrecadadas foi menor do que o do ano anterior, principalmente devido ao abrandamento registado na taxa de crescimento das receitas provenientes do jogo. Nos primeiros nove meses do corrente ano, as receitas públicas (não incluindo as das entidades com autonomia financeira) foram de 16,5 mil milhões de patacas, representando um acréscimo de 17,3% comparativamente a período idêntico do ano passado, das quais as oriundas dos impostos do jogo ascenderam a 12,5 mil milhões de patacas, traduzindo-se num aumento de 17,7% em relação ao período homólogo do ano anterior e representando 76% do total das receitas públicas. No que diz respeito às despesas públicas (não incluindo as das entidades com autonomia financeira), o seu valor foi de 8,8 mil milhões de patacas, aumentando 20,6% em relação a período idêntico do ano passado, prevendo-se a obtenção de um saldo positivo na execução orçamental e conseguindo-se, assim, alcançar o objectivo previamente definido. Quanto à supervisão do sector financeiro, as autoridades competentes têm-se empenhado no reforço e aperfeiçoamento das respectivas políticas e medidas, na melhoria da gestão de risco de crédito concedido pelos bancos, na elaboração de orientações para a gestão de risco das actividades bancárias electrónicas e de estabelecimento do rácio crédito/valor de aquisição de imóveis em regime de hipoteca, para além de se terem mostrado mais organizado no combate coordenado do branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo. O mercado financeiro tem-se mantido saudável e estável e o sector financeiro cresceu de forma sustentada. Até finais de Agosto, os depósitos totais dos residentes situavam-se na ordem dos 129,3 mil milhões de patacas, enquanto que o crédito concedido ao sector privado atingiu os 41,7 mil milhões de patacas, traduzindo, respectivamente, acréscimos de 15,8% e de 20,6% em relação a idêntico período do ano transacto. Até finais de Setembro, os activos da Reserva Cambial (não auditados) atingiram os 49,194 mil milhões de patacas e os do Fundo de Reserva (não auditados) cifraram-se em 10,987 mil milhões de patacas.

Apoio a pequenas e médias empresas. No que concerne ao Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas, até finais de Setembro do corrente ano, foram recebidos 804 pedidos de apoio, dos quais 620 foram aprovados, envolvendo um montante correspondente a 66,19 milhões de patacas. Quanto ao Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas, até finais de Setembro, foram recebidos 27 pedidos de prestação de garantia de créditos, dos quais foram aprovados 26, e o valor total de garantia de créditos concedidos foi de 14,38 milhões de patacas. No que se refere ao Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas destinado a Projectos Específicos, até finais de Setembro, foram recebidos 40 pedidos de apoio, dos quais foram aprovados 29, envolvendo um montante total de 22,31 milhões de patacas. Por outro lado, foram envidados esforços para apoiar as empresas de pequena e média dimensão a aperfeiçoarem o nível de gestão, nomeadamente a gestão financeira, a implementarem procedimentos de informação electrónica e a adoptarem o “Plano de Apoio à Certificação Internacional dos Padrões de Gestão”.

Avanço na cooperação económica e comercial com o exterior. Crescimento do investimento externo. Nos primeiros 9 meses do corrente ano, o valor global dos projectos de investimento captado, através do apoio do Instituto de Promoção do Comércio e do

Investimento de Macau, foi na ordem dos 3,245 mil milhões de patacas, correspondendo a um aumento de 69% comparativamente ao período homólogo do ano anterior. Os projectos envolveram sectores económicos distintos, o que indicia uma diversificação do investimento. No âmbito do quadro institucional do CEPA, foi promovida a cooperação comercial e do investimento com Guangdong, Fujian, Zhejiang e Guangxi, intensificando-se as actividades bilaterais comerciais e de investimento, apoiando-se a realização dos trabalhos subsequentes ao Fórum, promovendo-se o papel de Macau como plataforma de cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa e proporcionando-se serviços relacionados com o mesmo fim. Na 10.ª Feira Internacional de Macau, foi instalado um pavilhão de exposição para os Países de Língua Portuguesa, dando-se ainda apoio às empresas de Guangdong e de Fujian para efectuarem visitas de prospecção aos países lusófonos ou para participarem nas feiras neles realizadas. Tendo em conta a coordenação e a participação activa na cooperação da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas, foram organizadas delegações para participarem nas actividades relacionadas com o comércio e o investimento.

Linhas de Acção Governativa para o ano 2006

Em 2006, prevê-se que a economia de Macau seja confrontada com desafios e oportunidades ao longo de todo o seu processo de desenvolvimento, perspectivando-se, assim, uma tendência de crescimento económico global contínuo, mesmo que tenha sido verificado um ajustamento no ritmo de crescimento no presente ano. **As linhas gerais da governação definidas para o domínio da Economia e Finanças consistem em:** “solidificar, partilhar, ajustar e melhorar”. Em termos concretos, aproveitar-se-ão as oportunidades favoráveis, elevar-se-á o padrão de vida da população e assegurar-se-á a harmonia entre o crescimento económico e o desenvolvimento económico, o desenvolvimento económico e o desenvolvimento social, o desenvolvimento parcial e o desenvolvimento integral, bem como os desenvolvimentos a longo prazo e a curto prazo, verificando-se, ainda, um empenhamento na consolidação das bases de desenvolvimento, no sentido de se permitir, de forma gradual, a partilha dos benefícios inerentes ao crescimento económico por parte de um maior número de residentes. Em simultâneo, serão acelerados os trabalhos conducentes ao ajustamento da estrutura industrial, de forma a elevar a competitividade geral da economia local. Desenvolver-se-ão esforços para promover a economia, no sentido da sua diversificação, normalização e adequação aos padrões regional e internacional para que toda a economia possa alcançar um desenvolvimento saudável e sustentado. **Os objectivos delineados são:** o desenvolvimento estável e sustentado da economia, a melhoria contínua da situação de emprego da população, a manutenção da estabilidade e a solidez das finanças públicas e da situação financeira, a optimização gradual da estrutura sectorial e a melhoria das oportunidades de negócios.

Promoção da diversificação adequada das indústrias. Serão aproveitados os benefícios oferecidos pelo CEPA para captar o investimento estrangeiro e estimular as empresas locais a apostarem no desenvolvimento de novas indústrias. Haverá um empenho no desenvolvimento de diversos sectores, como as convenções e as exposições, o fabrico de medicamentos e de alimentação macrobiótica, e as actividades logísticas. Os diversos sectores locais serão incentivados a aproveitarem o benefício da isenção dos direitos aduaneiros proporcionado

pelo CEPA, para apostarem em novos produtos e no desenvolvimento de novas indústrias, sendo ainda estimulados para criarem marcas próprias para os seus produtos, tendo em vista a reconversão das indústrias tradicionais. Para dar resposta às exigências decorrentes da diversificação adequada do tecido industrial, serão aceleradas as construções na Zona de Macau do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai/Macau, redobrando-se os esforços para promover o seu desenvolvimento.

Prestação de apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas. Valorizar-se-á o papel do “Centro de Apoio às Actividades Empresariais” na prestação de apoio às pequenas e médias empresas, reforçando-se, de forma adequada, os recursos disponibilizados e intensificando-se os trabalhos relativos à preparação e coordenação dos serviços destinados ao apoio a essas empresas, de forma a proporcionar-lhes serviços mais adequados e eficientes. Prestar-se-á apoio às empresas que pretendam conquistar mercado no exterior, ajudando-as a atenuar os problemas da insuficiência de mão-de-obra através da realização de acções de formação destinadas aos seus recursos humanos. Proceder-se-á, de forma contínua, à melhoria dos programas de apoio e de garantia de crédito a pequenas e médias empresas, fomentando-se e promovendo-se a realização de actividades de suporte das associações àquelas empresas. Será prestado apoio às empresas para efeitos de aperfeiçoamento dos procedimentos de exploração e de gestão, de criação de um sistema modernizado de contabilidade, de mudança do modelo de exploração e de lançamento e exploração de produtos e/ou serviços de marca.

Ajustamento e reforço das acções de formação profissional. Proceder-se-á ao reajustamento das linhas orientadoras e dos aspectos principais anteriormente traçados para os cursos de formação profissional, em conformidade com as exigências decorrentes do desenvolvimento, com ênfase para o ensino de técnicas aplicadas, reforçando-se os cursos de formação destinados a determinados ramos de actividade, designadamente os sectores ora em grande expansão, bem como àqueles com potencialidades de desenvolvimento. Serão encorajados os trabalhadores empregados a frequentarem cursos de formação de aperfeiçoamento, no sentido de reforçar constantemente as suas capacidades e a qualidade de trabalho. Serão dados apoios e incentivos às empresas, organizações e instituições para reforçarem as acções de formação dos seus recursos humanos. Intensificar-se-á a formação para os desempregados, com especial atenção a ser prestada à formação técnica dos indivíduos de meia idade e com baixa escolaridade. Será estudada a criação de um mecanismo de incentivo para a formação contínua dos profissionais especializados, e criado e aperfeiçoado, de forma gradual, o mecanismo de avaliação da qualificação profissional, intensificando-se a promoção da certificação de qualificações profissionais, a fim de elevar o nível dessas qualificações nos diversos sectores. Proceder-se-á a uma reforma da formação inicial, a fim de a adaptar ao Regime de Avaliação de Qualificação Profissional, à medida que se efectuarão acções tendentes ao lançamento dos planos de formação e de incentivo para criação de actividades económicas.

Reforço da fiscalização das actividades do sector do jogo. Proceder-se-á à revisão e definição dos diplomas legais relacionados com o sector do jogo, reforçando-se a sua gestão e aperfeiçoando-se os respectivos regimes para efeitos de melhoria da fiscalização do mercado do jogo. Serão ainda aplicadas medidas avançadas e eficazes para aperfeiçoar o sistema de

monitorização computadorizado, por forma a reforçar a gestão em relação aos casinos. Envidar-se-ão esforços para intensificar a fiscalização das concessionárias do jogo quanto ao cumprimento das normas contratuais, por forma a assegurar a realização de investimentos e o desenvolvimento de actividades de exploração e de gestão dos casinos conforme os compromissos aí assumidos. Serão melhorados os trabalhos de auditoria e de inspecção de jogos, efectuando, de forma mais eficaz, as tarefas relacionadas com o registo e o licenciamento dos promotores de jogos e reforçando os trabalhos de inspecção e de fiscalização das suas contas, no âmbito da exploração das suas actividades. Haverá ainda um empenho no reforço da formação destinada aos inspectores do sector do jogo, de modo a assegurar a qualidade de fiscalização daquelas actividades. Colaborar-se-á com os serviços públicos competentes no sentido de prevenir e combater o jogo ilícito.

Optimização do ambiente de negócios. De acordo com os objectivos de simplificação em prol dos cidadãos, previdência, adaptação à realidade local e adequação internacional, e de harmonia com o plano geral da reforma jurídica da RAEM, proceder-se-á, conforme as prioridades, à revisão, alteração ou criação de diplomas legais em diversas vertentes do domínio económico, entre outras, no âmbito do comércio externo, das indústrias, do investimento, da propriedade intelectual, das actividades financeiras, das finanças públicas, dos impostos, do sistema contabilístico, do trabalho, dos recursos humanos, da segurança social e da protecção dos direitos dos consumidores. A reforma legislativa referida tem por objectivo a criação de um sistema jurídico favorável ao desenvolvimento da economia. Será dada continuidade à modernização de equipamentos nos diversos serviços públicos, de forma a promover a eficácia administrativa e a facilitar procedimentos à população. Haverá um empenho na optimização dos serviços administrativos e na melhoria dos serviços *one-stop* e “Carta de Qualidade”, promovendo-se a aceleração do processo do governo electrónico através do alargamento da aplicação dos meios tecnológicos, como é o caso da rede informática (*internet*).

Intensificação da cooperação económica e comercial com o exterior.

1) Reforço do papel de Macau como plataforma de serviços comerciais. Serão realizados trabalhos preparatórios para a instalação de um “posto de serviços de apoio às empresas da China Continental” e de delegações económicas no Interior da China, no sentido de fomentar a cooperação com a China Continental. Prestar-se-á apoio às instituições no âmbito da economia e comércio e às associações comerciais do exterior que queiram instalar delegações em Macau, de modo a alargar a rede económica e comercial local. Serão envidados esforços para fomentar o desenvolvimento das empresas ou instituições intermediárias de comércio, bem como incentivar a formação de profissionais competentes no papel de Macau como plataforma de serviços. Efectuar-se-ão trabalhos no sentido de conjugar os esforços dos conterrâneos chineses, dos chineses do ultramar que se radicaram em Macau, dos macaenses, dos estrangeiros e das associações locais no reforço de Macau como plataforma regional de serviços comerciais.

2) Apoio à realização efectiva dos trabalhos relacionados com o “Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”. Estando prevista a

realização do 2.º Fórum em Macau, privilegiar-se-ão os trabalhos de apoio ao Secretariado Permanente do Fórum, fomentando-se o papel efectivo de Macau como plataforma para a promoção das actividades de cooperação económica entre a China e os países lusófonos. Serão organizadas delegações das comunidades empresariais de Macau e da China Continental para efectuarem visitas de prospecção de mercado a países lusófonos.

3) Desenvolvimento do papel de Macau como plataforma de cooperação e intercâmbio da rede global de empresários chineses. Envidar-se-ão esforços para apoiar e participar, com entusiasmo, nas actividades económica e comercial dos empresários internacionais de origem chinesa, ajudando e estimulando as associações da sociedade civil e os chineses ultramarinos a realizarem em Macau ou participarem nas reuniões e actividades de intercâmbio económico e comercial.

4) Participação activa na Cooperação Económica da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas. Proceder-se-á à consolidação da implementação do “Protocolo do Quadro de Cooperação da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas”, no que diz respeito ao domínio económico, bem como ao desenvolvimento de medidas práticas da cooperação no comércio, investimento, interligação entre pequenas e médias empresas e outras áreas relacionadas.

Manutenção da estabilidade e solidez das finanças públicas e da situação financeira. No âmbito da gestão das finanças públicas, será reforçada a regulamentação da cobrança e da gestão dos impostos, controlando as despesas públicas e racionalizando a distribuição dos recursos financeiros, de forma a promover a modernização do regime da gestão das finanças públicas e do seu modelo de funcionamento. Promover-se-á a reforma do sistema da gestão financeira das entidades autónomas, intensificando a fiscalização dos seus orçamentos privativos e implementando um novo sistema de gestão das finanças públicas. Por outro lado, proceder-se-á à revisão e alteração da legislação fiscal, ao aperfeiçoamento de mecanismos destinado à avaliação dos preços dos imóveis, bem como à revisão do regime jurídico do imposto de selo. Serão implementadas, de forma progressiva, as normas de relato financeiro adequadas aos padrões internacionais, a par do reforço e da melhoria das facilidades proporcionadas à população, na área da cobrança de impostos. Relativamente à supervisão das actividades financeiras, serão aperfeiçoados os diplomas jurídicos respeitantes ao mercado financeiro, reforçando-se as inspecções *on-site* e *off-site* às instituições financeiras e seguradoras. Continuar-se-á a desenvolver os trabalhos de coordenação do grupo de combate ao branqueamento de capitais e será dada especial atenção à preparação e coordenação da execução da nova legislação nessa área. Será dada especial atenção à manutenção da estabilidade e da segurança do sistema financeiro, assegurando-se o funcionamento regular deste mercado e estimulando-se o sector financeiro para que atinja um desenvolvimento saudável e estável. A gestão da Reserva Cambial e do Fundo de Reserva da RAEM continuará a pautar-se por orientações prudentes e uma estratégia ponderada de aplicação de fundos, com o objectivo de garantir a valorização dos seus capitais.

Aperfeiçoamento do regime de segurança social. Em função da concreta evolução sócio-económica, proceder-se-á ao aperfeiçoamento do regime de segurança social e do regime

de contribuições dos trabalhadores com vínculo precário, no sentido de alargar, de forma progressiva, a aplicação daquele regime. Será criado e posto em funcionamento o Fundo de Garantia Salarial, à medida que será efectuada uma aplicação eficaz dos activos do fundo de segurança social, de modo a assegurar as condições de vida dos beneficiários do Fundo de Segurança Social. Os fundos serão aplicados de forma prudente, para que os fundos da segurança social possam ser geridos eficazmente. Além disso, envidar-se-ão esforços para aperfeiçoar o regime jurídico do fundo de previdência privado, no sentido de criar um regime de segurança social adequado à realidade de Macau.

Defesa dos direitos dos consumidores. Proceder-se-á a uma reestruturação do Conselho de Consumidores e reforçadas as suas atribuições. Serão alargados e aperfeiçoados o sistema e a rede das “Lojas Aderentes” e das “Lojas Certificadas”, com vista a proporcionar um consumo seguro, aumentando as campanhas de sensibilização e de educação, no sentido de reforçar o espírito de auto-protecção dos consumidores. Intensificar-se-á a cooperação inter-serviços, nos termos da lei, com vista a combater práticas susceptíveis de lesar os interesses dos consumidores, para além de se introduzirem melhorias ao regime do “Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo”. Serão criado um sistema de análise e testes ao ouro e realizados trabalhos preparatórios para a construção de um laboratório para o mesmo fim. Aperfeiçoar-se-á a legislação destinada à defesa dos direitos dos consumidores.

Aperfeiçoamento do Sistema de Indicadores Estatísticos. Haverá um empenho na melhoria dos trabalhos inerentes ao “Inquérito ao Emprego” e ao “Inquérito às Necessidades de Mão-de-Obra e às Remunerações”, para que os resultados obtidos possam reflectir, em tempo oportuno, as transformações ocorridas no mercado de trabalho; na preparação para a elaboração dos indicadores do Produto Interno Bruto ajustados pela “Paridade de Poder de Compra” (PPP); no estudo da metodologia destinada ao cálculo das estimativas do Rendimento Nacional Bruto (RNB) e na realização do Censo Populacional Intercalar. Proceder-se-á à revisão dos dados da população apurados desde finais do ano 2001, bem como à elaboração e divulgação dos Índices de Preços no Consumidor com base no ano 2004/2005, em conformidade com o novo cabaz de bens e serviços e as respectivas ponderações seleccionadas para o cálculo desse índice. Serão ainda ultimados os trabalhos quanto à revisão da “Nomenclatura para o Comércio Externo de Macau/Sistema Harmonizado (NCEM/SH) Rev. 4”.

Área da Segurança

No ano 2005, prosseguimos a execução das políticas públicas definidas para a Área da Segurança, implementando os conceitos e objectivos traçados nas Linhas de Acção Governativa. Promovemos a articulação com o desenvolvimento da sociedade e da economia, no sentido de responder às crescentes necessidades da população. Por outro lado, tendo por base o aperfeiçoamento dos desempenhos pessoais, introduzimos nesta área da nossa responsabilidade novos conceitos e métodos de trabalho. Desse empenho na concretização dos objectivos resultou uma significativa melhoria dos diversos serviços. Foram envidados esforços para a concretização do objectivo geral transversal às Linhas de Acção Governativa quanto à melhoria global da qualidade de vida da população, à promoção do desenvolvimento harmonioso da sociedade e da sua economia.

Ao longo do ano, o Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP) e a Polícia Judiciária (PJ) reforçaram a sua relação de cooperação, daí resultando uma notória melhoria dos respectivos desempenhos. Sob o comando e a coordenação dos Serviços de Polícia Unitários, foram desenvolvidas operações conjuntas e métodos de recolha de informação, o que se traduziu, especialmente, em várias operações conjuntas transfronteiriças de grande envergadura e no incremento da cooperação já existente entre as autoridades de segurança de Macau, os serviços de segurança pública da China Continental, os serviços policiais de Hong-Kong e de outros países estrangeiros. Foram igualmente estabelecidos contactos com as organizações internacionais de combate ao terrorismo e com as autoridades de segurança das regiões vizinhas, bem como promovidos estudos sobre a criação de mecanismos de cooperação entre Macau e Guangdong, com vista a operações conjuntas de intervenção de emergência, caso se verifiquem actos de terrorismo.

Os Serviços de Alfândega têm vindo, de forma faseada e sistemática, a desenvolver os seus planos de trabalho. A optimização da sua organização interna e dos seus recursos humanos, nomeadamente através do reforço da formação de novos agentes alfandegários, contribuíram para uma melhor execução das suas atribuições. Para acompanhar o ritmo do desenvolvimento económico, adoptaram-se várias medidas tendentes a facilitar os fluxos fronteiriços que, por certo, muito contribuirão para atingir os objectivos do respeito pela legalidade, do combate às actividades ilícitas, como o contrabando, da repressão dos actos lesivos dos direitos e do incremento da fluidez das relações comerciais.

No que diz respeito às acções de promoção da segurança, de prevenção e combate ao crime, os diversos planos de operações policiais definidas pelas autoridades de segurança foram efectivamente implementados. Estes consistem essencialmente em controlar, prevenir e reprimir os crimes relacionados com o sector do jogo ou com ele conexos, bem como manter uma atenção privilegiada relativamente à prevenção e luta contra as diversas manifestações de criminalidade que, não obstante considerada menor, influencia a tranquilidade dos cidadãos em geral e dos turistas em particular, com vista a salvaguardar a imagem exterior de Macau e a articular-se com as políticas na área do turismo. Quanto aos crimes relacionados com a droga, intensificaram-se a investigação e o patrulhamento, sobretudo face ao fenómeno que se vem registando de deslocação de jovens de Macau à China Continental para o consumo de

drogas e abuso de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas. Progressivamente vimos constatando uma melhoria nos mecanismos de cooperação regional no combate ao tráfico e uso de drogas. Zelámos também pela protecção dos direitos e interesses laborais, articulando-nos activamente com os serviços responsáveis pelos assuntos laborais, em ordem a reforçar a fiscalização dos trabalhadores ilegais, e agilizando a comunicação com os órgãos de segurança pública da China Continental. Mantivemo-nos atentos à prevenção e combate à criminalidade tecnológica, nomeadamente aos crimes informáticos, ao crime económico e ao branqueamento de capitais. As corporações das FSM e serviço de segurança revelaram celeridade e eficiência na descoberta de crimes graves e outros que, embora de menor expressão, não deixam de prejudicar a vida da população, especialmente quando protagonizados por grupos.

No que diz respeito à gestão interna do sistema de forças e serviços de segurança, adoptámos um conjunto de iniciativas de reorganização interna dos serviços e corporações sob a tutela do Secretário para a Segurança, reflectindo sobre as instruções operacionais da polícia e seu aperfeiçoamento, cooperando, ainda, activamente com a Comissão de Fiscalização da Disciplina das Forças e Serviços de Segurança de Macau, por forma a desenvolver a eficácia funcional da fiscalização da disciplina interna. Além disso, intensificámos a formação do pessoal, continuando a prosseguir, a par da sua qualificação, uma política de prioridade à tecnologia policial, para o que vimos pondo em prática diversos projectos e medidas destinadas à introdução da tecnologia e dos equipamentos científicos. Constatámos, assim, uma progressiva e gradual evolução dos níveis de informatização e profissionalização de todos os sectores da Área da Segurança.

Continuámos a implementar os programas da “carta de qualidade”, simplificando os procedimentos. Intensificámos, a par da implementação das decisões do grupo de trabalho sobre o relacionamento entre a polícia e a população, as campanhas de sensibilização para combater a criminalidade, elevando o grau de transparência da Polícia e transmitindo, de imediato, aos cidadãos mensagens relativas à prevenção criminal, no sentido de intensificar o policiamento comunitário e promover o desenvolvimento harmonioso da relação polícia/cidadão. Estivemos, também, atentos aos desvios de comportamento dos jovens e à consequente prática de crimes, no sentido de melhor concretizar a política de prevenção da delinquência juvenil e aperfeiçoar os trabalhos já em curso.

Os serviços de migração procederam à reorganização dos seus recursos humanos e materiais, pondo em prática uma série de medidas destinadas a facilitar o fluxo de visitantes e mercadorias. Intensificou-se a formação dos agentes da linha da frente, com o objectivo de elevar a qualidade do serviço prestado. Por sua vez, o serviço responsável pelo trânsito promoveu acções destinadas a sensibilizar a população para o cumprimento das regras de trânsito, bem como para a adopção de condutas civicamente adequadas, visando não só uma atitude repressiva, mas também educativa, no sentido de assegurar a segurança rodoviária e a prevenção dos acidentes de viação. É de salientar, ainda, o acompanhamento que o Corpo de Polícia de Segurança Pública tem prestado ao processo de revisão da legislação rodoviária, emitindo pareceres técnicos sobre as propostas.

Na prestação de serviços na área de combate a incêndios e de outras situações de emergência, desenvolvemos vários trabalhos a nível da gestão, operação, prevenção e formação, o que permitiu aumentar a capacidade e a rapidez nas acções de salvamento. Através do Gabinete Coordenador de Segurança, que coordenou os trabalhos de protecção civil, foram realizados exercícios de protecção civil e de luta contra o terrorismo. Em articulação com os demais serviços, definimos planos de segurança e de combate a incêndios para a realização dos Jogos da Ásia Oriental de Macau.

O Estabelecimento Prisional de Macau realizou um conjunto de trabalhos destinados à reestruturação da sua orgânica, revendo e actualizando a distribuição do seu pessoal e reforçando a gestão e fiscalização do corpo de guardas prisionais. Por outro lado, foram melhorados os equipamentos do Estabelecimento Prisional de Macau e implementadas medidas destinadas a facilitar a vida aos cidadãos. Dedicámos especial atenção ao projecto das futuras instalações prisionais e promovemos a melhoria dos diversos serviços ligados à reinserção social, no sentido de apoiar a correcção individual e a reintegração social da população prisional.

Face ao exposto, podemos concluir que as corporações e os organismos das Forças e Serviços de Segurança de Macau seguiram as Linhas de Acção Governativa e o rumo por elas definido para o seu desenvolvimento durante o ano 2005. Envidámos todos os esforços para desempenhar bem as nossas atribuições e a nossa missão. Os trabalhos vêm sendo desenvolvidos segundo os programas definidos, a eficácia e a qualidade das actividades policiais melhoraram, sendo visíveis os resultados quanto à salvaguarda da segurança e ao combate à criminalidade.

Face aos resultados obtidos na Área da Segurança, e tendo presentes os nossos planos para o próximo ano, estamos certos de que com a implementação de medidas de execução adequadas, o sucesso da aplicação das políticas públicas prosseguirá, para tanto contribuindo também as experiências acumuladas e a vontade firme de participação no desenvolvimento. Procuraremos, pois, conceber e adoptar estratégias viáveis que nos garantam um futuro com boas perspectivas.

No próximo ano, as autoridades de segurança continuarão a implementar os princípios e objectivos traçados nas Linhas de Acção Governativa. Prevenir e combater a criminalidade continuará a ser a nossa primeira orientação estratégica de ordem geral, integrada no propósito de promoção da segurança da vida e dos bens das pessoas, bem como da salvaguarda da tranquilidade e da paz públicas, o que formulamos e ajustamos de forma a responder às tendências da criminalidade, cujo combate é um dos nossos principais objectivos estratégicos. A optimização da gestão interna, a consolidação da disciplina, no sentido de aumentar a qualidade dos serviços e as suas capacidades, por forma a que todo o pessoal melhor se identifique com os objectivos prosseguidos e assegure um melhor serviço público aos cidadãos, essencialmente através da criação de umas forças de segurança modernas, íntegras e eficazes, que garantam um desempenho das suas atribuições no que concerne à “elevação da qualidade de vida dos cidadãos”, constituem o objectivo que caracteriza a essência das Linhas de Acção Governativa.

Prosseguiremos a organização das forças policiais, preparando-as, especificamente, em várias áreas. Tanto os crimes graves, como são os que influenciam a economia da sociedade e o desenvolvimento saudável dos sectores do jogo e do turismo, como os crimes mais leves que perturbam os cidadãos e os turistas, constituem objecto do aumento da prevenção e da repressão. Paralelamente, iremos fomentar o empenho funcional dos diversos serviços tutelados, conscientes que estamos de que o esforço despendido por todos os agentes contribui para defender os interesses gerais da sociedade e garantir um ambiente e um desenvolvimento estáveis e seguros para Macau.

Constitui, assim, nosso trabalho inalienável e imprescindível intensificar as actividades policiais tendentes à manutenção da segurança. O CPSP e a PJ, no âmbito das suas atribuições específicas, e sob orientação do Comando-Geral dos Serviços de Polícia Unitários, procederão à análise e à divisão do trabalho em função das diversas áreas territoriais e da natureza dos crimes e organizarão, de forma racional, as patrulhas e a vigilância. Adoptaremos, oportunamente, diversas acções de combate à criminalidade para garantir a ordem pública. Através do reforço da formação, elevar-se-ão as capacidades de resposta rápida e de resolução de problemas dos agentes da linha da frente. Promoveremos o intercâmbio policial e a cooperação entre a Polícia e os cidadãos, aumentando a sensibilização para o combate à criminalidade, combatendo os crimes menores, reprimindo os crimes violentos e graves e promovendo a imagem de Macau como uma cidade segura.

Reforçaremos a investigação criminal e a prevenção dos crimes, cientes do prejuízo que a criminalidade traz à segurança pública da RAEM. Através do planeamento preciso e do ajustamento das forças policiais, tomar-se-ão medidas importantes em ordem a reforçar o combate aos crimes relacionados com o jogo, com a economia e a informática, aos crimes relativos ao tráfico de droga e a outros crimes que prejudicam a vida da população, bem como, e em especial, à actividade de grupos criminosos. Paralelamente, serão reforçados quer os meios humanos, quer os meios materiais na área da investigação criminal, melhorando-se as instalações e introduzindo tecnologias relativas à investigação criminal para elevar a taxa de resolução.

A actualidade e prontidão na obtenção de informação, bem como a boa coordenação das operações constituem factores decisivos para a Polícia combater, com eficácia e êxito, a criminalidade. Por isso, intensificaremos o comando conjunto das operações dos serviços policiais, recorrendo ao sistema integrado das informações. Coordenaremos a recolha e a análise das informações, por forma a tratar os casos graves com rigor, prontidão e eficácia. Por outro lado, será indispensável desenvolver operações policiais conjuntas transfronteiriças, prevenir e reprimir, em articulação com a produção legislativa da RAEM, os crimes relativos ao terrorismo e ao branqueamento de capitais.

Para o aperfeiçoamento e incremento da eficácia da actividade das forças policiais na execução das políticas e planos definidos, é necessária uma gestão rigorosa e científica. Através de uma gestão interna bem ordenada e modernizada, que passa também por “premiar os

bons funcionários e punir os maus”, pretendemos aperfeiçoar, de forma contínua, a qualidade do serviço e aumentar a eficácia do trabalho, pontos relevantes a que iremos prestar grande atenção no próximo ano. Por isso, damos muita importância e relevo ao aperfeiçoamento da gestão interna de cada órgão e serviço, optimizando o seu funcionamento, ajustando adequadamente a estrutura dos serviços, elevando a qualidade do trabalho, preconizando o reforço do controlo e da fiscalização disciplinares, promovendo a aplicação, com rigor, do regime disciplinar, com o objectivo de obter um bom cumprimento das regras, de incrementar a eficácia do trabalho e a integridade e de afirmar a boa imagem da polícia e dos serviços, mostrando aos cidadãos e aos turistas que estamos determinados a salvaguardar a segurança pública.

Continuaremos a articular as nossas actividades com as actividades próprias dos órgãos de fiscalização externa, tais como a Comissão de Fiscalização da Disciplina das Forças e Serviços de Segurança de Macau, a Assembleia Legislativa, o Commissariado contra a Corrupção e o Commissariado da Auditoria, ficando sujeitos à crítica dos órgãos de comunicação social e da população em geral, com o objectivo de satisfazer os seus anseios, aumentar a qualidade do serviço e promover as relações entre os cidadãos e a polícia.

Em função da situação rodoviária concreta de Macau, o departamento responsável pelo trânsito concentrará o seu esforço na prevenção da ocorrência de acidentes através de medidas que visam o cumprimento da lei, a educação e a sensibilização. Para nos articularmos com o desenvolvimento e o reordenamento da sociedade de Macau, iremos atender às opiniões dos cidadãos, reforçando, casuisticamente, a sensibilização para o cumprimento dos regulamentos de trânsito e patrulhamento, instalando, também, o sistema de fiscalização electrónica, com vista a controlar o desrespeito pela sinalização dos semáforos e, bem assim, o sistema de controle de velocidade em pontos fixos. Tudo isto tem como objectivo garantir a segurança dos utentes da via pública, combater as infracções rodoviárias e reduzir a ocorrência de acidentes.

Relativamente ao serviço fronteiriço (entradas e saídas), continuaremos a tomar medidas eficazes. Tendo em conta a tendência do aumento do fluxo das entradas e saídas, melhoraremos a gestão, para aumentar a eficácia dos recursos humanos e materiais, aumentando os serviços tendentes a ajudar os cidadãos, ajustando e simplificando o procedimento de tratamento e verificação dos documentos de viagem, aperfeiçoando as instruções de trabalho dos agentes da linha da frente, reforçando a cooperação com os postos fronteiriços da China Continental, com o objectivo de assegurar a fluidez e a rapidez da passagem de visitantes. Queremos prestar aos visitantes um serviço eficaz, conveniente e cortês, impedindo as actividades transfronteiriças ilícitas.

Elevar o nível do serviço de bombeiros e de prestação de socorros constitui o ponto essencial dos nossos trabalhos. Iremos reforçar a gestão, a formação do corpo de bombeiros e incrementar o treino e os exercícios, com vista a elevar a capacidade do pessoal, dotar os serviços de bombeiros e de prestação de socorros com equipamentos avançados, estabelecer

os planos de salvamento destinados à zona dos lagos, pontes e construções de grande envergadura, e intensificar as vistorias de instalações contra o risco de incêndio. Paralelamente, em articulação com os demais organismos, reforçaremos a capacidade de prevenção e defesa perante os sinistros e as grandes calamidades, com vista a garantir a segurança pública.

Os Serviços de Alfândega reforçarão as medidas aduaneiras e os equipamentos de *hardware* e aperfeiçoarão o processo de desalfandegamento, no sentido de se articularem com o desenvolvimento económico da RAEM. Acompanharemos o planeamento de construção do edifício dos Serviços de Alfândega e das suas infra-estruturas, promoveremos o recrutamento de novos funcionários nesta área, com o objectivo de reforçar os recursos humanos. Continuaremos a introduzir as novas tecnologias no controle aduaneiro, pondo em prática o sistema automático de passagem de viaturas, promovendo a utilização do sistema do comércio electrónico para aumentar a eficácia do trabalho. Iremos, em cumprimento rigoroso da lei, proceder ao patrulhamento e à fiscalização para prevenir e combater as actividades ilícitas de contrabando e a passagem ilegal das fronteiras. Protegeremos a propriedade intelectual e aperfeiçoaremos os procedimentos de quarentena, no sentido de garantir o respeito da lei e a fluidez das relações comerciais, contribuindo, assim, para o desenvolvimento dos sectores do turismo e da logística.

O Estabelecimento Prisional de Macau prosseguirá uma série de trabalhos relacionados com a sua reestruturação, com o objectivo de melhorar o seu funcionamento geral, os serviços de controlo dos reclusos e os serviços destinados à respectiva orientação e apoio, sem prejuízo do empenho na área da educação individual e da reinserção social da população prisional. Por outro lado, aceleraremos a execução da reforma global dos planos, repensando o sistema de fiscalização e as medidas correspondentes, examinando o sistema de segurança e as suas instalações, reorganizando um grupo profissional de choque, recrutando pessoal para a área prisional, acelerando os trabalhos preparatórios para a construção do novo estabelecimento prisional, acompanhando a concretização do Acordo sobre a Transferência de Pessoas Condenadas, bem como estudando o aperfeiçoamento das medidas de gestão para aumentar a capacidade de controlo.

Incrementaremos a formação na Escola Superior das Forças de Segurança de Macau, na Escola de Polícia e na Escola de Polícia Judiciária, facultando cursos aos agentes da linha da frente e formando o pessoal de chefia. Aceleraremos o recrutamento de pessoal, no sentido de admitir novos elementos nas corporações e nos organismos das Forças de Segurança de Macau, continuando a cooperar com os organismos locais e exteriores, a fim de facultar ao pessoal as oportunidades de desenvolvimento das suas capacidades.

Iremos otimizar a gestão, com vista a uma melhor racionalização dos recursos. Através do serviço de apoio técnico-administrativo, reforçar-se-á a gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros das corporações e organismos das Forças de Segurança de Macau, no propósito de que os recursos sejam bem utilizados, implementando os diversos planos destinados ao crescimento das infra-estruturas e ao melhoramento das técnicas, bem como

aperfeiçoando a disponibilização do pessoal e as instalações e equipamentos, por forma a racionalizar os recursos e garantir o bom funcionamento dos serviços e o cumprimento efectivo das missões.

Relativamente à segurança pública e à protecção civil, reforçar-se-ão os mecanismos de coordenação, no sentido de aumentar a capacidade de prevenção e defesa perante os sinistros e as grandes calamidades, com vista a reduzir os seus efeitos. Continuaremos a monitorizar a eficácia do funcionamento da estrutura da protecção civil. Os recursos disponíveis serão orientados para a melhoria da capacidade de comando, de salvamento e da prevenção perante os sinistros.

As autoridades de segurança têm vindo a dar importância ao contacto com a população, esperando que, através de uma boa relação entre os cidadãos e a polícia e do esforço dos cidadãos, se crie um ambiente estável. Portanto, aprofundar o policiamento comunitário, acompanhar as questões dos jovens e promover a confiança e a cooperação entre os cidadãos e a polícia continuam a constituir uma parte muito importante do nosso trabalho. No plano de trabalho para o próximo ano, as corporações e organismos das Forças de Segurança de Macau consideram o desenvolvimento da relação entre os cidadãos e a polícia um objectivo essencial.

O eficaz e amplo mecanismo de cooperação policial com o exterior constitui permanente garantia e segurança da sociedade da RAEM. Iremos incrementar a cooperação com os serviços de segurança pública da China Continental e de Hong-Kong, o que permitirá uma melhor coordenação e eficácia na troca de informações, no intercâmbio técnico, na formação do pessoal e nas operações conjuntas. Ao mesmo tempo, alargaremos a cooperação e o intercâmbio com os serviços policiais e os órgãos congéneres internacionais, uma vez que lhes reconhecemos uma particular importância para a nossa actividade, do que resultará uma rede de contacto policial mais ampla.

Os conteúdos expostos sintetizam as Linhas de Acção referentes ao próximo ano na área de governação sob a responsabilidade do Secretário para a Segurança, vinculando as corporações e organismos da sua tutela. Com a assimilação do que melhor resulta da discussão e debate das ideias expostas por todos os sectores envolvidos na execução das políticas de segurança, cremos ter atingido um estágio de maturação que nos permite antever um significativo "salto de qualidade" no ano 2006, quando comparado com os resultados alcançados nos anos anteriores. Pretendemos, não só um acompanhamento do desenvolvimento da RAEM, mas também a promoção qualitativa do desempenho das atribuições por parte das corporações e dos demais serviços das Forças de Segurança de Macau. Promoveremos a consciencialização da importância da lealdade na prossecução do interesse público, por um lado, bem como a da necessidade da execução rigorosa dos planos de trabalho, por outro. Na execução concreta das diversas medidas de política sectorial, as corporações e demais organismos das Forças de Segurança de Macau estabelecerão planos de trabalho detalhados em função das suas próprias atribuições e das situações concretas.

No próximo ano, as corporações e organismos das Forças de Segurança de Macau continuarão, sob a direcção do Governo da RAEM, a promover o espírito de corporação e o profissionalismo, o que nos demanda um constante e permanente melhoramento e incessante incremento da qualidade de serviço. Não descansaremos perante a evolução do estado da segurança, mantendo-nos atentos, tomando medidas preventivas e ajustando oportunamente as estratégias adequadas. O nosso pessoal, independentemente da respectiva categoria ou posto, está empenhado em contribuir para o desenvolvimento sustentado de Macau, na manutenção da segurança, dos níveis de tranquilidade e de paz dos cidadãos, com cujo apoio e colaboração conta e a cuja fiscalização, aliás, se sujeita.

Área dos Assuntos Sociais e Cultura

O ano 2005 foi um ano de grandes desafios e, também, um ano de excelentes resultados. Este ano, graças ao apoio entusiástico de todos os cidadãos, o Governo revelou a sua forte e efectiva capacidade de organização e administração, com o sucesso da inscrição do “Centro Histórico de Macau” na Lista do Património Mundial da UNESCO, da realização bem sucedida dos 4.ºs Jogos da Ásia Oriental, e com a rigorosa prevenção da forte ameaça de surto a nível mundial da epidemia de gripe, alicerçando também bases sólidas e desempenhando um papel positivo para promover e elevar, globalmente, a qualidade de vida integrada de Macau no futuro.

No ano 2005, os Serviços de Saúde esforçaram-se na consolidação das medidas de prevenção e controlo na área de saúde pública. De acordo com as circunstâncias decorrentes da gripe das aves a nível mundial, prosseguiram-se os contactos estreitos com a Organização Mundial de Saúde – OMS e com as entidades nacionais de saúde, e criou-se, rapidamente, um grupo de prevenção, reacção e coordenação inter-serviços para fazer face a uma eventual pandemia de gripe, tendo-se definido também um mecanismo de reacção e melhorado os procedimentos de gestão de risco. Através do reforço do trabalho de prevenção de doenças transmissíveis como a febre de dengue, SIDA e tuberculose, salvaguardou-se a saúde pública. A Comissão para a Cidade Saudável criou grupos especializados, desenvolveu, a um nível aprofundado, projectos de saúde, promoveu campanhas contra o tabagismo, iniciou projectos de melhoria das condições de saúde nas escolas, incentivou a prática de desporto e criou um sistema de segurança alimentar, tendo como objectivo ajudar os cidadãos a obterem hábitos apropriados de saúde e um modo de vida saudável. Está-se a proceder à ampliação e à construção de instalações médicas dos Serviços de Saúde. O novo Centro de Saúde na Areia Preta entrará em funcionamento no final deste ano, disponibilizando melhores cuidados de saúde aos residentes da zona. Intensificaram-se as actividades de estudo e intercâmbio para o pessoal médico, incluindo as de formação especializada na área de cirurgia cardio-torácica e doenças metabólicas de natureza hereditária, permitindo, deste modo, o aperfeiçoamento do nível de cuidados de saúde em Macau. A fim de dar resposta às necessidades dos diversos serviços, explorou-se melhor os recursos médicos em favor da comunidade, permitindo aos doentes obter serviços de reabilitação após a alta hospitalar, tendo-se, ainda, planeado e melhorado os serviços de urgência. Já foi iniciada a utilização do sistema de relatório electrónico de imagiologia nos Centros de Saúde, tendo-se também adquirido mais equipamentos médicos e aperfeiçoado o sistema de entrega de medicamentos no hospital. O trabalho de consulta relativo ao projecto da Lei do Erro Médico, a revisão da Lei Orgânica dos Serviços de Saúde e o regime jurídico para o sector das farmácias já estão concluídos, permitindo a concretização apropriada da reforma da saúde.

No ano 2006, as entidades da área da saúde continuarão a implementar o programa de prevenção e de combate à pandemia da gripe e os correspondentes trabalhos preparatórios, mantendo uma estreita ligação com a Organização Mundial de Saúde e intensificando a concretização do mecanismo de emergência e de assistência criado com o Ministério da Saúde da República Popular da China. Paralelamente, serão desenvolvidas várias acções no âmbito do Programa da Cidade Saudável, bem como serão concretizadas acções, a um nível mais

pormenorizado e aperfeiçoado, concernentes à melhoria do ambiente comunitário e à elevação do nível de qualidade de saúde dos residentes, incluindo a execução das infra-estruturas médicas, nomeadamente a obra de ampliação do Laboratório de Saúde Pública e a construção de um Laboratório de Medicamentos, em conformidade com a programação geral. A colaboração profissional com as entidades e organizações médicas da China Continental e do exterior vai ser desenvolvida e consolidada, a fim de reforçar o intercâmbio de informações. Dar-se-á continuidade à implementação do programa de formação profissional para os técnicos de saúde e será criado, para esses profissionais, um centro de formação de onde sairão profissionais de saúde de qualidade, por forma a elevar globalmente o nível de cuidados de saúde de Macau. O Governo procurará congregar esforços das entidades governamentais, entidades sem fins lucrativos e entidades particulares, para criar sub-sistemas de assistência médica comunitária. Na perspectiva de consolidação do trabalho médico, reforçar-se-á o trabalho de divulgação sobre a prevenção do cancro cervical uterino, e serão criados os serviços de exames de audição dos recém-nascidos, bem como serão intensificadas as acções com vista a concretizar o objectivo final de erradicação do sarampo em 2008. A elaboração de vários projectos de lei e a revisão de outros diplomas legislativos, referentes à reforma da saúde, prosseguirão de forma acelerada.

Em 2005, o ensino superior em Macau continuou a demonstrar um grande nível de desenvolvimento, tendo as instituições de ensino superior concedido particular atenção à melhoria da qualidade do ensino, dos equipamentos pedagógicos, do nível académico dos seus docentes, da gestão do ensino, assim como da forma de avaliação do ensino, a fim de permitir, no futuro, a adequação à implementação do "Regime de Avaliação do Ensino Superior". Os projectos da Lei do Regime de Ensino Superior e do Regulamento Complementar foram alterados após audição de personalidades ligadas ao sector do ensino superior, estando actualmente os trabalhos a serem desenvolvidos em simultâneo com os de elaboração dos diplomas sobre o Regime de Avaliação do Ensino Superior, com o Sistema de Créditos e com o Fundo de Apoio ao Ensino Superior. As instituições de ensino superior estabeleceram, ainda, objectivos de desenvolvimento, controlaram o número de admissões, elevaram os critérios de selecção e admitiram excelentes alunos do exterior para frequentarem cursos em Macau. Com vista a responder às necessidades do desenvolvimento da sociedade, foram criados e alterados vários cursos entre os quais, os de Sociologia, Educação Física, Educação Musical, Economia, Gestão Turística, Direito e Enfermagem. As instituições intensificaram ainda a educação para adultos e a formação em serviço, tendo o Centro de Formação Técnica nas Áreas do Turismo e do Jogo de Macau, criado em conjunto por duas instituições públicas de ensino superior, continuado a preparar profissionais para o sector dominante. As instituições de ensino superior empenharam-se na pesquisa e na investigação científica, aproveitando a vantagem que têm nessa área, de forma a reforçar a investigação nas áreas relacionadas com a economia, o turismo de convenções e exposições, património cultural, desenvolvimento urbano e medicina tradicional chinesa de Macau, entre outros, tendo alguns projectos de investigação científica obtido bons resultados, como são os das áreas de tecnologia microelectrónica e ciências sociais e humanas.

Com a finalidade de formar mais quadros qualificados e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos em 2006, o Governo continuará a promover a reforma do ensino superior. Assim, nos projectos da nova Lei do Regime de Ensino Superior e do Regulamento Complementar, serão introduzidos um regime de frequência mais flexível e um regime de avaliação, com o objectivo de dar mais autonomia pedagógica e académica às instituições e aumentar o nível do ensino e da investigação científica. Em simultâneo, o Governo continuará a apoiar as instituições na concretização dos planos de expansão das instalações universitárias e na melhoria da qualificação dos docentes e das condições do ensino, encorajando as instituições a criarem ou a ajustarem os seus cursos de acordo com o desenvolvimento e as necessidades reais da sociedade. Com a finalidade de promover o Centro Histórico de Macau, recentemente classificado património mundial, bem como de diversificar o desenvolvimento da economia e da sociedade, o Governo continuará a incentivar as instituições de ensino superior a criarem cursos de gestão do património cultural, de filosofia humana e de turismo de convenções e exposições. O Governo continuará, também, a incentivar as instituições no sentido de intensificarem as suas relações de cooperação com entidades congéneres do exterior numa tentativa de reforçar o intercâmbio, de beneficiar de experiências sobre o ensino superior e a investigação científica, bem como de reforçar a projecção internacional das instituições de ensino superior de Macau. Devido à intensificação das relações de cooperação no âmbito do ensino superior entre Macau e Guangdong e na região do Grande-Delta do Rio das Pérolas, o Governo, estreitará relações com os serviços públicos do ensino superior da China Continental, a fim de, entre si, melhor desenvolverem o ensino, o intercâmbio dos docentes e a troca de informações.

O Governo, após uma investigação abrangente e recolha de opiniões de todos os sectores da sociedade em 2005, elaborou a proposta de lei do Sistema Educativo Não Superior da Região Administrativa Especial de Macau, com vista a responder às exigências actuais dos cidadãos sobre o aumento da qualidade de vida. Através do aumento do investimento na Educação, o regime de concessão de subsídios aos docentes melhorou, aperfeiçoaram-se as instalações do Centro de Recursos Educativos e das escolas, e proporcionou-se um grande apoio aos alunos com dificuldades económicas para que pudessem concluir os seus estudos. Foi criado, no seio do Conselho de Educação, o Grupo Especializado de Acompanhamento da Situação dos Alunos que Abandonaram a Escola e, tendo por base a implementação da escolaridade obrigatória, foi executado, em maior grau, o mecanismo de comunicação sobre os alunos não abrangidos pela escolaridade obrigatória que abandonaram os estudos, a fim de os apoiar e incentivar para a continuação dos seus estudos. Estudou-se a orientação para o desenvolvimento dos currículos de Educação Básica de Macau e iniciou-se a elaboração do quadro orientador da organização curricular da educação pré-escolar, dos ensinos primário e secundário geral. Promoveram-se os planos de concessão de subsídios aos cursos de educação técnico-profissional. Foi publicado o Guia de Avaliação Escolar Global e os trabalhos-piloto da avaliação escolar global prosseguiram, proporcionando apoio técnico ao desenvolvimento das escolas. Foram promovidos a cooperação e o intercâmbio com as escolas e instituições educativas da China Continental e do exterior, e realizado o 1.º Fórum dos Directores do Ensino Secundário entre a Província de Guangdong e Macau. Continuou-se a apoiar

financeiramente os planos de formação das escolas. Promoveram-se os cursos de formação de agentes destinados a trabalhar com jovens, com vista a acelerar o desenvolvimento profissional desses agentes vocacionados para os assuntos da educação e juventude. Foi levado a cabo, com maior profundidade, o Plano de Prémio de Aprendizagem Contínua, enriqueceram-se os recursos da aprendizagem contínua e promoveu-se o desenvolvimento da educação permanente. A criação do Grupo Especializado de Estratégias Sobre o Desenvolvimento Integral do Homem para os Jovens e a conclusão dos trabalhos da segunda fase de recolha e estudo das informações de indicadores sobre a juventude contribuíram para o desenvolvimento efectivo do sistema de serviços juvenis. Através de medidas de apoio, reforçou-se nos jovens a educação no âmbito do patriotismo e amor a Macau, moralidade, generalização de ciências e educação artística e organizaram-se actividades de intercâmbio para aumentar as experiências de vida dos jovens e alargar a sua visão internacional.

No ano 2006, seguindo os conceitos de “criar uma vida de qualidade mediante uma educação de alta qualidade” e “criar, conjuntamente com os jovens, um ambiente favorável para o seu crescimento contínuo”, promover-se-ão, globalmente, os trabalhos de elaboração de legislação do Sistema Educativo Não Superior de Macau, bem como os de alteração de diplomas com ele relacionados e desenvolver-se-á o sistema de indicadores educativos. Através do aumento de investimentos de recursos, promover-se-á, igualmente e de forma ordenada, o desenvolvimento da escolaridade gratuita, melhorando os rácios professor/turma e professor/aluno, assim como reduzindo os encargos económicos dos encarregados de educação. Ajudar-se-á os alunos que abandonaram os estudos a regressarem para a escola. Desenvolver-se-á o quadro de organização curricular local, estabelecendo o enquadramento e os critérios para a educação pré-escolar, ensino primário e secundário, e fomentar-se-á, em maior grau, as reformas curriculares e da cultura pedagógica. Envidar-se-ão esforços com vista a proporcionar uma maior estabilidade ao pessoal docente e dar-se-á continuidade à optimização do ambiente de desenvolvimento profissional dos agentes que trabalham com a juventude. Será posta em execução, formalmente, a Avaliação Escolar Global para apoiar as escolas no seu aperfeiçoamento e no seu desenvolvimento contínuo. Proporcionar-se-á uma garantia forte e flexível ao desenvolvimento do ensino técnico-profissional. Promover-se-á o desenvolvimento da educação comunitária, criando um melhor ambiente de aprendizagem contínua. Continuar-se-á a recolher indicadores sobre a juventude e aperfeiçoar-se-ão, de forma continuada, os mecanismos de auscultação e decisão sobre as actividades destinadas aos jovens. As funções do Centro de Educação Moral serão reforçadas, aumentando nos jovens a consciência de “amor pela Pátria e por Macau”, bem como as suas capacidades em distinguir e resistir às influências perniciosas existentes na sociedade. Ajustar-se-ão as formas de concessão de subsídios e apoios ao desenvolvimento juvenil, melhorar-se-ão as instalações de serviços aos jovens e reforçar-se-ão os apoios às associações juvenis e à formação dos seus líderes.

Para acompanhar o ritmo de desenvolvimento sócio-económico de Macau e para responder às necessidades da sociedade na prestação de diversos serviços, o desenvolvimento da acção social neste ano centrou-se na prestação de apoio a pessoas carenciadas, no fortalecimento das funções da família, na promoção da integração dos grupos sociais em situação vulnerável

e no reforço das medidas preventivas contra os diversos problemas sociais. Com a criação de uma rede de apoio a famílias monoparentais e a implementação dos serviços de apoio a novos imigrantes, bem como com o cumprimento do “Plano de Apoio Comunitário ao Emprego”, foi promovida a integração social dos grupos-alvo e restaurada a sua confiança na integração profissional, o que contribuiu para uma vida familiar mais harmoniosa. Relativamente aos riscos na fase de crescimento dos jovens, problemas existentes na vida dos idosos, dificuldades das famílias com membros deficientes e problemas dos viciados do jogo, foram criados mecanismos de prevenção e tratamento, bem como foram ajustadas as modalidades de trabalho para minorar os seus efeitos. Entre esses mecanismos, destacam-se a criação do Centro de Reabilitação para Jogadores Compulsivos e do Complexo de Serviço Social para Jovens, a implementação do “Projecto do Serviço Externo para Jovens Toxicodependentes” e do “Projecto Premiador das Actividades Comunitárias – Acompanhamento da Saúde Mental dos Idosos”, assim como os trabalhos preparatórios para a prestação de serviços de reabilitação em função da avaliação. Para além de se ter verificado, no processo de coordenação dos recursos comunitários, um maior investimento nos recursos e uma melhor prestação de serviços, verificou-se ainda o reforço de uma cooperação mútua entre os diferentes serviços de apoio, o que favoreceu a criação de bases sólidas para a reforma do sistema de serviços de cuidados contínuos aos idosos e a criação do mecanismo de transferência nos serviços de apoio a pessoas deficientes.

A tarefa primordial definida para o ano 2006 consiste no apoio a grupos sociais vulneráveis e, para isso, os esforços serão centrados no melhoramento das condições de integração profissional e social dos necessitados. Por outro lado, a aplicação de recursos será racionalizada, de modo a providenciar serviços mais completos, criando, assim, uma rede de serviço social com maior capacidade de resposta às necessidades da sociedade. O Governo empenhar-se-á na implementação de medidas de apoio a pessoas carenciadas, designadamente o estudo da viabilidade de atribuição de subsídios de subsistência aos grupos sociais em situação vulnerável, e, com base na experiência obtida do “Plano Comunitário de Apoio ao Emprego”, no lançamento do “Projecto de Serviço sobre Vida Positiva” que visa dotar os beneficiários de preparação suficiente para a sua reintegração no mercado laboral. Com vista a uma melhor articulação com a reforma do Regime de Protecção da Jurisdição de Menores, o Governo irá reestruturar e aperfeiçoar os modelos de serviços de apoio a jovens, intensificar o serviço integrado de cuidados ao domicílio, estudar o projecto do serviço de acolhimento familiar, bem como desenvolver os serviços de assistência comunitária. A cooperação com as organizações não-governamentais será reforçada e promover-se-á o desenvolvimento efectivo do serviço de reabilitação, por forma a atingir o objectivo “servir a comunidade”. Dar-se-á continuidade ao plano de desenvolvimento a médio prazo relativo ao Padrão da Qualidade dos Serviços e ao Regime de Aperfeiçoamento Contínuo, de modo a permitir um permanente melhoramento e optimização dos diferentes equipamentos sociais. Será criado um mecanismo para o estudo dos dados recolhidos, por forma a poder conhecer de uma forma geral a situação das populações idosa, deficiente e toxicodependente e as suas necessidades, os quais irão servir de fundamento para o planeamento geral dos serviços. Para além de procurar manter os bons resultados alcançados nos diferentes serviços, procurar-se-á diversificá-los mediante a criação

do serviço de tratamento contínuo de desintoxicação, a instalação nas ilhas do “Centro de Educação de Saúde”, o desenvolvimento dos serviços multifuncionais da vida familiar, entre outros, e aumentar-se-ão os canais para a obtenção de informações referentes aos serviços sociais, de maneira a poder servir a população com maior eficácia.

Considerando a tendência do desenvolvimento acelerado das actividades turísticas no corrente ano, o Governo fortaleceu a imagem de Macau como cidade turística e de qualidade, com características próprias, reforçando a sua promoção sob o slogan “*A World of Difference, the difference is Macao*”. Foram ainda consolidados os principais mercados geradores de turistas, nomeadamente da China Continental, de Hong-Kong e de Taiwan, e desenvolvidos activamente os mercados no exterior, tais como o do Japão, o da Coreia do Sul, o do Sudeste Asiático, o da Europa e o das Américas, que geraram um aumento satisfatório de turistas. Em consonância com o sucesso da candidatura de Macau ao Património Mundial da UNESCO, foram efectuadas promoções de grande escala, divulgando e projectando Macau como um destino que oferece um produto turístico cultural a nível de Património Mundial. Simultaneamente, desenvolveram-se novos recursos turísticos, tendo sido lançado o novo itinerário “Excursão com Qualidade” e promovidas actividades relacionadas com festividades tradicionais e populares. As instalações do “*Best of Macau*”, do “Centro de Animação Turístico-Cultural” e da antiga “Torre de Controlo do Grande Prémio” irão, em breve e de forma sucessiva, entrar em funcionamento. A sólida organização da “54.ª Conferência Anual da *Pacific Asia Travel Association (PATA)*” em Macau, no decorrer deste ano, veio dar mais um passo positivo para impulsionar o desenvolvimento do sector de reuniões, conferências, incentivos e exposições (MICE) de Macau. No sentido de garantir uma troca de informação atempada, continuou a manter-se um canal efectivo de comunicação com a Administração Nacional de Turismo e com os Serviços de Turismo da Província de Guangdong. Reforçaram-se os trabalhos de promoção e divulgação dos produtos turísticos inter-regionais da Província de Guangdong, de Hong-Kong e de Macau. Através do Protocolo de Cooperação e Desenvolvimento da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas, desenvolveu-se a cooperação turística, tendo sido organizados grupos para participarem em actividades promocionais no exterior. O diploma regulador das actividades das agências de viagens e da profissão de guia turístico e de transferistas entrou em vigor no princípio deste ano. A revisão de outros diplomas relacionados com o sector turístico também está a realizar-se a um ritmo acelerado. A simplificação dos procedimentos de licenciamento no âmbito do turismo e o aperfeiçoamento de outros sistemas, tais como, o reforço da inspecção aos estabelecimentos hoteleiros e aos locais de interesse turístico, o fornecimento de informações aos turistas e a formação contínua prestada ao pessoal do sector turístico, foram factores que contribuíram para a elevação da qualidade da prestação de serviços em geral.

Com o objectivo de consolidar a imagem de Macau enquanto cidade turística com oferta diversificada e de qualidade, em 2006, ir-se-á colocar a tónica no desenvolvimento e na diversificação do conteúdo das acções turísticas no âmbito da cultura, do lazer, do jogo, da diversão, do turismo desportivo, da gastronomia, das compras, da formação, da aprendizagem, dos espectáculos e dos eventos. No sentido de tirar o maior proveito das vantagens da inclusão de Macau na Lista do Património Mundial da UNESCO, o ano 2006 será considerado o “Ano

do Património Mundial de Macau". Neste contexto, serão criados novos produtos turístico-culturais e aperfeiçoados os serviços complementares, assim como os sistemas de informação, de modo a despertar o interesse dos visitantes na descoberta da cultura local e criar, em simultâneo, novos valores de marca turística de alta qualidade. Serão melhorados os trabalhos complementares do sector turístico e será analisada a criação de um padrão de formação e promoção de acordo com as categorias das profissões. Será também efectuada uma revisão ao actual mecanismo de gestão do turismo, de modo a criar, em colaboração com o sector turístico, um turismo de qualidade. Serão implementadas novas políticas de promoção turística, procurando responder às necessidades específicas de certos mercados com produtos turísticos especializados, com o intuito de desenvolver actividades promocionais apropriadas e diversificadas, bem como estabelecer escritórios de representação da DST nos principais mercados turísticos. Continuar-se-á a reforçar as relações de cooperação com as associações internacionais e regionais de turismo, no sentido de estabelecer um mecanismo de cooperação mais diversificado e de diferentes níveis. Desenvolver-se-ão os diferentes grupos de mercados turísticos, especialmente o mercado de grande dimensão da Índia e o de turistas com elevada capacidade de consumo do Médio Oriente. Em 2006, será organizada a conferência anual da Comissão da "Organização Mundial do Turismo das Regiões da Ásia Oriental e Pacífico", dando, assim, mais um passo positivo no desenvolvimento do sector de MICE. Será reforçada a divulgação do diploma regulador do turismo, a fim de motivar a sensibilização junto dos cidadãos sobre a importância da indústria turística e impulsionar o progresso contínuo deste mesmo sector em Macau.

Em 2005, a inscrição pela UNESCO do "Centro Histórico de Macau" na Lista do Património Mundial permitiu aos cidadãos reforçarem a sua identidade cultural, originando a sedimentação de um maior sentido de pertença e de coesão e, ao mesmo tempo, estimulando o contacto e o intercâmbio entre Macau e o resto do mundo. Paralelamente, foi posta em prática uma série de medidas de protecção e de administração do património cultural, de actividades de promoção e educação, tendo em vista assegurar que a tomada de consciência sobre a importância da protecção do património cultural se enraizasse profundamente entre a população de Macau. O Festival de Artes de Macau e o Festival Internacional de Música de Macau procuraram fornecer ao público espectáculos de qualidade e proporcionar o desenvolvimento artístico da cidade. Cada vez mais artistas beneficiam de bolsas de estudo do Governo para a frequência de cursos de aperfeiçoamento e de especialização em diversos países. A organização do "Curso Médio de Formação Profissional de Dança em Regime Completo" pela Escola de Dança do Conservatório de Macau significou um grande avanço no desenvolvimento do ensino coreográfico de Macau. A Orquestra de Macau e a Orquestra Chinesa de Macau realizaram concertos escolares em diversos estabelecimentos de ensino, incentivando activamente a educação artística entre os jovens e adolescentes locais. A melhoria introduzida nos equipamentos, no âmbito e nos conteúdos dos serviços culturais contribuiu para melhorar a qualidade cultural de todos os habitantes. Graças ao intercâmbio entre Guangdong, Hong-Kong e Macau a níveis tão diversos como o das exposições, dos trabalhos culturais e museológicos, das bibliotecas e ópera cantonense, foram obtidos grandes progressos nessas áreas.

Para o próximo ano, prevê-se que o aumento generalizado da qualidade de vida da população de Macau venha a ter reflexos no âmbito da cultura, reflexos esses que se deseja sejam uma notória melhoria na formação de uma sociedade mais humanista e culta. Será intensificada a preparação de artistas locais nas diversas áreas, prestado financiamento para estimular jovens a seguir o caminho artístico e reforçado o apoio às associações culturais, a fim de incentivar a criação artística local. Iniciada a investigação sobre a história e a cultura do território de Macau, terá continuidade a recolha do património cultural, no intuito de salvar e proteger, com determinação, tudo o que reflecta a especificidade de Macau. Em paralelo, será iniciado o registo dos testemunhos históricos orais, por forma a que não se percam. Entre os esforços relativos à protecção do património cultural, serão intensificados o restauro, a requalificação e a manutenção dos pontos de interesse, assegurando a melhoria dos mecanismos de gestão e coordenação. Serão elaborados materiais didácticos sobre o património cultural de Macau e editadas monografias de estudo temático para promover os conhecimentos sobre o património mundial. Os equipamentos informáticos das bibliotecas serão renovados e os livros recentemente adquiridos serão divulgados e colocados nas estantes com celeridade. Os museus empenhar-se-ão na divulgação da cultura específica de Macau. Serão ainda reforçados a cooperação regional e o intercâmbio cultural internacional, os quais passarão a ser realizados com maior frequência, tanto ao nível da organização de grandes festivais e de troca de experiências de aprendizagem artística, como no âmbito do aproveitamento compartilhado de recursos e na investigação académica.

Graças ao inestimável empenho e apoio de toda a população de Macau, a organização dos 4.^{os} Jogos da Ásia Oriental foi bem sucedida, prestigiando internacionalmente a RAEM. Por um lado, as instalações e os pavilhões desportivos construídos para a realização deste evento aumentaram quantitativa e qualitativamente o nível das infra-estruturas de Macau, por outro lado, está em fase de preparação um conjunto de medidas que permitem quer a utilização generalizada daquelas infra-estruturas, quer a disponibilização de mais serviços de qualidade à população, enquadradas no grande objectivo que é a promoção do desenvolvimento de Macau em todas as vertentes. Os resultados alcançados pelos atletas de Macau nos Jogos da Ásia Oriental, para além de terem projectado o desenvolvimento do desporto de alta competição, marcando uma página histórica no desporto de Macau, despertaram na população o interesse pela prática desportiva e contribuíram para lançar o desporto de Macau numa nova era. Torna-se necessária uma análise serena dos aspectos a nível de organização que correram menos bem no decorrer dos Jogos, por forma a permitir que, no futuro, esses aspectos possam ser colmatados. No que se refere aos recursos investidos nos Jogos, a sua execução financeira obedeceu rigorosamente ao respectivo orçamento, sendo que, após a liquidação, já em curso, as contas serão publicadas com transparência.

Este ano, através da implementação das políticas definidas para a elevação do nível do Desporto de Alta Competição e divulgação do Desporto para Todos, tem-se registado um aumento da competitividade dos atletas locais e da capacidade profissional dos agentes desportivos, com acções de formação e de apoio sistematicamente realizadas. Por outro lado, promoveu-se o conceito de que o desporto ajuda a melhorar a qualidade de vida através da

diversificação de actividades desportivo-recreativas e cursos de manutenção adequados a diferentes escalões etários. A execução das obras de construção e ampliação de infra-estruturas desportivas visa proporcionar à população e, em particular, aos atletas instalações desportivas modernas e de alta qualidade. A actividade “Avaliação da Condição Física da População de Macau”, cujo trabalho de estudo preliminar foi concluído, permite actualizar e completar o banco dos dados existentes e criar um critério de avaliação da qualidade física da população de Macau, e o resultado de estudo constituirá a base científica na definição das políticas desportivas e de saúde no futuro.

Perante o desenvolvimento alcançado, continuar-se-á a apostar, de forma sustentada, no desporto de Macau. Cumprindo a política de generalização do desporto, o Governo continuará a incentivar a participação da população em diferentes actividades a organizar no âmbito do Desporto para Todos, com preocupações sobre as necessidades e gostos de diferentes escalões etários, na tentativa de fomentar o hábito da prática desportiva. Continuar-se-á o desenvolvimento do Desporto de Competição, mediante a detecção e formação dos novos talentos e através do aperfeiçoamento do sistema de apoio financeiro e fiscalização ao desporto associativo, cuja concretização se prende com a colaboração estreita das entidades responsáveis pelo desporto escolar e desporto associativo. No universo de infra-estruturas desportivas, serão prosseguidas as políticas de melhoramento das instalações existentes e de criação de uma rede de infra-estruturas desportivas públicas. Atentos ao princípio de acessibilidade, serão aperfeiçoadas as instalações desportivas comunitárias, no sentido de proporcionar ao público mais espaços desportivos. Paralelamente, através da organização de eventos desportivos internacionais, o Governo continuará a promover a internacionalização do desporto da RAEM e a afirmação de Macau no mundo desportivo.

Área de Transportes e Obras Públicas

A situação da execução geral das acções da área de Transportes e Obras Públicas para o ano 2005 é a que seguidamente se discrimina:

A entrada em funcionamento da Ponte de Sai Van e das redes rodoviárias envolventes reforçou a rede de transportes entre Macau e a Taipa. As obras de reformulação da Rotunda Ferreira do Amaral e de ampliação das redes rodoviárias circundantes foram iniciadas em Abril, tendo em vista a satisfação das necessidades decorrentes do futuro desenvolvimento do Porto Exterior.

Está em curso o aterro do novo terminal marítimo em Pac On, na Taipa. Foi iniciada, no princípio de 2005, a obra de ampliação da placa sul do Aeroporto Internacional de Macau, a qual proporcionará infra-estruturas indispensáveis em relação à elevação da capacidade de ligação de transporte de Macau com o exterior.

Continuou-se, este ano, a construção das três principais vias do COTAL e a melhoria da ligação das redes rodoviárias na mesma zona.

Com vista a garantir a qualidade dos trabalhos, as obras dos pavilhões desportivos destinados aos Jogos da Ásia Oriental foram concluídas progressivamente em 2005. Estão a decorrer, a bom ritmo, as obras de construção do Asilo de Nossa Senhora do Carmo e do Centro de Saúde da Areia Preta. Na ETAR do Aeroporto, concluída no início do ano, já podem ser tratados eficazmente os resíduos líquidos provenientes das pistas do Aeroporto.

Executou-se uma série de obras públicas para remodelação e melhoramento das instalações de Serviços Públicos, de infra-estruturas, vias e esgotos, e embelezamento do meio urbano, entre outras.

Efectuaram-se, continuamente, as obras de reordenamento das zonas urbanas; foi concluída a zona pedonal no largo do Templo da Deusa A-Ma; foi melhorada a paisagem urbana nas proximidades da Rua da Praia do Manduco; está em curso a obra de remodelação, em grande escala, do campo desportivo do Tap Seac; foi concluída a obra de embelezamento do lado oeste do Parque Dr. Carlos D'Assumpção; foram reparadas e remodeladas as vias e redes de drenagem numa parte dos arruamentos da zona de San Kio; foram concluídos o planeamento e a concepção do reordenamento de alguns edifícios antigos do Bairro de Iao Hon e deu-se início ao estudo do novo planeamento geral urbanístico.

Em 2005, procedeu-se à recolha de opiniões de diversos sectores sociais sobre o estudo de viabilidade da introdução do novo sistema de transporte colectivo urbano em Macau, tendo sido, por outro lado, intensificado o reordenamento do trânsito. Para além da execução de obras de reordenamento viário, de grande dimensão, foi iniciada a construção de parques de estacionamento subterrâneos nos Jardins do Bairro Iao Hon, do Comendador Ho Yin, das Artes e da Rua de Malaca; foram planeadas e melhoradas as instalações de lazer e a arborização existente sobre parques de estacionamento. Foi realizado o concurso para a construção de um parque de estacionamento subterrâneo, para veículos pesados, na Estrada Flor de Lótus,

no COTAI, e, a fim de facilitar os residentes e visitantes, estão em construção dois túneis para peões na Avenida da Amizade.

Foi atribuída, a partir de Maio de 2005, a duas companhias concorrentes, a exploração dos parquímetros existentes nas vias públicas de Macau, os quais serão substituídos, progressivamente por novos modelos; foram adoptadas providências para otimizar os itinerários dos autocarros e foi reforçado o sistema de monitorização de viação, para controlar a circulação em excesso de velocidade e a detecção de transgressões à sinalização semafórica.

Com o intuito de resolver os problemas de habitação das pessoas com baixos rendimentos, foi iniciada, este ano, a construção de 200 fracções de habitação social na Ilha Verde; foram exortados os construtores civis a cumprir os contratos de desenvolvimento para a habitação, aprovados no passado, e a construir mais habitações sociais e económicas. Por outro lado, respeitando a ordem da lista de espera, foram disponibilizadas mais habitações aos agregados familiares, e foi iniciada a reapreciação do regime da habitação económica e social, tendo em vista a sua posterior alteração. O IH iniciou uma série de trabalhos preparatórios relacionados com a administração de edifícios.

Para além da elevação da capacidade de transporte aéreo, através do reforço das infra-estruturas, o Governo está a atrair, activamente, as companhias aéreas de baixo custo para o Aeroporto, promovendo, com sucesso, a subconcessão do direito exclusivo de exploração concedido à companhia aérea local, tendo em vista o aumento do número de rotas e voos.

O CDMA2000 1X, cujo processo de licenciamento decorreu com sucesso, entrou em funcionamento, conforme planeado, antes da realização dos Jogos da Ásia Oriental; acompanhou-se, com dinamismo, a elaboração e a revisão de diplomas legais, e procedeu-se a reduções contínuas das taxas de serviços radioeléctricos, com benefícios para a população em geral.

A Capitania dos Portos acelerou os preparativos para a criação do Centro Internacional de Matrícula de Embarcações de Macau; foi aperfeiçoada a estrutura interna e reforçada a cooperação com o exterior, com o intuito de reforçar a gestão de segurança marítima e a prevenção eficiente da poluição marítima; tendo em vista um eficaz e eficiente desempenho das suas atribuições, foram reorganizados os recursos, mediante a integração das Oficinas Navais na Capitania dos Portos.

Efectuou-se, este ano, uma reapreciação completa da estrutura e das atribuições do Conselho do Ambiente, estando em fase de elaboração o respectivo projecto de diploma legal, que visa alterar a actual lei orgânica daquele Conselho. No que diz respeito à melhoria da qualidade do ar, está em curso a elaboração de um projecto de regulamento administrativo que prevê a substituição progressiva dos motociclos com motor a dois tempos. A par disso, tenciona-se baixar os níveis de teor de enxofre no gasóleo destinado a veículos, passando de 0.05% para 0.005%. Por outro lado, continuou-se a reforçar a monitorização e o estudo ambiental.

Na área da meteorologia, foi lançado o serviço “WebTempo Móvel” e está a ser levado a cabo, conforme planeado, o processo de construção da Base de Dados das Fontes de Poluição.

A Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro, para acompanhar o rápido desenvolvimento da cidade, reforçou a manutenção das redes de nivelamento geodésico e de geodesia.

A Direcção dos Serviços de Correios iniciou a revisão do fluxo de trabalho do sistema de tratamento postal e empenhou-se na melhoria da qualidade dos serviços e na diversificação dos seus produtos, emitindo, pela primeira vez, selos personalizados.

Foi criado, este ano, o Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético, o qual iniciou uma série de estudos de viabilidade sobre os meios que possibilitarão assegurar o fornecimento estável de electricidade e sobre a introdução do gás natural em Macau. Na sequência de negociações com a respectiva concessionária, os encargos relativos à ligação à rede de energia eléctrica sofreram, a partir de Julho, uma redução de 50%.

A fim de salvaguardar a segurança de pessoas e bens, a Comissão de Segurança dos Combustíveis aumentou a vigilância e fiscalização das instalações de produtos combustíveis. No primeiro semestre do ano, foram efectuadas mais de 230 acções inspectivas.

O Governo, ao abrigo do respectivo contrato de concessão, continuará a exercer uma fiscalização rigorosa sobre a qualidade dos serviços de abastecimento de água.

Está a ser efectuado, pelo Conselho de Ciência e Tecnologia, o estudo de viabilidade de criação, em Macau, de um Parque de Medicina Chinesa. A fim de se associar à “Semana de Ciência e Tecnologia”, realizada em todo o país, foi organizada, pela primeira vez em Macau, em Maio deste ano, uma actividade neste domínio, que contou com a participação de 7 500 pessoas. Por outro lado, foi incrementada a cooperação científica e tecnológica com a Região do Grande Delta do Rio das Pérolas e promovido o contacto e a colaboração com o exterior.

Tendo em conta o desenvolvimento da sociedade e da economia, em 2006, na área de Transportes e Obras Públicas, continuar-se-ão a envidar todos os esforços para executar, oportunamente, a construção de infra-estruturas, reordenamento das zonas urbanas e construções ambientais, seguindo uma ordem de prioridade. Reforçar-se-á a capacidade de ligação de transportes no interior da cidade e desta com o exterior e otimizar-se-ão, através do melhoramento dos trabalhos em todas as áreas, as infra-estruturas habitacionais e comerciais.

No domínio dos grandes projectos de infra-estruturas, reforçar-se-á a capacidade de ligação de transportes no interior da cidade e desta com o exterior; continuar-se-á a execução das obras de reformulação da Rotunda Ferreira do Amaral e de reordenamento viário, em grande dimensão, do Novo Aterro do Porto Exterior. Acelerar-se-á a ampliação da placa e do edifício afecto ao tratamento de carga do Aeroporto, e, tendo em vista o aumento da capacidade de transporte, está a ser planeado o prolongamento da pista e a ampliação do terminal de passageiros. Acelerar-se-á a construção do novo terminal marítimo em Pac On, na Taipa, e

ampliados, adequadamente, os espaços de espera nas zonas de partida e chegada do terminal marítimo do Porto Exterior e das instalações complementares.

Envidar-se-ão todos os esforços para construir as infra-estruturas complementares urbanas da ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e aperfeiçoar-se-á o planeamento das redes rodoviárias e infra-estruturas da zona norte e do Novo Aterro da Areia Preta (NATAP).

Para responder às novas exigências, em matéria de infra-estruturas, resultantes da futura construção da ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e da cooperação na Região do Grande Delta do Rio das Pérolas, está a ser planeada a construção de um túnel subaquático, para veículos, entre Macau e a Taipa, nas imediações da ponte do Governador Nobre de Carvalho, aproveitando a sua privilegiada localização geográfica, reforçando-se, assim, a rede rodoviária de ligação entre a cidade e aquela ilha.

Promover-se-á, plenamente, a construção das instalações acessórias do Parque Industrial Transfronteiriço. Com o fim de garantir o normal funcionamento da sociedade e a vida quotidiana dos cidadãos, proceder-se-á, de acordo com o planeado, à concepção de projectos e construção de uma série de obras públicas, tendo em vista o melhoramento das instalações destinadas a assistência médica, saúde pública, educação, serviços judiciais, segurança e outros serviços, bem como saneamento básico, lazer e zonas verdes e embelezamento do meio urbano.

Continuar-se-ão as obras de reordenamento das zonas urbanas. Reforçar-se-ão e melhorar-se-ão, constantemente, as infra-estruturas de trânsito, instalações sociais e funções turísticas, de acordo com o papel de cada zona urbana; melhorar-se-á o ambiente habitacional e comercial; promover-se-á o desenvolvimento harmonioso de todas as zonas urbanas; acompanhar-se-á a elaboração de diplomas legais relacionados com esta matéria e implementar-se-á o funcionamento de um órgão consultivo, com o intuito de promover, com estabilidade e ordenadamente, o plano de reordenamento dos bairros antigos.

Elaborar-se-á um novo planeamento urbanístico para criação de zonas novas e proceder-se-á a uma reserva de terrenos indispensáveis para o futuro desenvolvimento urbanístico de Macau. A par disso, providenciar-se-á o espaço necessário ao alargamento das redes rodoviárias e à melhoria da conjuntura geral do trânsito. Envidar-se-ão todos os esforços para reduzir o impacto decorrente das novas construções urbanas, tendo sempre em vista a protecção do ambiente e a melhoria da paisagem urbana.

Continuar-se-á o reordenamento das redes rodoviárias e das infra-estruturas dos parques de estacionamento público. Está a ser ponderada a criação de um Serviço, ao qual serão atribuídas responsabilidades nos domínios do trânsito, do aumento das instalações para estacionamento nas fronteiras e nos pontos turísticos, da optimização dos itinerários e dos serviços de transporte público, da consolidação dos sistemas de monitorização de viação e reforço do cumprimento das normas reguladoras de trânsito, do aprofundamento do estudo de viabilidade sobre a introdução do sistema de transporte de metro ligeiro em Macau e outras relacionadas com a melhoria constante do trânsito, através do planeamento,

reordenamento e tratamento simultâneo de todos os aspectos atinentes a essa melhoria.

Através da simplificação de trâmites e do reforço de coordenação entre Serviços, encurtar-se-ão os prazos para a aprovação dos projectos de grandes investimentos privados; desenvolver-se-ão progressivamente a Praia Grande, o Porto Exterior, as proximidades da Rotunda Dr. Carlos D'Assumpção, na Taipa, e o COTAI, como zonas de jogo, de turismo, de entretenimento e lazer, e de exposições e conferências.

Para além do melhoramento das infra-estruturas do Aeroporto, envidar-se-ão todos os esforços para desenvolver as rotas de "serviços de baixo custo". Para atrair mais companhias aéreas, mediante o aproveitamento completo do direito de quinta liberdade, aprofundar-se-á o processo de subconcessão, a outras companhias, do direito exclusivo de exploração concedido à companhia aérea local, e promover-se-á um maior crescimento do transporte aéreo de passageiros. A par disso, aproveitar-se-á o direito de sétima liberdade, para assegurar o acréscimo constante do transporte aéreo de carga.

Levar-se-ão a cabo as obras de construção da Estação de Tratamento de Resíduos Especiais e Perigosos e da ETAR do Parque Industrial Transfronteiriço. Concretizar-se-ão os planos para ampliação da ETAR de Coloane e da Central de Incineração e, após o reforço das suas atribuições, os Serviços com competência no domínio dos assuntos ambientais intensificarão, entre outros, os seus trabalhos em matéria de legislação, cumprimento das normas reguladoras, fiscalização e avaliação, e, conjuntamente com o futuro órgão de consulta, continuarão a desenvolver actividades no domínio da protecção ambiental.

Em relação à habitação pública, aumentar-se-á a sua construção e será revisto, globalmente, o regime da habitação económica e social, por forma a criar condições que permitam melhorar a ajuda às famílias mais carenciadas na aquisição de habitação, a par da eficaz elevação do aproveitamento dos recursos. Após a reestruturação orgânica, competirá formalmente ao Instituto de Habitação a coordenação das actividades relacionadas com a administração e manutenção dos edifícios, o qual, conseqüentemente, dará início aos procedimentos tendentes à elevação da qualidade da administração predial e à concessão de incentivos aos condóminos, em matéria de reparação e manutenção das suas habitações.

Envidar-se-ão esforços para garantir a segurança na navegação marítima; proceder-se-á ao reforço do combate à poluição marítima e dos trabalhos preparatórios referentes ao funcionamento do Centro Internacional de Matrícula de Embarcações de Macau.

Proceder-se-á ao licenciamento do sistema 3G e ao estudo de viabilidade sobre a introdução de concorrência nos serviços de banda larga; otimizar-se-ão, continuamente, os trabalhos no domínio da cartografia e cadastro, para satisfação das necessidades sociais e dos Serviços Públicos; aperfeiçoar-se-ão os equipamentos e reforçar-se-á a vigilância da qualidade do ar; proceder-se-á à melhoria dos serviços de distribuição e do equipamento postal e ao reforço da eficácia operacional das redes postais.

No intuito de salvaguardar a segurança de pessoas e bens, intensificar-se-ão a vigilância e

a fiscalização dos estabelecimentos de venda de fogões e de combustíveis e proceder-se-á à sensibilização de segurança na operação de gases liquefeitos para utilização doméstica. No âmbito da revisão do contrato de concessão, o Governo negociará, activamente, com a respectiva concessionária, as formas pelas quais deverá ser assegurado o fornecimento de electricidade, segura, estável, ambiental, de boa qualidade e a preços razoáveis. Em relação ao abastecimento de água, exortar-se-á a respectiva concessionária a concretizar os planos de alteração de redes e canalizações e de aumento da capacidade dos reservatórios, bem como a resolução, a longo prazo, do problema da salinidade da água.

Tendo em vista a construção do Centro de Ciências de Macau, proceder-se-á à execução dos necessários aterros; no âmbito científico e tecnológico, envidar-se-ão todos os esforços para o aperfeiçoamento dos mecanismos de promoção da cooperação com o exterior.

Comissariado contra a Corrupção

Em 2005, o Comissariado contra a Corrupção empenhou-se no desenvolvimento de acções de combate à corrupção e de provedoria de justiça, na contínua promoção da integridade na Administração Pública e no reforço da sensibilização para a incorruptibilidade, dando ênfase à prevenção e ao combate à corrupção eleitoral.

Até Setembro do ano em curso, foram recebidas no Comissariado contra a Corrupção 861 queixas e participações, das quais 61 reuniram condições para a instrução de processo. Se a estes, acrescentarmos os 71 processos transitados do ano anterior, foram tratados, no total, 132 processos. Dos 57 processos dados como findos, 15 foram encaminhados para o Ministério Público.

Para assegurar que as eleições legislativas decorressem de forma limpa, foram criados, ainda em 2004, o “Grupo de Estudos Contra a Corrupção Eleitoral” e o “Grupo de Investigação da Corrupção Eleitoral”. Foi estabelecido um sistema de contacto com a Comissão Eleitoral da Assembleia Legislativa e produzidas “Orientações sobre Eleições Limpas para os Eleitores” e “Orientações sobre Eleições Limpas para os Candidatos”, tendo sido desenvolvidas diversas acções para manter a integridade nesse acto eleitoral, procedendo-se atempadamente à investigação de casos suspeitos de corrupção eleitoral. Durante todo o processo, o Comissariado contra a Corrupção recebeu um total de 647 denúncias e pedidos de informação, que viriam a resultar na instrução de 14 processos. Foram encaminhados para o Ministério Público 523 arguidos e contra 36 deles, incluindo um candidato, foi já deduzida acusação.

Apostando na melhoria das capacidades de investigação, o investimento em recursos aumentou em 2005. Enviaram-se efectivos para formação no exterior e organizaram-se acções de formação internas sobre matérias práticas. Reforçaram-se a troca de informações e cooperação com a China Continental e com os territórios vizinhos.

No primeiro semestre deste ano, o Comissariado contra a Corrupção recebeu 3.450 declarações de rendimentos e interesses patrimoniais. Até ao momento, nenhum funcionário foi juridicamente responsabilizado por falta da entrega da declaração ou pela sua apresentação irregular.

No âmbito da Provedoria de Justiça, nos nove primeiros meses de 2005, foram recebidas 169 queixas e participações, o que representa um decréscimo significativo em comparação com as 223 registadas em período homólogo do ano passado. Para esta diminuição terá contribuído a melhoria do funcionamento da Administração e o reforço dos serviços de apoio e de informação prestados pelo Comissariado contra a Corrupção. Por outro lado, os pedidos de informação e consulta recebidos ascenderam a 490, representando um aumento próximo dos 10% relativamente a igual período do ano passado.

No referente à pesquisa de regimes jurídicos, iniciou-se um projecto sobre o “Procedimento Acusatório e da Aplicação de Sanções Contra as Infracções Administrativas”, devendo o respectivo relatório e propostas de revisão ser apresentados ao Governo a curto prazo. Foram também analisadas as “Restrições Impostas pela Lei à Acumulação de Funções Privadas pelos Trabalhadores da Administração Pública”. Ao mesmo tempo, o Comissariado contra a Corrupção

continuou a dar apoio aos serviços públicos no aperfeiçoamento dos respectivos regimes de aquisições.

A área de sensibilização, em 2005, ficou marcada pela organização de uma série de acções contra a corrupção eleitoral. Tomou-se a iniciativa de realizar uma sessão de esclarecimento sobre eleições limpas que teve como destinatários os diversos candidatos. Várias personalidades locais foram convidadas para assumir a função de “Embaixadores de Eleições Limpas”. No âmbito da sensibilização dos cidadãos, foram-lhes transmitidas mensagens sobre eleições limpas com recurso a vários meios, desde a comunicação social, a espectáculos de variedades e a palestras sobre o tema. De referir, ainda, que foi organizado um “Grupo de Voluntários para uma Sociedade Limpa”.

Em princípios de 2005, o Comissariado contra a Corrupção lançou as “Orientações para uma Conduta Íntegra dos Trabalhadores da Administração Pública” e as “Propostas para Elaboração do Código de Integridade para os Serviços/Instituições Públicas”. Para divulgação destas duas brochuras, foram realizadas 77 sessões de esclarecimento, em que participaram 12.583 pessoas. Para além disso, 717 pessoas provenientes de vários serviços estiveram presentes num total de 15 palestras sobre o combate à corrupção, o procedimento de aquisição de bens e serviços e a declaração de rendimentos e interesses patrimoniais.

No tocante à educação dos jovens, prosseguiu-se com a “Semana da Integridade”, em várias escolas. Até Setembro, 835 alunos do ensino secundário participaram nas 19 sessões sobre integridade organizadas pelo Comissariado contra a Corrupção. É, ainda, de realçar a revisão do material didáctico “Honestidade e Integridade”, lançado há quase dois anos.

Em 2005, a Delegação do Comissariado contra a Corrupção procurou, por vários meios, conhecer melhor as expectativas das diversas comunidades relativamente ao combate à corrupção. Até Setembro, 278 pessoas apresentaram queixas, participações e pedidos de apoio e de informação. Palestras subordinadas ao tema “Nova Geração Íntegra”, realizadas na Delegação, num total de 61, contaram com a presença de 2.373 alunos.

Ainda em 2005, o Comissariado contra a Corrupção esteve representado na 22.^a Conferência de Ombudsman da Região Australo-Pacífica, sob a égide do Instituto Internacional do Ombudsman, no 2.^o Colóquio Luso-Brasileiro de Ouvidores Públicos/Provedor de Justiça e na 2.^a Conferência de Procuradores Gerais da China e dos Membros da União dos Países do Sudeste Asiático, tendo também visitado os organismos de combate à corrupção e de provedoria de justiça da Tailândia e da Malásia.

Em 2006, para além de aprofundar as acções já iniciadas, o Comissariado contra a Corrupção procurará reforçar a sua capacidade de intervenção no combate à corrupção, divulgar os serviços prestados no âmbito da provedoria de justiça e promover acções permanentes de sensibilização, por meios diversificados, tendo por objectivo melhorar, nas suas múltiplas vertentes, o índice de integridade em Macau.

Na área do combate à corrupção, o Comissariado contra a Corrupção continuará a

desenvolver a investigação das actividades suspeitas de corrupção, orientando-se pelo princípio de “investigar todos os indícios e intervir sempre que haja suspeitas fundamentadas”. O Comissariado apostará, ainda, na melhoria constante das técnicas de investigação, nomeadamente através do ajustamento e redimensionamento relativos à recolha de informações, técnicas de investigação, distribuição de recursos humanos e equipamentos especializados.

Os factores que originem ou alimentem a corrupção e a fraude nas áreas ligadas à economia continuarão a ser alvo de atenção na definição de estratégias preventivas e de combate. Desenvolver-se-ão iniciativas apelando ao cumprimento da lei, autodisciplina e integridade no exercício da actividade empresarial.

Com base na sintetização e estudo da experiência adquirida nos processos eleitorais decorridos, no domínio de vigilância, será elaborado, em 2006, um relatório, onde serão também apresentadas propostas relativas à supressão de lacunas legislativas, para referência do Governo da Região Administrativa Especial de Macau.

Na área da provedoria de justiça, prosseguir-se-á com a prestação dos serviços de consulta, investigação de casos e pesquisa de regimes jurídicos e do funcionamento, em obediência aos princípios da legalidade, justiça e eficácia. Procurar-se-á promover o aperfeiçoamento dos regimes e dos procedimentos administrativos, de modo a prevenir a ocorrência de corrupção e fraude.

O andamento da aplicação interna do “Código de Integridade” nos serviços públicos continuará a ser acompanhado e as palestras sobre “Carácter Nobre, Conduta Íntegra” destinadas aos funcionários públicos serão levadas por diante. Ao mesmo tempo, o Comissariado contra a Corrupção prestará apoio aos serviços públicos no aperfeiçoamento dos respectivos regimes internos de aquisição de bens e serviços.

No intuito de impulsionar a actualização da legislação de Macau, o Comissariado contra a Corrupção efectuará, em 2006, uma sintetização e estudo dos casos denunciados nos últimos anos, tendo em conta o desenvolvimento social, para depois formular sugestões de melhoria. Por outro lado, os casos mais frequentes e representativos na área da provedoria de justiça serão reunidos numa edição.

Na área de divulgação e sensibilização, as mudanças da conjuntura social serão alvo de acompanhamento e avaliação constantes, para que se proceda à adaptação de estratégias. Palestras subordinadas ao tema específico da integridade continuarão a ser realizadas em 2006, num esforço para promover a ética exigida no exercício de funções públicas, especialmente em funções de direcção e chefia. No que se prende com a sensibilização da juventude, está planeada a produção de material didáctico destinado aos estudantes do ensino secundário. Paralelamente, o Comissariado contra a Corrupção continuará a manter o contacto com as diferentes comunidades, para conhecer as suas expectativas relativamente ao combate à corrupção. Procurará divulgar mensagens de integridade, pelos mais diversos meios, junto dos cidadãos, e exortá-los-á a desempenhar um papel fiscalizador e vigilante.

Comissariado contra a Corrupção

Levar por diante o combate à corrupção, é uma tarefa pesada e com um longo caminho. Numa sociedade em constante evolução, os cidadãos mostram-se cada vez mais exigentes sobre a integridade. Ciente disso, em 2006, o Comissariado contra a Corrupção continuará a empenhar-se em dar resposta às expectativas da população, salvaguardar os direitos e interesses legítimos dos cidadãos e combater a corrupção e fraude com isenção, dando assim o seu contributo para a construção de uma sociedade íntegra.

Comissariado de Auditoria

Com o ano 2005, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau iniciou o seu segundo mandato e o Comissariado de Auditoria tem vindo a cumprir, de forma permanente e determinada, as suas funções próprias consagradas no respectivo diploma orgânico e, estabelecidas as suas prioridades, sempre conjugou a sua actuação com as Linhas de Acção Governativa, desenvolvendo e executando rigorosa e sistematicamente a orientação política definida.

Constituindo a auditoria financeira uma tarefa prioritária, decidimos que, nestes cinco anos do segundo Governo da RAEM, vamos gradualmente passar duma auditoria dependente de testes substantivos para uma auditoria orientada por risco, baseada em resultados de análise de sistemas. Nesse sentido, afectamos, em 2005, recursos adequados para realizar análises de auditoria aos subsistemas actualmente existentes nas operações financeiras públicas, dando, assim, um primeiro passo, firme, para a concretização da auditoria orientada por risco.

A fim de demonstrar a eficácia das suas sugestões, o Comissariado de Auditoria, para além de continuar a dirigir “ofícios aos responsáveis” dos serviços, promoveu, quando necessário, contactos interactivos com os mesmos, de modo a alcançar um consenso sobre as respectivas posições e pontos de vista. Além disso, juntamente com executivos de diferentes níveis da Administração Pública, organizámos seminários e colóquios para debater temas específicos de finanças e de gestão, com vista a identificar formas de actuação legais, razoáveis e eficazes.

Após mais de cinco anos de empenho, verifica-se que os serviços públicos já compreenderam as funções do Comissariado de Auditoria, aceitando-o como um parceiro de trabalho. Devido a esse reconhecimento, assiste-se, já nos serviços públicos, à difusão, gradual e harmoniosa, de uma cultura de auditoria.

A auditoria de resultados e a auditoria específica confirmaram a sua capacidade impulsionadora de promover uma gestão racional dos dinheiros públicos pelos respectivos serviços e o incremento da eficácia e eficiência dos mesmos. Em 2005, reforçámos, ainda, os recursos nas questões que suscitaram maior preocupação do público e, após análise exaustiva das suas razões objectivas e das suas qualidades subjectivas, procedemos a várias auditorias de resultados e específicas, cujos relatórios estão também já concluídos e entregues para a apreciação do Chefe do Executivo.

Para otimizar o aproveitamento e afectação de recursos, procedemos à reestruturação do Comissariado de Auditoria. Aliás, os trabalhos de reestruturação encontram-se paulatinamente já em curso e, uma vez concluído o processo legislativo, dar-se-á início ao processo concreto de reorganização.

Em 2005, prosseguimos a realização sistemática de cursos de formação dirigidos ao pessoal de auditoria, admitimos pessoal especializado em diferentes áreas para reforço dos recursos humanos e desenvolvemos actividades recreativas e desportivas pós-laborais, a fim de reforçar o espírito de união do pessoal do Comissariado de Auditoria.

Ao longo do ano em curso, mantivemos relações estreitas com o Comissariado Nacional

da Auditoria e participámos activamente nas actividades realizadas por organizações congéneres internacionais. Em 2005, os Comissariados de Auditoria de Hong-Kong e de Macau deram mais um passo em frente na aproximação das suas relações de cooperação.

Relativamente à utilização da auditoria apoiada em tecnologias de informática (abreviadamente designada por auditoria informática) como “pedra angular” da auditoria concomitante, iniciámos, em 2005, intensos estudos preliminares e trabalhos preparatórios, procurando, assim, criar condições favoráveis à realização de auditorias financeiras, ou de outros tipos, directamente pelo computador.

No novo ano, para além de prosseguirmos a nossa actividade em estreita conjugação com os objectivos do Governo da Região e com uma nova maneira de pensar, vamos procurar desenvolver com firmeza e no estrito cumprimento da lei as tarefas de auditoria, de forma alargada e eficaz.

Concluída a reestruturação do Comissariado de Auditoria no próximo ano e dotados de mais recursos, vamos redobrar esforços no sentido de iniciar as auditorias de resultados e específicas indispensáveis para supervisionar a utilização dos dinheiros públicos, o que constitui uma manifesta preocupação da sociedade. Constituindo a auditoria financeira às contas do Governo uma função própria do Comissariado de Auditoria, vamos, de acordo com a orientação política definida e com o que os recursos próprios permitirem, avançar passo a passo em direcção ao objectivo de alargar a cobertura dos serviços auditados, adoptando a auditoria orientada por risco.

No âmbito de auditoria informática, continuaremos a intensificar esforços com vista a definir, com a maior brevidade possível, os procedimentos e orientações uniformizados de auditoria no que concerne à legalidade, à segurança, ao grau de exactidão dos dados e à verificabilidade do sistema operativo da contabilidade informática, lançando, assim, as condições mais favoráveis à implementação, num prazo mais curto possível, da auditoria informática.

Com vista a consolidar e a desenvolver o harmonioso ambiente de auditoria que este Comissariado e os serviços públicos, ao longo dos anos e em conjunto, criaram, iremos continuar a reforçar as relações de cooperação com esses serviços através dos meios mais diversos.

A fim de enfrentar os desafios colocados pelo rápido desenvolvimento da sociedade, vamos afectar mais recursos para que, através de modalidades diversificadas de formação e da participação activa em conferências internacionais e outras actividades de intercâmbio, o pessoal de auditoria possa elevar as suas competências técnicas e o seu nível de auditoria, que, por sua vez, vai permitir que o Comissariado de Auditoria esteja plenamente preparado para cumprir, de forma distinta, a missão confiada pelo Governo da Região.

**Projecto de Orçamento
das Receitas e Despesas da
Região Administrativa Especial
de Macau para o ano 2006
— Síntese —**

**PROJECTO DE ORÇAMENTO
DAS RECEITAS E DESPESAS
PARA O ANO ECONÓMICO DE 2006**

- SÍNTESE -

| DESIGNAÇÃO DA RECEITA | OR/2006 Proposta | DESIGNAÇÃO DA DESPESA | OR/2006 Proposta |
|--|--------------------------|--|--------------------------|
| RECEITAS CORRENTES | | | |
| 01 - Impostos Directos | 21,638,105,000.00 | 01-01 Governo da RAEM | 11,520,000.00 |
| 02 - Impostos Indirectos | 18,586,028,000.00 | 01-02 Gabinete do Chefe do Executivo | 132,204,800.00 |
| 03 - Taxas, Multas e Outras Penalidades | 1,251,985,100.00 | 01-03 Sec. Conselho Executivo | 8,328,000.00 |
| 04 - Rendimentos da Propriedade | 403,477,500.00 | 01-06 Gab. Sec. para a Administração e Justiça | 22,371,500.00 |
| 05 - Transferências | 666,150,000.00 | 01-07 Gab. Sec. para a Economia e Finanças | 106,355,700.00 |
| 06 - Venda de Bens Duradouros | 682,427,000.00 | 01-08 Gab. Sec. para a Segurança | 19,521,300.00 |
| 07 - Venda de Serviços e Bens não Duradouros | 200,000.00 | 01-09 Gab. Sec. para os Assuntos Sociais e Cultura | 3,276,287,800.00 |
| 08 - Outras Receitas Correntes | 37,734,400.00 | 01-10 Gab. Sec. para os Transportes e Obras Públicas | 76,530,000.00 |
| | 10,103,000.00 | 01-11 Gab. Coordenadores de Empreendimentos | 53,889,600.00 |
| | | 01-12 Delegação Económica e Comercial de Macau-China, em Portugal | 14,400,000.00 |
| | | 01-13 Delegação Económica e Comercial de Macau (Junto da União Europeia) | 5,750,000.00 |
| | | 01-15 Delegação da RAEM em Pequim | 20,015,000.00 |
| | | 01-17 Del. Económica e Comercial de Macau junto da OMC | 10,020,000.00 |
| | | 01-18 Gabinete para a Reforma Jurídica | 22,220,000.00 |
| | | 03-00 Dir. Serv. Administração e Função Pública | 139,280,100.00 |
| | | 05-00 Dir. Serv. Educação e Juventude | 1,438,356,300.00 |
| | | 07-00 Dir. Serv. Estatística e Censos | 85,549,000.00 |
| | | 09-00 Dir. Serv. Finanças | 206,047,000.00 |
| | | 11-00 Pensões e Reformas | 5,017,500.00 |
| | | 12-00 Despesas Comuns | 4,174,429,900.00 |
| | | Provisão p/Acu. Saldo Exe. Orçamental | 2,621,121,200.00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 43,789,000.00 | 13-00 Gab. Apoio ao Ensino Superior | 22,700,000.00 |
| 09 - Venda de Bens de Investimento | 2,089,000.00 | 18-00 Dir. Serv. Identificação | 98,897,200.00 |
| 10 - Transferências | - | 19-00 Dir. Serv. Economia | 101,407,000.00 |
| 11 - Activos Financeiros | - | 20-00 Estabelecimento Prisional de Macau | 159,128,900.00 |
| 12 - Passivos Financeiros | - | 21-00 Serv. Alfândega da RAEM | 280,960,000.00 |
| 13 - Outras Receitas de Capital | - | 22-00 Dir. Serv. Meteorológicos e Geofísicos | 37,500,000.00 |
| Saldos dos anos económicos findos | - | 23-00 Dir. Serv. Turismo | 96,521,000.00 |
| 14 - Reposições não Abatidas nos Pagamentos | - | 24-00 Gabinete de Comunicação Social | 59,341,800.00 |
| 15 - Contas de Ordem | 41,700,000.00 | 25-00 Serviços de Polícia Unitários | 19,535,100.00 |
| | | 26-00 Dir. Inspeção e Coordenação de Jogos | 95,881,000.00 |
| | | 27-00 Capitania dos Portos | 112,486,000.00 |
| | | 28-00 Dir. Serv. Forças de Segurança de Macau | 1,315,000,000.00 |
| | | 29-00 Dir. Serv. para os Assuntos Laborais | 140,200,000.00 |
| | | 30-00 Conselho dos Magistrados Judiciais | 620,000.00 |
| | | 31-00 Dir. Serv. Cartografia e Cadastro | 39,138,000.00 |
| | | 32-00 Polícia Judiciária | 185,650,000.00 |
| | | 34-00 Dir. Serv. de Assuntos de Justiça | 171,539,900.00 |
| | | 35-00 Dir. Serv. Solos, Obras Públicas e Transportes | 130,200,000.00 |
| | | 37-00 Instituto do Desporto | 52,300,000.00 |
| | | 38-00 Instituto Cultural | 113,673,400.00 |
| | | 40-00 Investimentos do Plano | 6,000,000,000.00 |
| | | 50-00 Contas de Ordem | 3,628,390,800.00 |
| TOTAL | 25,310,284,800.00 | TOTAL | 25,310,284,800.00 |

